

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DA REDE SOCIAL NO JD. MARIA
LUIZA IV EM JAÚ/SP: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO SENAC SÃO PAULO**

FERNANDO DE FIGUEIREDO

ARARAQUARA
2013

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
SECRETARIA DO MESTRADO
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

**AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DA REDE SOCIAL NO JD. MARIA
LUIZA IV EM JAÚ/SP: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO SENAC SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento.

FERNANDO DE FIGUEIREDO
ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Manoel de
Moraes Camargo Almeida.

ARARAQUARA
2013



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1329 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: Fernando de Figueiredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Manoel M.C. Almeida
UNIARA - Araraquara



Profa. Dra. Vera Mariza H. de Miranda Costa
UNIARA - Araraquara



Prof. Dr. Luiz Fernando de Oriani e Paulillo
UNIARA - Araraquara

Araraquara - SP, 19 de Agosto de 2013.

**À Sue pelos momentos
juntos e à Nide pela
criação.**

Agradecimentos

À comunidade do Jd. Maria Luiza IV pela oportunidade de uma convivência profícua do Programa de Desenvolvimento Local

Ao meu Orientador Luiz Manoel e a todos os docentes e funcionários do mestrado da UNIARA pelos ensinamentos.

Ao diácono Zé Maria, Sirlene, Rose, Paulo, Rosicley, Silvana, Valéria, Dona Conceição, Dona Geni, Patrícia, Fernandão, e Marina Carboni, pelo apoio desde o início do desenvolvimento dos vários projetos sociais no bairro.

À diretora Elenice e as coordenadoras Dani e Fran da EMEF Antônio Waldomiro de Oliveira pelas contribuições e informações.

Ao SENAC na pessoa da Maria Julia Valdo Mascaro e todo equipe, pelo amigável ambiente de trabalho que mantêm e por acreditarem na educação a fim de promover um desenvolvimento social.

Ao aos atuais e antigos colegas do Grupo de Desenvolvimento Social do SENAC São Paulo Jorge, Lourdes, Carlos, Cecília, Adelson, Marcia, Andreia, Alicio, Roberta, Juliana pelas incríveis descobertas e resultados do Programa Redes Sociais e Desenvolvimento Local nestes seis anos.

A todos os mediadores de Redes Sociais do SENAC São Paulo pelos aprendizados compartilhados

Ao Fabio e Hélio grandes companheiros de pensamentos por fundar nosso “Asilo de salubridade”

A meus pais pelo apoio desde o princípio da minha vida e por tudo que me proporcionaram

À Raquel que foi morar em São Paulo, e ao Guilherme que segurou ela, pois senão jamais conseguiria ter um momento de paz para escrever esta dissertação

E, não menos importante, a Sweet Sue por todos os momentos que estivemos juntos e pelo que ainda teremos.

Gente Humilde

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
Que acontece de repente
Como um desejo de eu viver
Sem me notar
Igual a como
Quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem
Vindo de trem de algum lugar
E aí me dá
Como uma inveja dessa gente
Que vai em frente
Sem nem ter com quem contar

São casas simples
Com cadeiras na calçada
E na fachada
Escrito em cima que é um lar
Pela varanda
Flores tristes e baldias
Como a alegria
Que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza
No meu peito
Feito um despeito
De eu não ter como lutar
E eu que não creio
Peço a Deus por minha gente
É gente humilde
Que vontade de chorar

Chico Buarque

RESUMO

Nas atuais configurações do capitalismo, o crescimento econômico de determinadas parcelas sociais é capaz de propor um ciclo totalmente novo de desenvolvimento, porém os custos sociais e ambientais deste período não são passíveis de serem regulados apenas pelas iniciativas de mercados. A função do Estado de promotor de políticas públicas se torna apática devido às grandes demandas sociais a serem atingidas, e a cumplicidade que atua com as corporações hegemônicas globais. As respostas das políticas sociais e de garantia de direitos são constantemente inseridas na agenda política por grupos de excluídos, e grandes massas da população em estado de pobreza e miséria. As periferias das cidades se tornam grandes bolsões de pobreza, ampliando significativamente as desigualdades, a segregação espacial e o acesso a serviços sociais como transporte, educação, saúde e lazer dentre outras necessidades. O SENAC São Paulo, instituição mantida pelo comércio, com a função de promover educação técnica e profissionalizante, implementa em parceria com instituições locais nas comunidades onde atua, um Programa de Desenvolvimento Local que consiste na construção de uma rede social capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população de bairros pobres, em quadro etapas: a) formação da governança b) visão de futuro c) diagnóstico participativo d) plano de desenvolvimento. O objetivo desta pesquisa é avaliar se formou rede Social na comunidade do Jd. Maria Luiza IV, por meio do Programa do Programa de Desenvolvimento local, de abril de 2009 a junho de 2012. Para tanto, foram produzidos diagramas da rede em formação nas quatro etapas do Programa, e criados indicadores de centralidade, densidade, proatividade, frequência, reputação e eficácia. Os principais resultados encontrados foram a formação de uma rede em construção, o mapeamento das ações do programa, a identificação dos atores centrais, a comprovação da ausência do poder público na articulação na implantação desta política, e indicação de entraves e orientações para o programa.

Palavras-chave: rede social; avaliação de políticas; desenvolvimento local; desenhos de redes; rizomas

ABSTRACT

In the current configurations of capitalism, economic growth of certain parcels members are able to propose a whole new cycle of development, however the social and environmental costs of this period are not liable to be regulated only by market initiatives. The role of state as a public policies promoter becomes apathetic because the major social demands to be met, and the complicity that works with hegemonic global corporations. Responses from social policies and warranty rights are constantly placed on the political agenda for excluded groups, and large masses of the population in poverty and misery. The suburbs become large pockets of poverty, significantly increasing inequalities, spatial segregation and access to social services such as transportation, education, health and leisure among other needs. The SENAC São Paulo, institution maintained by trade, with the function of promoting Technical and Vocational Education, implemented in partnership with local institutions in the communities where it operates a Local Development Program which involves the construction of a social network that promotes improved quality of life in poor neighborhoods in frame steps: a) formation of governance b) future vision c) participatory diagnosis d) development plan. The objective of this research is to evaluate the degree of centrality, proximity and density of intermediation social network construction, the Local Development Program of SENAC São Paulo in the neighborhood Jardim Maria Luiza IV in the city of Jaú, São Paulo State. Were produced for both network diagrams in training in the four stages of the program, and develop indicators of centrality, density and efficiency. The main results were to identify the most central actors, the absence of public power in the joint implementation of this policy, and barriers and guidelines for program orientation.

Key-words: social network; policy evaluation; local development; network project; rhizome.

Lista de Figuras

Figura 1: Diagramas de Paul Baran	p. 48
Figura 2: Evolução Populacional de Jaú/SP de 1980 a 2010.....	p. 67
Figura 3: Evolução Urbana de Jaú em 2003.....	p.69
Figura 4: Parcelamentos de origem da Gleba da Fazenda Maria Luiza.....	p. 71
Figura 5: Mapa hipsográfico da Bacia do Córrego da Figueira.....	p. 73
Figura 6: Áreas verdes e institucionais da Região sudoeste de Jaú/SP.....	p. 74
Figura 7: Padrões de Construção e Valor Real da Terra Urbana.....	p. 75
Figura 8: Equipamentos sociais que atende o bairro Jd. Maria Luiza IV.....	p. 77
Figura 9: Densidade Demográfica de Jaú por setor censitário.....	p. 78
Figura 10: Habitantes por Domicílio em 2000.....	p. 80
Figura 11: Rendimento do responsável em 2000	p. 81
Figura 12: Metodologia de Rede Sociais do SENAC São Paulo.....	p. 89
Figura 13: Número de participação nas atividades	p. 103
Figura 14: Diagrama da Rede primária da etapa da formação da Governança	p.123
Figura 15: Diagrama da Rede primária da etapa da Visão de Futuro	p.127
Figura 16: Folheto do Diagnóstico Participativo frente.....	p.129
Figura 17: Folheto do Diagnóstico Participativo verso.....	p.129
Figura 18: Diagrama da Rede primária da etapa do Diagnóstico Participativo.....	p.131
Figura 19: Diagrama da Rede primária da etapa do Plano de Desenvolvimento.....	p.136
Figura 20: Densidade da Rede Social nas quatro etapas do programa	p.139
Figura 21: Centralidade por proximidade da Rede Social nas quatro etapas do programa	p.141
Figura 22: Centralidade por grau da Rede Social nas quatro etapas do programa	p.142

Lista de Tabelas

Tabela 01: Quadro das instituições envolvidas no programa.....	p.20
Tabela 02: Grau de eficácia.....	p.23
Tabela 03: Participação nas atividades por instituições.....	p.102
Tabela 04: Quadro sinóptico temporal das ações do programa	p.118
Tabela 05: Projetos proposto no workshop “Maria Luiza IV 2020”	p.133
Tabela 06: Centralidade por intermediação da Rede Social nas quatro etapas do programa.....	p.144
Tabela 07: Quadro de indicadores de eficácia de cada etapas do Programa	p.145
Tabela 08: Quadro sinóptico da eficácia de cada etapas e sua justificativa.....	p.147

Lista de Siglas

APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Área de Preservação Permanente
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
DER	Departamento de Estrada e Rodagem
EE	Escola estadual
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola municipal de Ensino Infantil
ETA	Estação de tratamento de Esgoto
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FECOMERCIO	Federação do Comércio
GDS	Grupo de Desenvolvimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
LTDA	Limitada
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PET	Programa Educação para o Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço nacional de Aprendizagem nacional
SM	Salário Mínimo

Sumário

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	<i>Objetivo principal:</i>	<i>15</i>
1.1.2	<i>Objetivos específicos:</i>	<i>16</i>
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E DO OBJETO	16
1.3	METODOLOGIA DA PESQUISA	19
1.3.1	<i>Explicação do Referencial Teórico</i>	<i>19</i>
1.3.2	<i>Contexto do bairro Jd. Maria Luíza IV</i>	<i>20</i>
1.3.3	<i>Descrição do Programa e mapeamento e caracterização dos atores.</i>	<i>20</i>
1.3.4	<i>Diagnóstico das ações</i>	<i>22</i>
1.3.5	<i>Tipificações da Rede e caracterização dos atores pelos diagramas de Redes</i>	<i>22</i>
1.3.6	<i>Mensuração e avaliação da eficácia das ações</i>	<i>23</i>
1.3.7	<i>Apresentação e discussão dos resultados, a partir de metodologia de centralidade e densidade de redes, entraves e proposta de aprimoramento.</i>	<i>24</i>
2	REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1	GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E POBREZA.....	28
2.1.1	<i>Globalização, hegemonia de mercado e os pobres das cidades</i>	<i>30</i>
2.1.2	<i>Globalização da ciência, técnica e informação.....</i>	<i>34</i>
2.1.3	<i>Hegemonia do sistema de produção: o modelo corporação</i>	<i>39</i>
2.2	REDES SOCIAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS	42
2.2.1	<i>Coesão Social, inclusão e micropolíticas do desejo</i>	<i>43</i>
2.2.2	<i>Redes e complexidade.....</i>	<i>46</i>
2.2.3	<i>Redes de Análise de Políticas</i>	<i>55</i>
2.2.4	<i>Avaliação de Políticas Públicas</i>	<i>59</i>
2.3	CONEXÕES, LIGAÇÕES E LINHAS DE FUGA	61
3	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO BAIRRO	66
3.1	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO	66
3.2	OCUPAÇÃO URBANA DO BAIRRO	68
3.3	FORMAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO.....	73
3.4	EQUIPAMENTOS SOCIOECONÔMICOS	77
3.5	CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO BAIRRO.....	79
3.6	CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DO CÓRREGO DA FIGUEIRA.....	83
4	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SENAC SÃO PAULO	86
4.1	O PROGRAMA DE REDE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SENAC SÃO PAULO.....	86
4.2	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	93

4.3	METODOLOGIA DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SENAC.....	97
4.3.1	<i>Formação da Governança.....</i>	97
4.3.2	<i>Visão de Futuro.....</i>	98
4.3.3	<i>Diagnóstico Participativo.....</i>	99
4.3.4	<i>Plano de Desenvolvimento Local.....</i>	100
5	AS INSTITUIÇÕES E ATORES LOCAIS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	103
5.1	O SENAC JAÚ	105
5.2	A IGREJA CATÓLICA APÓSTOLO PAULO E VOLUNTÁRIOS	106
5.3	ASSOCIAÇÃO PROJETO FUTURO MELHOR.....	109
5.4	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JD. MARIA LUIZA IV.....	110
5.5	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JAHU – FATEC/JAHU	112
5.6	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JAÚ (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE)	114
5.7	ESCOLA ANTÔNIO WALDOMIRO DE OLIVEIRA E SOUZA	117
6	AS AÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO JD. MARIA LUIZA IV.....	119
6.1	FORMANDO UMA GOVERNANÇA	119
6.2	VISÃO DE FUTURO.....	125
6.3	DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	128
6.4	PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	132
7	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	138
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
	ANEXOS	161

1 INTRODUÇÃO

“são os pobres que, na cidade,
que mais fixamente olham para o futuro”
(SANTOS, 2002, p.325).

Esta pesquisa visa avaliar a centralidade e densidade da rede social em construção, do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC São Paulo, no município de Jau, Estado de São Paulo. O estudo foi realizado entre abril de 2009 a junho de 2012 na comunidade do Jardim Maria Luiza IV, comprimida entre a linha férrea e o córrego da Figueira, bacia hidrográfica do Rio Jaú.

O Programa de Desenvolvimento Local é uma realização do SENAC, Serviço de Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo, instituição mantida pela Federação do Comércio, que visa promover o ensino técnico e profissionalizante. O intuito do programa é promover desenvolvimento social e se aproximar da realidade local de comunidades de baixa renda com necessidades de capacitações onde a instituição de ensino possa contribuir através da oferta de seus cursos em 30 localidades do estado de São Paulo. Para a execução do programa, são implementados uma metodologia de formação de redes sociais, a construção de uma visão de futuro e um diagnóstico do cenário atual para a elaboração de um plano de desenvolvimento de bairros.

Na cidade de Jaú, o programa foi iniciado no ano de 2009 com ações comunitárias objetivando envolver atores locais no planejamento, organização e realização de reuniões, fóruns, eventos culturais, mutirões de limpeza e paisagismo. Em 2010, foi declarada a visão de futuro por meio de uma frase que afirma o desejo coletivo do bairro para um local planejado e desenvolvido. Neste mesmo ano foram realizados diversos encontros e pesquisas buscando levantar a situação atual através de diagnósticos participativos. No final de 2011, iniciou-se a elaboração de um plano de desenvolvimento local com o Workshop de projetos Maria Luiza IV 2020, com uma única atividade realizada até a conclusão deste estudo em 2012.

Para essa organização, o SENAC torna-se agente de articulação do programa em âmbito local, em conjunto com moradores do Jardim Maria Luiza IV, representados por líderes de bairro, presidentes de associações, entidades religiosas, profissionais liberais, professores, comerciantes locais, pequenos empreendedores do bairro, trabalhadores de indústrias de calçado. O poder público atua contribuindo com recursos sociais, materiais e financeiros, mas sempre de maneira descontínua. Os clubes de serviços, ONGs e instituições de ensino de nível médio e técnico participam de atividades para a promoção do local. Contribuem com o programa diversos agentes internos e externos ao bairro, objeto desta análise que se propõe a identificar a estrutura da rede, a eficácia do programa realizado pelo SENAC no bairro Jardim Maria Luiza IV, a centralidade, proximidade e densidade social de seus atores.

Para avaliação do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC, como etapas do procedimento metodológico foi explanar um referencial teórico, para o aprofundamento dos conceitos, contextualizar o Município de Jaú e o bairro Jd. Maria Luiza IV, como descrever o do Programa e caracterizar os atores e as ações. Após essas etapas metodológicas foi criado diagramas de redes em cada etapa do programa – formação da governança, visão de futuro, diagnóstico participativo e elaboração do plano de desenvolvimento –, com o intuito de mensurar a eficácia das ações, as estruturas das redes que se formaram, a partir de metodologia de avaliação da formação da rede social de sua centralidade, densidade, frequência, reputação proatividade, como também levantamento de entraves e proposta de aprimoramento para o programa.

Nos itens seguintes deste capítulo introdutório serão apresentados os objetivos, uma contextualização do tema e metodologia deste estudo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 *Objetivo principal:*

O objetivo desta pesquisa é avaliar como se formou a rede Social na comunidade do Jd. Maria Luiza IV, por meio do Programa de Desenvolvimento local do SENAC SP, no período de abril de 2009 a junho de 2012.

1.1.2 *Objetivos específicos:*

1. Refletir sobre temas como globalização, território, pobreza, capital social, redes sociais e avaliação de políticas públicas, para subsidiar a discussão dos resultados;
2. Descrever o bairro Jd. Maria Luiza IV, sua inserção local, formação espacial, e conjuntura socioeconômica;
3. Caracterizar o processo evolutivo e as ações propostas pelo Programa de Redes Sociais do SENAC, no período entre abril de 2009 e junho de 2012, no bairro do Jardim Maria Luiza IV, como também os atores envolvidos, a metodologia aplicada, os recursos empregados;
4. Elaborar o desenho da rede, identificar sua centralidade por grau, proximidade e intermediação e densidade social e mensurar sua eficácia social do programa;
5. Identificar subsídios para reorientar as ações e sua aplicabilidade para o programa.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E DO OBJETO

O Programa de Desenvolvimento Local elaborado pelo SENAC contribui por meio de ações comunitárias com cerca de trinta bairros no Estado de São Paulo desde 2005. Os projetos relacionados ao programa são divididos em quatro etapas, descritas mais adiante, que envolvem diretamente a participação da população local na organização e no planejamento em longo prazo. No espaço geográfico de abrangência das ações propostas pelo programa, são encontradas realidades distintas, devido às diferenças históricas e socioeconômicas de formação e ocupação do espaço. Conseqüentemente, os resultados, desdobramentos, impactos e valores atribuídos a estas ações são distintas em cada lugar.

O programa atua em fragmentos territoriais específicos, como bairros, comunidades locais e periferias de cidades. A proposta de estudo de caso do Jardim Maria Luiza IV, no Município de Jaú, reúne uma fração de implementação do programa, que mesmo com todas as suas peculiaridades de implantação, proporciona um objeto de pesquisa delimitado para abarcar a totalidade de atuação do programa.

O presente trabalho de pesquisa buscou criar indicadores de centralidades capazes de avaliar a construção da rede social e a eficácia do programa, levando as ações coordenadas pelos atores locais no bairro, de abril de 2009 a junho de 2012.

A avaliação da estrutura da rede que se formou devido às ações coordenadas pelo programa revela a centralidade de determinados atores, o que possibilita uma reorientação da atuação dos agentes locais, em propostas futuras. O desenho da rede nesta pesquisa acadêmica proporcionou uma visão global dos agentes e uma caracterização pontual de cada um, em diagramas que permitem uma análise e a tipificação da rede.

Para avaliar se formou rede social na implementação do Programa de Desenvolvimento Local induzido pelo SENAC São Paulo, no bairro Jd. Maria Luiza IV, foi realizado o mapeamento dos atores que participaram ativamente das ações propostas. A partir destas relações foi possível elaborar os diagramas de análise de redes de cada etapa. Acredita-se que, com o estudo da eficácia do programa, foi provável investigar os caminhos traçados e identificar pontos deficientes passíveis de aperfeiçoamento, ou ainda apontar condutas e conduções que possam ser incentivadas e pontuadas, criando perspectivas de melhorias.

Com o presente estudo se acompanhou os resultados obtidos pelo programa de forma sistematizada, de modo a criar propostas de reformulações e ajustes das ações que estão em processo de implementação e as que podem ser ainda repensadas. A avaliação do programa contribuiu desta maneira para a reflexão a respeito da atuação do programa na localidade estudada e também servir para as outras experiências promovidas pelo SENAC no estado de São Paulo.

Como o estudo visa uma pesquisa sobre os atores realizadores das ações, os dados levantados e devidamente tabulados serão uma forma de registro das experiências e socialização das informações que podem contribuir com a elaboração de políticas, outros programas e projetos por iniciativa do setor privado, público ou da sociedade civil organizada.

O bairro alvo da pesquisa situa-se em um espaço com poucos acessos viários devido à sua localização na margem esquerda da nascente do córrego da Figueira e da linha férrea, possibilitando apenas duas ligações: uma ponte, sendo está o principal acesso, e um pontilhão, ambos atravessando a ferrovia. A ocupação do bairro foi regularizada no cartório de registro de imóveis por meio da aprovação do loteamento pela prefeitura e órgão estaduais. O bairro tem uma alta declividade, e as áreas verdes e institucionais estão localizadas na margem do córrego, na Área de Preservação Permanente, isto é, não é possível a construção de qualquer equipamento social. Há uma creche para atender a comunidade, mas as escolas de nível fundamental e médio ficam em bairros vizinhos. A unidade básica de saúde mais próxima fica a cerca de dois quilômetros de distância, assim a comunidade é servida por agentes comunitários de saúde. Devido à condição precária de acesso a equipamentos sociais, acontecem no bairro ações de cooperação, solidariedade e comprometimento de iniciativa dos próprios moradores, bem como de outros atores e instituições externas, que buscam melhorar as condições de vida da população. O presente estudo buscou por meio de indicadores de centralidade identificar e quantificar esta característica e como ela se apresenta no programa do SENAC no bairro.

O presente estudo contribuiu com avanços conceituais, reflexivos e estratégicos para o programa e, conseqüentemente, pode vir a aprimorar a atuação do SENAC no bairro. Indiretamente, esta pesquisa pode vir a auxiliar a população local na promoção de projetos e ações que geram desenvolvimento na localidade onde habitam.

O poder público pode utilizar os dados levantados nesta investigação para subsidiar a implementação de políticas públicas voltadas a atender demandas da saúde, educação, cultura, lazer e esporte encontradas na localidade. O levantamento proposto entende o território como um espaço complexo de sistema de objetos e sistema de ações, enquanto conceitos geográficos de análise, possibilitando a descoberta de demandas precárias e em situação de risco social e ambiental, direcionando a conduta de governos ou governança.

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa buscou avaliar a formação da rede social em construção, do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC São Paulo, no bairro Jd. Maria Luiza IV no município de Jau, para tanto serão utilizados abordagens qualitativas e quantitativas.

O problema de pesquisa consistiu em questionar, por meio dos caminhos metodológicos a seguir: se por intermédio do Programa pesquisado formou rede, ou não? Em caso afirmativo, qual a estrutura da rede formada e seu desenho? Desta maneira construiu indicadores de centralidade por grau, proximidade, intermediação e a densidade da rede pela caracterização dos atores e das relações formadas. Por fim, foi quantificada a eficácia do programa de Desenvolvimento Local proposto pelo SENAC no bairro Jd. Maria Luiza, questionando se os objetivos foram atingidos, a frequências das trocas e a reputação dos atores envolvidos, através da observação das quatro etapas do Programa de Desenvolvimento Local de abril de 2009 a junho de 2012.

1.3.1 *Explicação do Referencial Teórico*

Uma das etapas fundamentais que sustentarão as abordagens de pesquisas e as análises foi a revisão de teorias sociais, econômicas, urbanísticas, políticas e geográficas para tratar o tema e o problema de pesquisa investigado. Os levantamentos das referências escolhidas propiciaram um quadro teórico e uma estruturação conceitual que deu sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

Como método da revisão teórica foram abordados temas que se relacionam diretamente ou indiretamente com o objeto de pesquisas, para se criar um quadro referencial e explicativo.

Na primeira parte deste trabalho foram contextualizados os imperativos globais nas relações locais, no que tange a hegemonia capitalista de promover desenvolvimento restrito a determinadas esferas. Aprofundaram-se também as possibilidades de transformação locais por meio das respostas e adaptações endógenas como forma de resistência e resiliência à hegemonia global. Em seguida, foi abordada a coesão social enquanto pertencimento a determinados grupos e períodos específicos,

através da produção de políticas e geração de capital social, para se relacionar com as dinâmicas dos atores locais investigados. Para finalizar foram ampliados os conceitos de redes tratados na atualidade e suas formas de utilização na avaliação de políticas públicas.

Após o levantamento e discussão do referencial teórico, as observações tratadas foram aproximadas dos dados analisados e do contexto histórico do lugar pesquisado.

1.3.2 Contexto do bairro Jd. Maria Luiza IV

Para a compreensão contextual da dinâmica sócio espacial que se insere o bairro estudado, foi abordado a história da formação do local, sua evolução populacional e demográfica, seu cenário econômico atual e sua caracterização físico territorial.

A análise da situação social e política do bairro, resserviu de referencia compreender os contornos e tempo histórico que se assenta as instituições e indivíduos analisados na rede em construção do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC São Paulo.

Como parte da caracterização que faz emergir as instituições que sustentam o Programa de Desenvolvimento Local, foi relatada a ocupação urbana do Jd. Maria Luiza IV, sua caracterização como um espaço de segregação, e equipamentos sociais próprios, agentes locais, e dinâmica social e ambiental.

A caracterização do bairro se revela como um complemento à pesquisa sobre a rede social em construção no Programa de Desenvolvimento Local. Assim, os dados apresentados foram encontrados nas bases de dados oficiais tanto estaduais e municipais, como fundação SEADE e Prefeitura Municipal de Jaú. Alguns dados foram fornecidos por instituições que atendem o bairro. O contexto do município e do bairro em determinados aspectos explicam as relações sociais encontradas na rede social investigada, portanto servem para a compreensão das ações e atores pesquisados.

1.3.3 Descrição do Programa e mapeamento e caracterização dos atores.

Foi realizada uma pesquisa exploratória para uma aproximação do universo do estudo, com o intuito de definir os atores entrevistados e/ou pesquisados, listar as

ações sociais propostas pelo programa, e discutir os caminhos da pesquisa mais relevantes.

O primeiro passo da pesquisa exploratória foi apresentar as origens do programa de Desenvolvimento Local do SENAC, por meio de seu processo de histórico de evolução, a origem da metodologia de formação de redes sociais desenvolvidas pelo SENAC, e por fim a metodologia proposta do Programa de Desenvolvimento Local.

Em seguida, como segundo passo da pesquisa exploratória, foi realizado um levantamento histórico de todas as ações promovidas pelo programa de 2009 a 2012, por meio de uma revisão documental nos arquivos do SENAC, fotos, matérias de jornais, listas de presenças e arquivos pessoais.

Por meio desta cronologia das ações, foram apontados os atores que participaram e contribuíram com certa relevância ou incentivaram por meio de recursos físicos, financeiros e humanos as atividades propostas no programa. A lista de atores que participaram das ações do programa foi composta pelos seguintes atores e suas áreas de atuação:

Tabela 01: Quadro das instituições envolvidas no programa

	Instituição	Área de atuação
1	SENAC	Educação
2	Igrejas católicas	Ecumênica e Ações sociais
3	Voluntários da Comunidade	Ações sociais
4	Projeto Futuro Melhor	Eventos e cultura
5	FATEC/JAHU	Educação
6	EMEF Antônio Waldomiro Oliveira	Educação
7	Associação de Moradores	Articulação política
8	Igreja Evangélica	Ecumênica e Distribuição de Alimentos
9	Coração que Bate e Sente	Cultura e Empreendedorismo
10	Polícia Militar/ CONSEG	Segurança
11	Programa de Atenção a Infância (PAI)	Esporte, cultura
12	EE Prof. José Nicolau Piráquine	Educação
13	Pro Terra	Meio ambiente
14	Secretaria de Meio Ambiente	Meio ambiente
15	SENAI	Educação
16	Secretaria de Saúde	Saúde
17	Agentes comunitários de Saúde	Saúde

Fonte: Elaborada pelo Autor

Após a definição dos atores por meio das participações nas ações, ver tabela 01 foi relatada uma breve caracterização dos mesmos, sua abrangência, função, histórico de formação, atuação local e contribuições diretas ao programa que possibilitaram a construção da Rede em formação.

Os principais agentes pesquisados foram o SENAC, a Igreja Católica Apóstolo Paulo, Voluntários da Comunidade, Associação Projeto Futuro Melhor, Associação de Moradores, Faculdade de Tecnologia de JAHU, Poder Executivo Municipal representado pela Secretaria de Meio Ambiente, e Escola de Ensino Fundamental Antônio Waldomiro de Oliveira de Jaú.

1.3.4 *Diagnóstico das ações*

Após a definição dos participantes do programa foram apresentadas as atividades, ações e projetos sociais que aconteceram de abril de 2009 a junho de 2012, realizadas pelo o programa, foram listados e descritos em relação aos resultados obtidos, número de participantes na organização e número de público envolvido direta e indiretamente.

Com as definições das ações e atividades foi permitido contextualizar os atores e suas relações e contribuições com cada etapa do programa. A contribuição individual de cada ator foi analisada nas descrições das ações, como também os resultados obtidos em cada etapa. No final de cada etapa do programa foi proposto um desenho estruturado de rede, em quatro momentos distintos.

1.3.5 *Tipificações da Rede e caracterização dos atores pelos diagramas de Redes*

Após apresentação das ações do Programa de Desenvolvimento Local e a caracterização dos principais atores envolvidos, foi proposto um desenho de rede para cada etapa do programa. O intuito de apresentar os diagramas de rede nas quatro etapas do programa de Desenvolvimento Local foi útil para evidenciar a formação e a construção da rede social em torno do programa ao longo do tempo e em cada ação. Os desenhos de redes propostos tangem apenas os relacionamentos que os atores tiveram

na execução do programa, assim não está relacionado nesta pesquisa, avaliar a rede social do bairro e município, e sim os contatos propiciados pelas ações implementadas pelo programa.

Os desenhos dos diagramas de redes propostos foram criados considerando cada nodo ou vértice representados pelos atores na forma das instituições que participaram da referida etapa. As ligações ou arestas que ligam os atores representam interações e relações que aconteceram em decorrência das atividades necessárias para a execução das ações em cada etapa. As ligações assim estão associadas à cooperação, às trocas de informação e recursos, frequências destas trocas e reputação dos atores relacionados. Vale ressaltar que ainda existem contatos externos entre os atores que participam do programa, que não foram apontados por estarem fora da análise proposta por este trabalho de pesquisa.

1.3.6 *Mensuração e avaliação da eficácia das ações*

Como método de mensuração do presente trabalho, buscou-se analisar a eficácia do programa, por meio dos indicadores ligados à estruturas da rede e sua função. Como os de centralidade, proatividade frequência e reputação.

A eficácia das ações corresponderá à realização do objetivo proposto pelo Programa e quais desdobramentos estas tiveram no público beneficiário. Os entraves serão apurados em decorrência dos efeitos negativos gerados após a consecução das ações e projetos aplicados ao bairro

Para a avaliação da eficácia serão construídos indicadores que verificarão se o objetivo foi atingido ou não, por meio dos produtos e resultado de cada etapa. Os indicadores utilizados foram de densidade, centralidade – por grau, por intermediação e por proximidade – frequência, reputação e proatividade.

Para uma conceituação e medição da eficácia do programa foram distribuídas diferentes notas a cada indicador indo de cinco pontos para muito forte, quatro pontos para forte, três pronto para força regular, dois pontos para fraco até um ponto para muito fraco. Assim foi construída uma tabela onde cada ação recebeu uma

nota de acordo com seu indicador. Após a distribuição individual de cada nota por indicador somou-se a pontuação obtida na ação e a classificou com baixa eficácia, media eficácia, ou alta eficácia, levando em consideração a tabela 02, que estabelece o grau de eficácia.

Tabela 02: Grau de eficácia

Pontos	Eficácia
25 a 35	Alta
13 a 24	Media
0 a 12	Baixa

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os indicadores de baixa eficácia estão relacionados às ações que não atingem os objetivos propostos e são necessárias ações corretivas para a consecução do objetivo. Os indicadores de média eficácia estão relacionados às ações que cumpriram parcialmente os objetivos propostos. Os indicadores de alta eficácia são relacionados as ações que atingiram completamente os objetivos.

Para a mensuração dos indicadores de eficácia foi elaborada uma tabela contendo as ações e seus respectivos indicadores e juntamente a justificativa para a avaliação proposta.

1.3.7 *Apresentação e discussão dos resultados, a partir de metodologia de centralidade e densidade de redes, entraves e proposta de aprimoramento.*

As análises das estruturas de redes sociais permitem identificar a maneira que cada ator se relaciona e interage com os outros por meio de diagramas e consequentemente sua relevância e importância na consecução das ações. Como maneira de analisar estas interações entre os atores, este trabalho optou por uma metodologia de análise das centralidades dos atores e da densidade das relações para definir as estruturas da rede em construção. Segundo Paulillo e Almeida “nas redes de políticas públicas, essas propriedades, quando examinadas, podem levantar proposições para correção de rumo ou até uma reestruturação mais profunda.” (2011, p. 856).

Para avaliar a estrutura da rede em construção se utilizou da análise da centralidade - por proximidade, por intermediação, por grau - a densidade da rede, a frequência das relações, a proatividade em cada etapa e reputação dos atores. Os indicadores de centralidades oferecem uma medida capaz de identificar qual o ator central, sua comunicação com os outros, quais estão mais próximos do maior e menor número de atores e aqueles que servem como mediadores de acesso a outras instituições e indivíduos. A frequência permite identificar a interação propiciada pelas conexões entre os atores, e análise das relações sociais. A reputação é propiciada pelos graus de confiança, capacidade e status que um determinado ator recebe de outros indivíduos ou grupos de uma estrutura social. A proatividade é a iniciativa que certos atores têm em executar e em se antecipar as mudanças de certos ambientes e contexto, mostra os investimentos individuais ou coletivos em uma rede social.

Na concepção de Paulillo et al. (2009, p. 67)

reputação é determinada pelos recursos conquistados, pela concessão estatal de status público e pela chancela dos demais atores privados, a partir de suas capacidades de representação e de aglutinação. Está diretamente associada a atributos como caráter, habilidades e confiança dos indivíduos e é extremamente importante sob condições de incerteza e trocas customizadas, além de salvaguardar as trocas por meio de redução de incertezas, uma vez que propicia informações sobre a confiabilidade e a benevolência de outrem.

Nesta pesquisa o conceito de frequência é entendido como

a quantidade de interações de troca ocorridas entre dois atores. É uma rica fonte de transferência de conhecimento tácito entre os indivíduos. Contatos pessoais permanentes adicionam certa dose de cortesia e consideração entre os atores, desencorajando ou, pelo menos, reduzindo a busca de vantagens particulares numa transação (PAULILLO et al., 2009, p. 67).

Para análise das ações do Programa foi considerada a iniciativa das instituições em propor atividades, em um comportamento mais proativo em determinados momentos que em outros. Indivíduos e instituições proativas afetam as mudanças no seu contexto, mudam a missão da sua organização ou descobrem e resolvem problemas. Já os não-proativos reagem, se adaptam e se moldam ao ambiente, bem como falham em identificar e aproveitar a oportunidade para mudar o ambiente (KAMIA; PORTO, 2009, p.360). Assim, a proatividade nas organizações é um conjunto de comportamentos dirigidos a metas em que o um indivíduo busca espontaneamente

por mudanças em seu ambiente, que visam solucionar problemas e implementar ideias que beneficiam a organização. Esses comportamentos podem se manifestar de diferentes formas no contexto de atuação e envolvem três dimensões básicas: 1) Busca ativa por oportunidades de mudança; 2) Planejamento e execução de ideias, e; 3) Enfrentamento de obstáculos (KAMIA; PORTO, 2009, p.361).

Para compreender as análises por centralidades, foram adotados alguns conceitos como indicam Paulillo e Almeida (2011, p.856) a centralidade de proximidade – *closeness centrality* – refere-se ao quanto um ator precisa percorrer para alcançar os outros elos da rede, e quanto menor for esse caminho, maior a sua centralidade na rede. A centralidade de intermediação – *betweenness centrality* – é um índice que apresenta o quanto um ator atua como ponte, facilitando o fluxo de informação em uma determinada rede, ou seja, o poder que ele tem de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer. [...]. A centralidade de grau – *degree centrality* – é um conceito que remete ao número de contatos diretos que um ator mantém em uma rede dividido pelo número de contatos possíveis desse mesmo ator. Alejandro e Norman (2005 apud Paulillo e Almeida (2011, p.856)) definem o conceito de densidade como [...] uma medida expressa em percentuais referente ao coeficiente entre as relações existentes e as possíveis na rede. Assim, quanto maior for esse número ou mais próximo de um, maior a densidade e a comunicação direta entre os atores. A densidade reflete também o compartilhamento de informação na rede. Se a densidade for baixa, as conexões também o serão e, portanto, esse compartilhamento será reduzido.

As análises de redes foram realizadas por meio da utilização do software UCINET¹, que calculou as medidas de centralidade por proximidade, por grau e intermediação e densidade da rede, que associadas aos conceitos desenvolvidos ao longo da pesquisa forneceram um retrato mais preciso sobre os diagramas propostos.

Foram elaborados gráficos e tabelas comparativas nas quatro etapas do Programa de Desenvolvimento Local, dos índices de centralidade e densidade de rede, para identificar a evolução das redes que se formaram em cada etapa estudada.

¹ Utilizou-se o *software* Ucinet para Windows 6.0 versão 1.00 (Borgatti, Everett e Freeman, 2002)

Após as análises das tabelas e diagramas de formação de rede, eficácia do programa e centralidade, frequência, proatividade e reputação, foram discutidos os resultados, relacionando os dados as realizações do Programa proposto pelo SENAC, os objetivos alcançados e maneira como foram atingidos, desdobramentos e continuidade das ações do programa para cada agente envolvido na rede.

Após uma explanação dos resultados e de uma discussão dos caminhos da formação da rede, que percorreu o Programa de Desenvolvimento Local no Bairro de 2009 a 2012, foi apontado os entres que acabam por dificultar a implementação do programa, a não realização de alguma ação ou que está não tenha cumprido seu objetivos e os recursos utilizados.

Com a finalidade de aprimorar o programa foram propostas revisões de condução, de estratégias de implementação e estrutura organizacional do SENAC na implantação do programa. Nesta fase, busca-se entender esse programa em uma ação de política menor, ou micropolítica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GLOBALIZAÇÃO, TERRITÓRIO E POBREZA

Na atualidade, as cidades e regiões urbanizadas, em meio a uma globalização da economia², dos costumes e da sociedade, se revelam como pontos terminais de processos de produção e consumo humanos no planeta. Uma globalização involuntária ao homem, ao local e à comunidade, promovendo certa diversidade que espanta os estudos da biologia e ecologia. A diversificação dos modos de vida é expressa em relação à adaptação e exploração do espaço pelo homem. A globalização torna-se um imperativo, em uma produção unívoca do espaço, porém a resiliência do lugar é identificada em uma espécie de resistência social. Regiões, cidades, zonas, bairros ou simplesmente comunidades³ tornam-se uma composição reterritorializada do padrão externo global entre os sujeitos; as relações sociais e o meio ambiente, de maneira paradoxal, interagem e limitam o processo exploratório. Os desdobramentos e expressões desta globalização apontam bolsões de pobreza⁴ e ilhas de irrealidade, segurança e consumo, os não-lugares estudados por Marc Augé.

Se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar. A hipótese aqui defendida é de que a supermodernidade é produtora de não-lugares. (AUGÉ, 1994, p. 73).

Diante das novas configurações trazidas pelas tecnologias de informação e transporte, é alterada a relação do homem com o meio onde vive. Como afirma Michael Serres (apud Santos, 2002 p. 313), a relação com o mundo mudou, não é mais local-local, como nas economias feudais, burguesas, rurais e pré-industriais, mas é global-local, nas quais os eventos mundiais influem e impactam diretamente o meio de vida das localidades.

² A globalização perversa, estudada por Milton Santos em “Por uma outra globalização” (2003) revela o processo de movimento econômico e social externo ao território e sua história.

³ “A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A ‘defesa do lugar’ vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um ‘assunto comunitário’. Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade — a comunidade local, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que “não faça parte”) — fornecer aquele ‘estar seguro’ que o mundo mais extenso claramente conspira para destruir?” (BAUMAN, 2003, p.102).

⁴ Para um aprofundamento sobre os bolsões de pobreza, ver Aziz Ab’Saber (1994).

Existe, concomitantemente ao processo de globalização, um outro: o de glocalização, que se revela⁵ um local para o local, com seus encontros de vizinhança, completando um sentido de lugar e pertencimento, influenciados pelas relações externas globais. São nos bairros que os indivíduos moram, habitam e ocupam o espaço. É na comunidade local que se cria a sociabilidade, a tradição, a territorialização⁶, os arranjos produtivos, as economias locais, o cooperativismo, o associativismo e a solidariedade da presença humana. A rede de vizinhança revela uma construção social cotidiana, produzida no espaço-tempo dos homens lentos⁷, capazes de adaptarem-se e de agirem em sua comunidade devido à condição socioeconômica e ambiental que se encontram dada a uma globalização perversa.

São as periferias, as favelas, as ocupações irregulares, as várzeas de rios, as encostas e topos de morros que o improviso, a criatividade e a solidariedade surgem como questão alternativa e de necessidade dos bens e serviços.

Os homens 'lentos', para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. [...] É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro (SANTOS, 2002, p. 325).

Os bairros pobres, à margem de centros urbanos, criam uma unidade territorial, com suas redes físicas representadas por sistemas de objetos geográficos e redes socioeconômicas representadas por um sistema de ação que são complementares ao território que advém. Desta forma, o objeto do presente estudo visa investigar a formação ou não de uma rede por meio da implementação do programa de Desenvolvimento Local do SENAC no bairro do Jardim Maria Luiza IV e, após essa verificação, qual a estrutura dessa rede, sua eficácia e centralidade.

⁵ “A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. É a esse fenômeno que G. Benko (1990, p. 65) denomina "glocalidade", chamando a atenção para as dificuldades do seu tratamento teórico. Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Também devemos evitar o "risco de nos perder em uma simplificação cega", a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta "os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais" (Santos, 2002, p. 314).

⁶ O conceito de Territorialização é aprofundado por Deleuze e Guattari na obra *Mil Platôs*, no qual buscam criar um campo subjetivo da existência, que vai além das definições dos estudos do espaço geográfico. (Para mais, ver GUATTARI, DELEUZE, 1995).

⁷ “Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador” (SANTOS, 2002, p. 325).

2.1.1 *Globalização, hegemonia de mercado e os pobres das cidades*

Neste capítulo, pretende-se relatar as mudanças sociais e econômicas provocadas pela globalização para compreender o seu impacto nas políticas públicas locais. Qualquer eventual proposta na escala local representa uma conexão com escalas mais amplas e mais complexas. Acreditar em uma análise estritamente localista, sem buscar suas relações mais contextuais, resulta num saber e um conhecimento fracionado e especializado em um paradigma disciplinar-científico. O movimento desta pesquisa parte inicialmente por um entendimento dos fatores que compõe a globalização atual, suas tensões do âmbito local-global, o meio técnico-científico informacional, a hegemonia de mercado e as novas maneiras de perceber e atuar no planeta, que passou de uma relação local-local para uma local-global. Como nos lembra Michel Serres

[...] nossa relação com o mundo mudou. Antes, ela era local-local; agora é local-global [...]. Recorda esse filósofo, utilizando um argumento aproximadamente geográfico, que hoje, temos uma nova relação com o mundo, porque o vemos por inteiro. Através dos satélites, temos imagens da Terra absolutamente inteira (apud SANTOS, 2002, p. 313).

A pós-modernidade lança aos Estados nacionais desafios permanentes como a desigualdade deixada pela globalização da economia, a explosão demográfica iniciada no século XIX e acentuada no século XX, a ampliação das necessidades sociais em territórios cada vez mais segregados e a apropriação e exploração dos recursos sociais e naturais pelo poderio do mercado global.

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem. (SANTOS, 2003, p. 34).

Os Estados assumem uma posição de submissão ao mercado e especialmente às grandes corporações, na direção que a proposta do mundo capitalista se concretize por meio da economia política, em um processo de expansão dos

mercados pelo planeta. Os investimentos em regiões e localidades cada vez mais longínquas garantem a entrada de divisas nos territórios, a produção de bens e serviços e a criação de emprego para a geração de renda. O Estado, mantendo sua sustentação social por meio dos processos econômicos, submete-se ao mercado e, em contrapartida, deve garantir direitos e necessidades sociais, das básicas às mais específicas, diante de uma demanda sempre crescente de políticas sociais sustentadas em meio à produção econômica.

O geógrafo Milton Santos, em *Por uma outra globalização* (2003), relatou como os fenômenos da globalização atravessam a localidade, de maneira a ampliar os contrastes sociais, econômicos, técnicos e informacionais, desenvolvidos e operados por diversos agentes do mercado. Neste sentido, a globalização seria perversa, pois é organizada e maquinada por uma hierarquia absoluta e abstrata ao lugar, garantidas pelo livre mercado global e com um certo controle dos Estados. “A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas” (SANTOS, 2003, p. 67). Nas análises dos fenômenos da globalização são estudados a tensão do global versus o local e seus desdobramentos, em um sentido de dominação dos sujeitos de baixo pelos sujeitos de cima. Uma outra globalização seria proveniente da sociabilidade do espaço do cidadão, isto é, apresenta como resposta resistência e resiliência de uma força local, contida nos bairros da pobreza, nos guetos dos migrantes, na segregação dos excluídos. As cidades atuais, especialmente as metrópoles, devido aos avanços do meio técnico-científico-informacional, comportam vetores de horizontalidades promovidos por uma cultura popular e vetores de verticalidades conduzidos pelos agentes hegemônicos.

[...] existem duas situações-tipo em todas as grandes cidades. Há, de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida *de cima*, e um setor produzido *de baixo*, que, nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes (SANTOS, 2002, p. 323).

A supremacia dos agentes hegemônicos globais, como as grandes corporações, empresas multinacionais ou ainda o mercado internacional, se concretiza nas cidades ou regiões, por meio de fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual: a unicidade da técnica; a convergência dos momentos; a cognoscibilidade do planeta; e a existência de um motor único na história, representado

pela mais-valia globalizada (SANTOS, 2003, p. 24). A leitura das forças globais de influência local, e as forças locais de expressão global são, além de um aspecto de análise atrelado ao espaço geográfico, como a reorganização de saberes, políticas, economias e sociedades.

As verticalidades do sistema financeiro e econômico global aumentam os antagonismos de todos os tipos entre grupos sociais distintos. Os espaços são muitos bem delimitados nas cidades em determinadas zonas tecnológicas e informacionais e outras áreas desprovidas de recursos básicos à manutenção da vida em sociedade. A sociabilidade promovida nos espaços urbanos aumenta os espaços de interações. “A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros” (SANTOS, 2002, p. 319), e este espaço se torna preenchido por profundas contradições econômicas e sociais entre seus elementos produtivos, institucionais e coletivos.

O processo de globalização imprime, portanto, dois vetores expansivos e intensivos no espaço-tempo: um movido por forças hegemônicas globais, no qual a finalidade é o mercado, a industrialização, o livre comércio e o consumo; o outro composto pela segurança comunitária⁸, providas pelos relacionamentos solidários e cristalizados em ligações horizontais, de reciprocidade, coesão social, cooperação associativismo, presentes em redes sociais de vizinhança.

Os ‘de baixo’ não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada (SANTOS, 2003, p.144).

O bairro, a comunidade, o gueto, o local onde se habita, trabalha, estuda e diverte-se devido à proximidade propiciada pelos relacionamentos "pode criar solidariedade, laços culturais e desse modo identidade" (Santos, 2002, p. 318). É a convivência no mesmo espaço, na experiência compartilhada das percepções, saberes, emoções, dificuldades, simbolismos, promoções individuais e ações coletivas que se forma e reforma a consciência de sujeitos e grupos políticos localizados.

⁸ “Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas” (BAUMAN, 2003. p17).

O papel da vizinhança na produção da consciência é mostrado por J. Duvignaud (1977, p. 20), quando identifica na 'densidade social' produzida pela fermentação dos homens em um mesmo espaço fechado, uma 'acumulação que provoca uma mudança surpreendente' movida pela afetividade e pela paixão, e levando a uma percepção global, 'holista', do mundo e dos homens. [...] o intercâmbio efetivo entre pessoas é a matriz da densidade social. (SANTOS, 2002, p. 319)

A vizinhança cria um plano referencial para atuações coletivas de instituições, organizações e sujeitos dentro de uma mesma realidade. A densidade social não diz respeito ao número de habitantes por metro quadrado. Não é uma métrica, um número ou um padrão, em um espaço definido, quase sempre a se ocupar, controlar ou dominar. A densidade social é intensiva e extensiva nos relacionamentos presentes em um espaço de atuação sem barreiras.

Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações (SANTOS, 2003, p. 144).

A efetivação das ações sociais é possível pela existência do espaço liso, propiciados pela segurança da comunidade, na leitura de Bauman (2003), um território subjetivo de referência no qual se insere, criando assim um sentido de coesão social, mesmo que efêmera. Um local onde a comunicação interpessoal e intrapessoal foge ao controle do Estado, dos padrões hegemônicos dos mercados globais, da mídia e da telemática.

O Estado traça uma métrica de atuação política, direcionada a populações específicas, com a estratégia de incluir, para não correr o risco de uma revolução social promovida por minorias. O mercado traça o padrão do processo de produção e de consumo. Ambos sustentam a divisão do espaço, a segregação do território, a exclusão do diferente e a separação do estrangeiro. As tendências quando se apresentam como globalizatórias e não apenas referências globais passíveis de uma escolha tornam-se perversas, como aponta SANTOS (2003) por serem antes uma forma de civilização hegemônica. A atuação hegemônica global é difusa, uma vez que são definidas por instâncias abstratas e distantes, por intermédio da ocupação do território, dominação da representação política e racionalizada na interpretação da análise. A finalidade da globalização perversa será de duplo controle coletivo: pelas vias do Estado, o controle

populacional; e pelas vias da empresa ou corporação, na produção de um público-alvo e na conquista do consumidor.

Os desafios lançados pela globalização da economia no planeta banalizam o espaço da vizinhança, da tradição, do contato com o outro e da comunicação do cotidiano – em sentido direto, interfere na existência individual e coletiva. A coesão social é substituída pelo controle populacional. O controle estatal é promovido por políticas de benefícios sociais para as mais variadas populações, sempre o governo há de criar um ministério novo, a agenda política está sempre aberta. O controle da vida capitalista é garantido pela entrada na sociedade do consumo, no qual se produz antes o consumidor para depois industrializar o produto.

A seguir pretende-se apresentar a arquitetura da globalização: a unicidade da técnica; a cognoscibilidade do planeta; a convergência dos momentos; e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Esta análise servirá para posterior relação com imperativos locais, mais especificamente com o objeto de estudo desta pesquisa.

2.1.2 *Globalização da ciência, técnica e informação.*

A globalização caracteriza o período atual da vida das sociedades contemporâneas. Os processos produtivos se tornam globais, conseqüentemente há uma explosão técnico-informacional promovida por altos investimentos empresariais e estatais. Acredita-se que os novos contornos assumidos pelo mercado liberal e seus atores hegemônicos concentram uma fonte de poder econômico e social que incentiva, investe, progride e desenvolve, mas também limita, secciona, proíbe, segrega muitos atores do processo e do acesso aos benefícios da sociedade globalizada. O período atual altera a forma de perceber, pensar e agir no planeta. As relações sociais e econômicas são mediadas pela globalização que expande a ocupação no planeta. Anterior à globalização, as interações eram regionalizadas entre diferentes localidades. Com o advento da tecnologia, da informação e da comunicação, a forma de interpretar o mundo se torna mediatizada.

As famílias de técnicas inseridas no território apresentam um universo de discurso e uma efetuação nos corpos individuais, nas relações sociais, nos meios de produção. As novas técnicas se apresentam como inovações no meio social e

econômico, abrindo possibilidades de desenvolvimento e progresso, mas também criando um novo imperialismo, quando são direcionadas por uma política de mercado.

O período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como, frequentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral (SANTOS, 2003, p. 65).

O desenvolvimento social depende de evoluções e justiça garantidas pelo Estado e promovidas pela própria sociedade, que se efetuam na forma de assistência pontual e limitada a determinados públicos e beneficiários restritos. A criação científica, que em um contexto geral deve oferecer respostas à sociedade, acaba se limitando à garantia de técnicas, à produção econômica e à reprodução dos meios de vida do consumo. As técnicas globalizadas entram nos espaços mais distantes com maior velocidade e intensidade devido à ocupação que fazem do território, pelas redes econômicas da produção, do transporte, de comunicação e de informação. A unicidade da técnica sucede do fato que uma técnica nunca vem isolada de outra, “as técnicas se dão como famílias” (SANTOS, 2003, p. 24). O regime tecnológico é cercado por condicionantes de uma máquina de controle, tanto estatal quanto mercadológico, no qual as contribuições, facilidades e benefícios para o desenvolvimento social são mantidos por interesses de produção e consumo de atores hegemônicos.

O acesso a informações cada vez mais veloz possibilita a convergência do tempo e o acontecimento de outros lugares que se dão de forma instantânea. A Guerra do Golfo de 1992 foi transmitida em tempo real para o mundo. Os tsunamis, terremotos ou qualquer outro evento natural e social aparecem em todos os noticiários que vão dos telejornais à internet quase que instantaneamente. Em 11 de setembro de 2001, quando os ataques terroristas acertaram a primeira torre do *World Trade Center*, em segundos o mundo acompanhou “ao vivo” a investida das aeronaves à segunda torre, ao Pentágono e à Casa Branca. A informação em aceleração rápida pelos meios de comunicação e a seletividade destes promovidas pelas corporações e Estados nacionais direcionam o olhar da sociedade aos apelos comerciais e de consumo. Ao mesmo tempo em que tudo deve ser visto por todos, a velocidade da informação deixa tudo fugaz e passageiro. Sem uma racionalização, sistematização, cientifização da informação pelos sujeitos

individuais e coletivos, pelas instituições, organizações e grupos sociais, a informação é vinculada em seu excesso, incapaz de se solidificar em conhecimento. “A informação é uma matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar” (MORIN, 2003, p.18), e este parece ser um dos desafios das ciências sociais e do pensamento humano aplicado às populações e aos territórios no mundo globalizado atual.

A dialética da sociedade vista por Karl Marx, assim como a invenção do método psicanalítico por Sigmund Freud, causaram revoluções ao pensamento humano, comparadas a de Copérnico ou ainda Descartes em suas épocas. O materialismo dialético e a psicanálise mantêm uma análise da sociedade e do indivíduo dividida em classes ou entre consciente e inconsciente, ou seja, fundou um intelectual do tipo marxista como representante das massas e um analista capaz de conduzir interpretação do inconsciente; porém, certamente foram eles responsáveis por uma transformação social do pensamento contemporâneo que influenciou: a teoria crítica da escola de Frankfurt de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Walter Benjamin; o estruturalismo de Ferdinand de Saussure, Claude Lévi-Strauss, Jacques Lacan, Roland Barthes e Louis Althusser; a fenomenologia de Edmund Husserl, Martin Heidegger, Max Scheler, Maurice Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre; e mais a filosofia da diferença⁹ de Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e Jean-François Lyotard.

As ciências sociais evoluem com o entendimento das contribuições das diversas disciplinas do saber. Pela primeira vez as ciências da terra, naturais e ecológicas, trazem para o diálogo das ciências sociais a interação com os ecossistemas e concebem a interligação da vida com o meio, como os apontamentos realizados por Fritjof Capra (1996) na obra *Teia da Vida*. A teoria da relatividade de Albert Einstein (1922), a mecânica quântica e a termodinâmica possibilitaram a ruptura com o pensamento mecânico-disciplinar de Galileu Galilei e Isaac Newton. As descobertas da

⁹ As leituras da filosofia contemporânea, por assim a filosofia da diferença, sobretudo aqueles que buscaram traçar linhas de fugas, máquinas de guerra, devires, vires a ser, rizomas, conceitos estes que partiram do Além do Homem nietzschiano. O conceito de Além do Homem, presente nos textos de Friedrich Nietzsche, muitas vezes confundidos pela literatura portuguesa que traduziu *Übermensch* como super-homem, nasce no livro *Gaia Ciência* (1882), mas definitivamente é desenvolvido com toda sua profundidade em *Assim falou Zaratustra* (1883-85). Este conceito de superação do homem, ou além do homem, como tantos outros conceitos nietzcheanos, abrem linhas de pensamentos na filosofia ocidental, influenciando tanto o estruturalismo, a fenomenologia e o existencialismo, surgindo na metade do século XX como forma alternativa ao behaviorismo, a teoria crítica, ou ainda ao materialismo histórico dialético. Foi após o entendimento da filosofia do martelo de Nietzsche e contrariando o idealismo platônico que um grupo de filósofos franceses (Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Jean-François Lyotard, entre outros) avançam em uma proposta menos historicista e antigenealógica da filosofia.

física moderna alteraram o modo estático de observar uma realidade, um objeto sempre relativo, dinâmico e como uma tendência à desordem. O processo da globalização científica proporcionou o conhecimento de que o homem vive em um planeta finito e tem, pela primeira vez na história, o saber dinâmico e o conhecimento que vai do todo às partes, em um sistema de interação e de eco-sócio-organização, em um contínuo de mutação em ordem e desordem, em um objeto de pesquisa por assim dizer complexo, como apontado por Edgar Morin, em *Ciência com Consciência* (MORIN, 2003). A globalização altera o paradigma científico da disciplinaridade para o transdisciplinar e libera o homem, antes mantido nos contratos regionais e locais, para os globais e contextuais.

Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade (MORIN, 2002, p. 14).

O complexo, ou o “tecido em conjunto” (MORIN, 2002, p. 14) emerge como proposta de ciência transdisciplinar ao “método” de Descartes, que mais separa e especializa. O viés científico da globalização potencializa a oportunidade de desenvolvimento de pesquisa das mais variadas áreas do conhecimento. O que ocorre às inovações técnicas é que elas recebem um maior investimento por parte de empresas globalizadas, que buscam metas e objetivos definidos pela ordem do mercado. Os temas sociais e ecológicos tornam-se não prioritários. Apenas uma ciência capaz de reunir as diferentes disciplinas poderá trazer respostas, antes tratadas isoladamente.

Na globalização dos meios técnicos científicos e informacionais (SANTOS, 1988) as decisões são encaminhadas por via da economia política, desta maneira direcionadas ao mercado. A ideia de que a sociedade progrida e se desenvolva está vinculada mais a um certo tipo de crescimento econômico que uma justiça ou igualdade social ou, ainda, qualquer possibilidade de conservação dos recursos naturais. A exploração dos recursos sociais, como indivíduos e comunidade, e dos recursos naturais com a extração e industrialização se concretiza na realidade local e nos contornos territoriais como finalidade última da política: incentivar a produção cada vez mais competitiva e o consumo voraz.

A crueldade da segregação social proposta pela globalização da economia, em suas diversas escalas de atuação hegemônicas, acaba por centralizar as decisões fora do alcance local ou científico. Os desdobramentos das ações e técnicas hegemônicas são abstratas ao contexto onde se inserem. Os efeitos, riscos e ameaças acabam por impactar as menores escalas, e que se opera por mecanismos estatais e empresariais de decisões distantes de suas implicações, não sensíveis aos eventos e ações que autorizam e provocam. As consequências dos impactos das forças exteriores são demonstrados em dados econômicos, refletindo uma parte da realidade, limitando a percepção dos atores hegemônicos, de como coexistem as relações sociais e o meio ambiente que afetam.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. (SANTOS, 2003, p.39).

A segregação apresentada pela globalização e efetuada pelos atores hegemônicos reflete não apenas em serviços sociais e políticas públicas, ou ainda, nas ações básicas que deveriam ser garantidas pelo Estado de Direito. A separação entre os modos de vida vai além das necessidades físicas e materiais: ocorrem no acesso restrito às técnicas de produção e reprodução social, às informações selecionadas e dirigidas pelos meios de comunicação. As “técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades”. (SANTOS, 2003, p. 39). As técnicas são desenvolvidas e adquiridas pelas empresas, como também apropriadas pelo Estado. Nos tempos atuais, as inovações técnico-científicas, a velocidade da informação e o direcionamento da comunicação acabam por apresentar uma segregação ainda mais dura, em que se evidenciam os aportes e avanços da produção e do consumo para toda a sociedade, mas a distribuição de produtos e as possibilidades de acesso a esses modos de vida são limitados a determinados segmentos.

O círculo informacional em que os sujeitos são inseridos acaba com uma informação programada pelos vários meios de comunicação, incentivada pela livre concorrência dos mercados e autorizada pelo Estado. “A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculada pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos” (SANTOS, 2003, p. 41). O

papel da informação se apresenta como uma forma de controle do gosto, dos comportamentos, do desempenho da vida. A finalidade de tal controle é difusa, em um sentido que não existe uma intenção última ou um único objetivo a se cumprir.

2.1.3 Hegemonia do sistema de produção: o modelo corporação

A sociedade industrial se caracteriza pelo processo mecânico-linear de produção da esteira de montagem das fábricas de Ford e os métodos de especialização das tarefas/funções de Taylor. Gramsci, em seu caderno do cárcere número 22 de 1934, intitulado *Americanismo e fordismo* (GRAMSCI, 2006), define o fordismo como modelo de produção, que nasce na fábrica e que se expande para fora de seus muros sob um caráter ideológico, político e cultural, determinando assim o americanismo. A correlação entre americanismo e fordismo é a forma pela qual a burguesia torna-se hegemônica na América do Norte, ou seja, “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2006, p. 247). Já segundo Taylor, embasado na ciência administrativa, a produtividade da fábrica estava relacionada com a especialização – deste modo, a divisão do trabalho deveria ser feita por tarefas específicas, repetitivas e contínuas. As consequências da produção em série era robotizar o operário ao ritmo da máquina, limitar drasticamente sua expressão, impedi-lo de criar e participar do processo de produção. Para Gramsci,

Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (GRAMSCI, 2006, p. 267).

A criação do modelo ou do padrão de produção nas linhas de montagem da fábrica e de sua especialização funcional é feita pela serialização das engrenagens que fazem o funcionamento da máquina. A repetição dos movimentos e a adaptação dos corpos de operários, física e subjetivamente ao trabalho, se dá pela divisão em setores, seções, unidades de trabalho mais ou menos homogêneas. Os departamentos com suas funções especializadas e hierarquias propõem separações discursivas e efetivas do controle dos corpos. A racionalização das atividades produtivas pela administração superior é similar aos estratégicos planos de guerras dos exércitos militares. A

disciplinarização dos corpos, que se inicia na família com a divisão pai/prole e na escola com professor/aluno, se efetua de maneira mais concreta na fábrica com patrão/trabalhador. A fábrica é o acontecimento do trabalho operário sob o controle da administração competente. A divisão é institucionalizada de maneira organizada, administrada e gerida pelo meio de produção fabril. As fábricas no sistema disciplinar inspiram a família, escola, o hospital, a prisão e o hospício.

No filme *Tempos Modernos* (CHAPLIN, 1936), a expressão das imagens em movimento ilustram a comunhão de corpos na tecnologia industrial da linha de montagem da fábrica. O modelo de desenvolvimento é impulsionado pelas técnicas industriais de produção em série. A sociedade moderna produz indivíduos e organizações serializados e fragmentados. O incentivo estatal das indústrias ocorre por políticas para prover progresso tecnológico em um dado território. A industrialização traz consigo uma proposta de progresso e de sociedade desenvolvida por intermédio das tecnologias de ponta. A tecnologia acelera a competitividade da fábrica, o trabalhador pode ser substituído pela máquina. A chegada das fábricas às cidades é entendida como progresso por via das novas técnicas de mecanização e das especializações que fragmentam o processo produtivo, como também o são a alteração dos moldes de produção, os problemas gerados com o desemprego e ainda a requalificação necessária à nova inserção social do trabalhador.

O mercado globalizado fragmenta o sistema de produção não mais em processos mecânicos lineares como os modelos industriais que inspiraram as sociedades modernas. A sociedade industrial dividia-se em caixas e compartimentos, ora separando a produção, ora organizando o trabalho. A política industrial tinha o intuito de separar as funções para produzir em menor tempo e hierarquizar as ações para administrar a instituição de maneira eficaz. Nos dias atuais, a globalização evolui o modelo fabril de linha de montagem e especialização funcional para a corporação, que busca fragmentar a produção em diversos territórios.

O impacto causado pelo aparato internacional ou supranacional a longínquos espaços, com seus sistemas de produção próprios, com suas leis, normas e técnicas, possibilita uma homogeneização da força de trabalho e ainda dos equipamentos, do consumo e dos comportamentos, atrelando as relações sociais aos fluxos globais civilizatórios. As políticas de crescimento de mercado e de ampliação das transações extrativistas, agrárias, industriais e comerciais por todo o planeta fragmentam

a produção em escala global. Assim, o método fragmentário da fábrica apresentado pela sociedade industrial evolui no sentido de uma separação ainda maior e desterritorializada. O processo de produção é decomposto e descentralizado da fábrica para a dispersão das etapas da produção pelo mundo. Surge o novo agente hegemônico: as corporações, as multinacionais e as empresas internacionais.

Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas desempenham papel fundamental na organização espacial, exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Este controle constitui-se em um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção (CORRÊA, 1992, p. 35).

A fragmentação dos processos de produção nos territórios não tem como fim último o controle social – é bem sabido que este controle é sustentado pelos Estados, na forma de políticas econômicas e sociais, conceituados por muitos autores como uma política neoliberal. A decomposição da fábrica em diversas unidades e escalas mundiais está relacionada às garantias econômicas, como a redução de custos de produção, ganhos na produtividade, logística de fornecedores e de mercados consumidores, aprimoramento tecnológico, menores preços das matérias-primas e da mão de obra. A globalização da produção proposta pela hegemonia da corporação encontra territórios profícuos com a evolução das técnicas de transporte e de informação, que aproximaram os locais antes dispersos. A administração centralizada nas corporações promovem decisões hierárquicas por agentes transnacionais e internacionalizados, porém com consequências locais irreversíveis e efeitos irredutíveis às sociedades, economias, ambientes urbanos e rurais.

A fábrica cria a hegemonia em seu sistema de produção industrial, por meio da disciplinarização dos corpos econômicos como modelo de organização político e social. A corporação nascerá em uma sociedade diferente em seus contornos, forma de organização e de estruturação, de implantação de técnica de atuação. A fábrica transporta o modelo da disciplina analisada por Michel Foucault em sua teoria do manicômio, da prisão, do saber, da escola, nos séculos XVII e XVIII. Assim tem-se a passagem da sociedade industrial, que deu origem ao modelo disciplinar, para a sociedade de consumo que originou o Biopoder, apontado por Foucault, e a sociedade de controle, rascunhada por Deleuze.

2.2 REDES SOCIAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS

O termo ‘redes sociais’ vem ganhando expressão no meio das ciências sociais, econômicas, informacionais, médicas e políticas, como método de análise de variados objetos epistemológicos, contribuindo como ferramenta de investigação e pesquisa.

Nas ciências sociais de maneira mais ampla que agrega uma variedade de disciplinas, o conceito de rede recebe novas proposições, especificamente com as contribuições dos analistas de sistemas informacionais, com a neurociência, com as evoluções dos sistemas vivos presentes na ecologia e biologia e os avanços da física quântica pós-newtoniana. Porém a multiplicidade de campo referencial merece um detalhamento e aprofundamento em seu sistema de revisão teórico-prático.

Este estudo busca antes ampliar os contornos deste campo em expansão que orbita nas referências sobre redes sociais, do que criar uma sistematização capaz de dar conta tanto de uma genealogia do termo ou uma gnosiologia aplicada.

Optou-se por um vetor de concepção do termo redes sociais, servindo de contribuições de outras ciências em um sentido transdisciplinar mesmo que ainda superficial em suas bases aqui apresentadas, para se referir a sujeitos, indivíduos, grupos de interesses, personagens, agentes locais, instituições e organizações em fluxos, trocas, relações, interações, retroações, ligações, mesmo que laterais, centralizadas, descentralizadas, autônomas, superficiais, aparentes, profundas, ambíguas, extensivas e intensivas, que não seriam capazes de dar conta da evolução do termo, pois foge aqui das proposituras deste estudo.

Localizado nos estudos das ciências sociais, as referências aqui utilizadas, partem dos discursos sociológicos, como coesão social, solidariedade e capital social, como também fazem uso de termos das ciências informacionais e algumas contribuições conceituais nas ciências complexas de Edgar Morin e Fritjof Capra ou das filosofias sobre o rizoma de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

2.2.1 *Coesão Social, inclusão e micropolíticas do desejo*

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo ligado aos principais escritórios da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições internacionais, responsável por realizar estudos e pesquisas que recolhem, organizam, interpretam e difundem informações e dados relativos ao desenvolvimento econômico e social da América Latina e o Caribe, publicou no ano de 2007 o documento intitulado “Coesão Social – Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe”.

A “coesão social é definida como a dialética entre mecanismos instituídos de inclusão e exclusão social e as respostas, percepções e disposições dos cidadãos diante do modo como tais mecanismos funcionam” (CEPAL, 2007, p. 25). Desta forma extrai-se desta propositura que os mecanismos institucionais podem promover tanto a inclusão ou a exclusão – seriam, portanto, dialéticos, como também as resistências e os movimentos sociais promoveriam ajustes à sociedade por meio de respostas, percepções e disposições dos cidadãos a estas contradições de classes.

Não existe um estado de coesão e outro sem coesão: coesão e repulsão coexistem em uma dada sociedade. É dessa estabilização solidária, ou esse *in solidum social*, que se dá a coesão. Graças em boa parte à solidariedade, à superação de antagonismos e dialéticas que se proliferam diferenças entre indivíduos em grupos capazes de firmar pactos e outros contratos. A multiplicidade de indivíduos cria um ambiente de ambiguidades que a coesão deve dar conta. Não é possível a coesão sem conflito: os pactos atravessam essas contradições, por meio de processos de formação solidários e de construção de outros contratos sociais, trazidos não mais por classes e sim por minorias, territórios marginalizados e grupos de excluídos.

Devido aos antagonismos presentes em um universo de crescentes desigualdades e exclusões é que indivíduos são arrastados para as margens, periferias ou bairros descontínuos a cidade, transformando-se em minorias, onde acabam por aumentar a coesão de determinados grupos, mesmo que momentânea, capazes de insistir na causa do outro, atender finalidades subjetivas e objetivas. Assim, o conflito posto na sociedade, capaz de produzir bolsões de pobreza, de racismos em várias culturas e

xenofobismos, alimenta as subjetividades de resistências e moléculas revolucionárias capazes de lutar pelo discurso do outro, o qual sustenta uma maior solidariedade e inclusão. A solidariedade é fundada, assim, em uma vida não fascista, como propôs Foucault por meio da “indignidade de falar pelo outro” (FOUCAULT, 1984, p. 72).

Cabe aqui fazer uma referência à micropolítica de Deleuze e Guattari, na qual uma política das minorias e das multiplicidades subjetivas resistiria a uma política maior daquela que afirma sempre um discurso. Essa política maior comporia agenciamentos e demarcaria territórios, em um primeiro momento na forma de discurso, para só então explicar os elementos materiais, que se fixam em espaços de exclusão. Desta maneira, é graças à existência do metro padrão de um homem ocidentalizado e unidimensional que as diversidades e as diferenças criam e constroem resiliências, adaptações, inclusões e integrações, sempre com a expressão de grupos excluídos, marginalizados ou menores.

A noção de *minoría*, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. *Minoría* e *maioría* não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. *Maioría* implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. Suponhamos que a constante ou metro seja homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer – o Ulisses de Joyce ou de Ezra Pound. [...] Pois a *maioría*, na medida em que é analiticamente compreendida no padrão abstrato, não é nunca alguém, é sempre Ninguém — Ulisses —, ao passo que a *minoría* é o devir de todo mundo, seu devir potencial por desviar do modelo. Há um ‘fato’ majoritário, mas é o fato analítico de Ninguém que se opõe ao devir-minoritário de todo mundo (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 52).

A revolução molecular só explicaria sua mudança se for representada por seus agentes. A proposta de política dos excluídos, ou dos menores, é alternativa ao discurso padrão ou estabelecido, por isso revolucionária. A política maior em si é reformista, por falar pelo outro, e derivam desta concepção as políticas coronelista, paternalista ou clientelista, dependendo do contexto político e histórico das sociedades.

A política do desejo sustentaria uma coesão social sempre em determinados grupos e por algum tempo específico. A coesão social pode ser entendida como um elemento em formação, dado a um determinado grupo em um tempo e espaço específico. Hoje não seria razoável pensar, como achava Durkheim, em uma coesão da sociedade como algo sólido; talvez isso fosse possível nas ciências sociais no século

XIX, mas em tempos de Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001), a coesão social é limitada a certos grupos e por períodos efêmeros, como o que ocorrem nos guetos e nas comunidades com as garantias de certas individualidades, desejos e segurança de grupos e povos.

A coesão seria referida a um determinado tempo e expressa por um grupo, constituído à medida da potencialidade menor, em trocas subjetivas e matérias que sustentariam as relações em redes sociais. Por mais que exista materialidade reunida, as relações seriam fundadas do campo do desejo, que por mais individualizado que seja, ainda é coletivo.

Os atores protagonistas de revoluções sociais deixam de ser aqueles apontados pelo marxismo de vanguarda, como o partido, o sindicato, ou o intelectual do tipo socialista. O sentido mesmo de revolução mudou com o avanço do capitalismo, com a expansão da globalização e da sociedade do consumo. A revolução, hoje, é molecular, pois deixa de ser a tomada do poder pelo proletariado ou pelos representantes de classes sociais de trabalhadores e passa para a luta na forma de reivindicações de grupos marginalizados – ou para utilizar uma expressão de Felix Guattari e Suely Rolnik (1996) mais avançada: as minorias.

Os sujeitos coletivos históricos que participavam como protagonistas da negociação política – sindicatos e associações de classe – fragmentam-se cada vez mais, e as novas formas de organização e flexibilização também segmentam seus interesses e demandas. Surgem, ademais, novos atores, cuja integração a demandas restritas ao mundo do trabalho é difícil: mulheres, grupos étnicos, jovens, camponeses sem terra, ecologistas, grupos de bairro, entre outros (CEPAL, 2007, p. 20).

Se antes existia uma sociedade dividida em classe, como esperava Marx, e conseqüentemente uma revolução para o benefício dos mudos trabalhadores e conduzida quase sempre por representantes intelectuais do partido ou sindicato socialistas, os atuais ativistas são grupos e coletividades que, por estarem de fora ou à margem da sociedade, estão dispostos a ações revolucionárias, bem como por em questão o poder e a sustentação de seu discurso e controle.

A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário. Mesmo o marxismo "traduziu quase

sempre a hegemonia do ponto de vista do operário nacional, qualificado, masculino e com mais de trinta e cinco anos". Uma outra determinação diferente da constante seria então considerada como minoritária, por natureza e qualquer que seja seu número, isto é, como um subsistema ou como fora do sistema (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.52).

A relevância do estudo da CEPAL 2007 está em mostrar um sistema de indicadores capaz de identificar a percepção dos cidadãos referente à atuação de organizações por meio de políticas e ações sociais de forma geral, não se concentrando na análise de uma política em específico. “Parte-se do pressuposto de que um sistema de indicadores permitiria aplicar padrões mínimos de coesão social, dimensionar situações de discriminação e exclusão e dar conta do avanço e da eficácia das políticas públicas neste campo.” (CEPAL, 2007, p. 11).

Convém ressaltar que, pelo fato de determinados atores hegemônicos acreditarem no crescimento econômico como forma de promoção de inclusão e igualdade e controlarem a rede econômica de benefícios financeiros e econômicos, tanto material quanto subjetivamente direcionados pela sociedade do consumo, só aumentaram a exclusão, a segregação e as desigualdades nas sociedades atuais. Desta forma, o “sentido de pertencimento”, como expressão da coesão social, estimula a cooperação mútua, reforça a solidariedade e produz capital social – tão relevante para desenvolvimento quanto o capital econômico. Neste contexto, a “coesão social pode contribuir para acelerar tanto os processos de inclusão como os de desenvolvimento”. (CEPAL, 2007, p. 14). A justificativa da hegemonia estabelecida por grandes cooperações internacionais e governos nacionais é o ciclo de investimentos no capital econômico em detrimento do capital social, por conta dos retornos financeiros garantidos pelas transações monetárias em bolsas de ações e bancos internacionais.

2.2.2 Redes e complexidade

Este subcapítulo visa apresentar os conceitos de redes, tanto nas ciências naturais e da computação, como sua utilização como forma de análise de políticas e programas presentes nas ciências sociais e políticas. Não existe uma pretensão de se promover uma genealogia do termo, pois não é este o objetivo deste trabalho

acadêmico. A disposição em efetuar uma revisão teórica do conceito de redes é a possibilidade de criar um arcabouço teórico capaz de contribuir com a análise do objeto de pesquisa desta dissertação, que visa entender as características e estruturas das relações sociais propiciadas pela implementação do programa de Desenvolvimento Local induzido pelo SENAC São Paulo no bairro do Jardim Maria Luiza IV.

2.2.2.1 Baran e as redes distribuídas: o princípio da internet

O conector de redes tem sua popularização por intermédio dos inúmeros avanços técnicos, científicos e informacionais possibilitados pela internet, mais precisamente pela *world wide web*, através das trocas de dados pelos protocolos TCP/IP. A internet que conecta computadores entre si também projeta e publica imagens e hipertextos virtuais em sites, redes sociais digitais e pacotes de dados, propiciando circulação de informação nos espaços cibernéticos. A instantaneidade das transições, o livre acesso às informações globalizadas e a evolução tecnológica criada pela comunicação entre computadores propiciou aos indivíduos contatos extraterritoriais, ampliando a interação entre si e, em certas circunstâncias, as relações sociais no planeta. A rede mundial de computadores quebra o contato centralizado e contínuo do espaço, fechado nos círculos viciados de informações locais, para regiões mais distantes, atravessando fronteiras planetárias e atravessando a conexão global e local, tal qual imaginada por Michel Serres. As redes de computadores potencializam a dinâmica socioespacial, tornando-se um avanço tecnológico de caráter histórico e podendo ser considerada uma das descobertas científicas mais relevantes do final do século XX.

Um estudo significativo sobre a comunicação entre computadores foi realizado por Paul Baran em 1960 nos Estados Unidos, atendendo a um pedido do governo americano de encontrar um sistema de comunicação capaz de suportar uma série de bombardeios bélicos sem acabar com a comunicação entre si. O desafio da comunicação era orientado pelo contexto do pós-guerra e pelas necessidades de avanços técnico-científicos, acirrando os conflitos dos grandes blocos econômicos e políticos, travados entre capitalismo e socialismo depois da segunda metade do século XX.

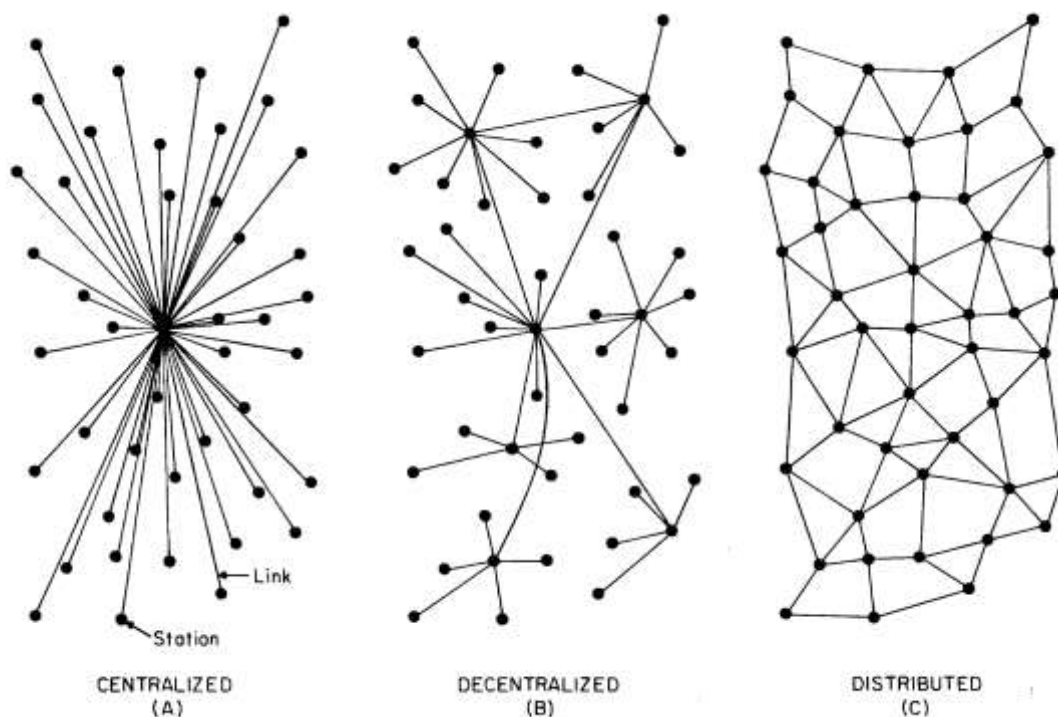
O projeto encomendado à Baran era de criar uma rede que, em um ataque militar, não fosse totalmente desligada, se uma das suas partes fosse atingida. Baran delimita assim o seu objeto de pesquisa:

propõe-se um sistema de comunicações onde não existiria um comando central ou ponto de controle; no entanto, todos os pontos sobreviventes seriam capazes de restabelecerem contato entre si se um qualquer deles fosse atacado. Portanto, estragos numa parte não destruiria o todo e o seu efeito no todo seria minimizado (BARAN, 1960, p.VII).

O trabalho de Baran contribui com um avanço conceitual, por meio da análise das topologias das redes, que inspirou os movimentos cibernéticos subsequentes, antevendo o que futuramente seria a internet. A concepção fundamental deste pesquisador foi classificar os sistemas de redes em função de sua capacidade de resistência, redundância e resiliência, e isto se deu devido à inspiração na neurociência, como afirmou Baran em entrevista a Stewart Brand (2001):

Queríamos saber como construir um tal sistema, uma rede de computadores com comando e controle fiáveis. Portanto, acabei por me interessar pela área das redes neuronais. Em particular, Warren McCulloch inspirou-me (...). Ele mostrou como se poderia cindir uma parte do cérebro e a função dessa parte mover-se para outra parte. O modelo de McCulloch do cérebro tinha as características que eu julgava serem importantes no design de um sistema de comunicações fiável (BRAND, 2001, p. 03).

As redes neurais têm a capacidade de, mesmo com a perda de neurônios, manter o funcionamento do cérebro. O motivo é certa disposição adaptativa do sistema nervoso central, sua plasticidade cerebral, diante de terminadas lesões, como os traumatismos crânio-encefálicos leves e de acidentes vasculares cerebrais localizados. Esta aptidão se relaciona com a possibilidade de se resgatar impulsos eletroquímicos em neurônios localizados em outras regiões, promovida pela forma distribuída que as sinapses promovem suas conexões. Para Baran, as redes comunicacionais poderiam ser classificadas segundo suas conexões e conseqüentemente a sua capacidade de resistência a dados, em três tipos de diagramas conforme apresentados na figura 1:

Figura 1: Diagramas de Paul Baran

Fonte: Baran (1960, p. 2)

Considerando os diagramas de Baran na figura 1, podemos afirmar que os sistemas “A” centralizado e “B” descentralizado são estruturas que concentram a informação, pois o segundo agrupamento de conexões nada mais faz que reproduzir o motivo de centralização do primeiro, em outros polos. A distinção mais concreta afirmada por Baran é entre os dois primeiros sistemas e o terceiro, representado pela letra “C” ou caracterizada como rede distribuída. “Embora possamos traçar uma grande variedade de redes, todas elas se classificam em dois tipos: centralizadas, ou estrelas e distribuídas, em redes ou malha” (BARAN, 1960, p. 1).

A relevância dos diagramas de Baran foi criar certa topologia das redes, baseada em diferentes formas de conexões, que por sua vez modificam a configuração estrutural das redes e, conseqüentemente, sua organização e características. Após dez anos destes estudos, criou-se a possibilidade de se conectar computadores entre si, sem a necessidade de passar por algum tipo de centro de controle ou de comando: surge a internet. Baran mesmo chega a atribuir que somente é uma rede quando as informações se tornam distribuídas e não centralizadas. A questão de se entender o quanto uma rede pode ser centralizada lhe atribui características e formas peculiares de organização. Em

certa medida, Baran antecipou a anárquica maneira que a comunicação em computadores de forma distribuída ou em rede possibilitaria uma liberdade maior de comunicação.

2.2.2.2 A teia da vida e a complexidade

Disto nós sabemos: a terra não pertence ao homem, o
homem que pertence à terra. Todas as coisas estão
interligadas, como o sangue que une todos nós. O homem
não teceu a teia da vida, ele é meramente um fio dela. Tudo
que ele fizer à teia fará a si mesmo¹⁰.

(Discurso do cacique Seattle, 1854).

Os conhecimentos científicos por muito tempo tentaram afastar o senso comum da construção de saberes. As ciências produzidas pelo método newtoniano acreditava que o universo seria uma grande máquina, passiva de ser reproduzida e comprovada, com dados estatísticos e matemáticos. Esta concepção mutilou muito os conhecimentos historicamente construídos por povos e culturas distintas. Isto porque era necessário à ciência se distinguir do discurso teológico que influenciava a sociedade nos primórdios do cristianismo. A evolução acadêmica partiu para a construção de métodos seguros de comprovações, como se o universo estivesse estático ou fosse mecânico. Após o surgimento da antropologia, dos apontamentos das ciências naturais com o advento da ecologia e os ecossistemas e da ocupação do espaço global pelas tecnologias de transporte e comunicação no final do século XIX, saberes antes descritos como míticos, ou populares, recebem uma atenção por parte dos cientistas sociais, uma vez que nem o saber, nem o universo são estáticos como o relógio de Newton, mas sim históricos e socialmente construídos, em uma mistura de ordem, desordem e organização constante.

A fala do cacique Seattle, que faz a epígrafe deste subcapítulo, representa uma comprovação de que as vivências sociais com suas observações empíricas trazem

¹⁰ Tradução livre de: “*This we know: the earth does not belong to man, man belongs to the earth. All things are connected like the blood that unites us all. Man did not weave the web of life, he is merely a strand in it. Whatever he does to the web, he does to himself*”.

saberes que significativamente podem contribuir com a construção do conhecimento. Em meados do século XIX, este indígena americano, em resposta ao governo de seu país, que queria comprar o território sagrado de seu povo, apresenta não somente seus argumentos frente à iminente perda de suas terras. Ele relata também a integração entre homem e natureza, que fora construída em milhares de anos e extinta em décadas, devido à falta de compreensão da teia da vida. Fritjof Capra resgata esta observação essencial, publicada no livro *Teia da Vida* (CAPRA, 1995), onde busca uma religação socioambiental do homem contemporâneo por meio da interação dos saberes.

A 'teia da vida' é, naturalmente, uma ideia antiga, que tem sido utilizada por poetas, filósofos e místicos ao longo das eras para transmitir seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos. Uma das mais belas expressões é encontrada no célebre discurso atribuído ao Chefe Seattle, que serve como lema para este livro. (CAPRA, 1996, p. 35).

A concepção de teia da vida, em um sentido estrito e direto, está relacionada aos ecossistemas ou sistemas vivos capazes de conter a interação de indivíduos e comunidades e, conseqüentemente, ações de fatores bióticos e abióticos. Procurando avançar com o conceito e considerando-o um termo transdisciplinar, Capra aponta a existência de uma rede entre seres vivos, espécies e indivíduos; porém, a ligação de todos estes seres em um nível biológico, químico, físico, social e ecológico seria em si uma outra rede e não apenas nodos. “Desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da vida como sistemas vivos, ‘redes’ interagindo à maneira de rede com outros sistemas ‘redes’”. (CAPRA, 1996, p. 35, grifo nosso). A afirmação mais contundente, portanto, é a de que a teia da vida seria uma rede de indivíduos, comunidades e ambientes com outra rede, biológica, química, individual em um sistema complexo de ação, interação e retroação. “Por exemplo, podemos descrever esquematicamente um ecossistema como uma rede com alguns nodos. Cada nodo representa um organismo, o que significa que cada nodo, quando amplificado, aparece, ele mesmo, como uma rede” (CAPRA, 1996, p. 35).

Os fatores abióticos são afetados e afetam as comunidades e indivíduos nos seus diversos domínios ecológicos, como também promovem tocas de energia e matéria em seu interior e com seu exterior. Assim, fatores bióticos e abióticos estão em permanente ligação, uma vez que “a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um

fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões: assim como acabei de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biológico-sociocultural, e que os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos” (MORIN, 2000b, p. 177).

Edgar Morin, pensador e antropólogo francês, procura entender os fenômenos pelas suas mais variáveis dimensões e por intermédio de uma transdisciplinaridade. Considerando a conceituação da teia da vida como uma rede que contém redes, ela deve ser encarada como um objeto de estudo complexo. Neste sentido, Morin esclarece que

complexus é o que está tecido em conjunto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar uma unidade da complexidade; porém, a unidade de *complexus* não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram” (MORIN, 2000b, p. 188).

A unidade proposta pela complexidade é, portanto, juntar o que foi separado por outras ciências, constituindo-se um método integrador.

Retomando a fala do cacique Seattle e os apontamentos de Capra sobre a teia da vida, é oportuno trazer o dilema do teorema de Pascal, que dizia: “Considero impossível conhecer as partes sem antes conhecer o todo, como conhecer o todo sem antes conhecer particularmente as partes.” (MORIN, 2000b, p. 188). Nos sistemas complexos, o interessante é promover o movimento de ir das partes ao todo e do todo às partes, uma vez que existem ligações intrínsecas e extrínsecas. Em outras palavras, a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sobre estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. (CAPRA, 1996, p. 35).

A busca pelo conhecimento não é um mergulho às especializações que mutilam e seccionam as disciplinas e o conhecimento. “Os sistemas atômicos, biológicos, sociais indicam-nos que um sistema não é só uma constituição de unidade a partir da diversidade, mas também uma constituição de diversidade interna a partir da unidade” (MORIN, 2000b, p. 260). Os sistemas são uma troca entre o uno e o diverso,

assim toda unidade contém sua diversidade, seja ela atômica, química, biológica, social ou estrutural, como também a diversidade é uma totalização de unidades diferenciais em outras proporções. Compreender essa dinâmica é próprio do pensamento complexo, que busca agrupar o que as ciências cartesianas há tempos propunham dividir. Parafraseando Descartes neste contexto: penso; logo, é complexo.

Grande parte das ciências atuais se afirma em métodos científicos de pesquisa e análise para promover seus apontamentos e comprovar suas hipóteses. O que ocorre é que cada disciplina do saber não promove uma interação com as demais, buscando uma interdisciplinaridade mesmo que lateral, muito menos o atravessar conceitual da transdisciplinaridade. Ocorre nas fábricas, escolas e manicômios uma separação militante do saber e conseqüentemente sua hierarquização e sistematização.

Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico, colocando os maiores acima dos menores, à maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há 'acima' ou 'abaixo', e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes. (CAPRA, 1996, p. 35).

Os conceitos de rede, dentro das ciências atuais, acabam por criar um objeto de estudo complexo, portanto uno e diverso, partes que formam um todo, e sempre parcialmente aberto ao diálogo em um mesmo plano com outros elementos.

Considerando a rede como uma ligação de nodos que se movimentam e fluem em um sistema de interação, inter-relação e retroação, capaz de ser mudado e de alterar os outros nodos, concede-se um contexto de pesquisa transdisciplinar. Alguns estudos fenomenologistas tendem a entender a troca entre os nodos como o evento essencial das formações em rede, consideram os nodos ou pontos relativamente isolados se relacionando entre si. A rede pensada em um plano bidimensional do fenômeno seria tratada como pontos dispersos no espaço com certas ligações de lateralidade e de subordinação capazes de caracterizar o tempo e espaço. Sua influência nas ciências sociais deriva de uma compreensão em termos extensivo das redes, sem captar diretamente seu valor intencional ou ainda subjetivo. A relação em rede, recuperando conceitos ecológicos, liga redes ainda menores e não menos complexas de um subsistema de rede menores, em dimensões químicas, físicas, ecológicas, sociais e psicológicas, que em decorrência da gama de variáveis, dificultaria uma resposta

intencional, lógica ou científica. Para avançar o entendimento em outras linhas epistemológicas, como a filosofia e a arte, a rede conteria outras redes e não simplesmente nodos indivisíveis e inteiros.

Diferente das ciências que se utilizam de complexidade, proposta por Morin, para criar um novo plano de referência, a filosofia proposta por Felix Guattari e Gilles Deleuze utiliza a imagem de um bulbo com ligações subterrâneas e antigenealógicas, que devido às suas propriedades conectivas auxiliariam a filosofia a criar seu plano de imanência. A este bulbo eles chamam de rizoma, sobre o qual não caberia aqui um aprofundamento, mas vale a aproximação deste conceito com o de rede para futuro estudos.

Um rizoma não começa e nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”. É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duras margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37).

Os autores traçam, no texto “Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia” (DELEUZE; GUATTARI, 1995), as principais características do rizoma como algo em constante modificação, movimento e fluidez, sendo uma dimensão sem começo e sem fim, *intermezzo*, e não uma unidade. O rizoma “não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32). O rizoma como imagem de pensamento não é uma estrutura fixa e conectada por nodos, como supostamente pensavam os estruturalistas e fenomenologistas atribuídos à linguagem e à genealogia. Oposto a uma estrutura,

o rizoma é feito somente de linhas. [...] O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. [...], o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] unicamente definido por uma circulação de estados [...] todo tipo de ‘devires’ (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32).

Assim, o rizoma não é algo concluído, finalístico ou estrutural, mas antes um tornar a ser, um devir.

Em botânica, chama-se rizoma a um tipo de caule-raiz que cresce horizontalmente. Suas conexões são subterrâneas, algumas vezes aéreas. Rizomas são capins, gramíneas, bambus, bananeiras, com órgãos de reprodução vegetativa ou assexuada. Pensar as redes como plano de referência para as ciências sociais pode estar próximo do pensar o rizoma como plano de imanência para a filosofia. Rizomas e redes podem estar em um mesmo paradigma filosófico-científico, como o proposto pela complexidade e transdisciplinaridade do tecido em conjunto. Longe de se fixarem, as redes são intensidades móveis, graças à sua coesão efêmera, ao mesmo tempo territorializada e desterritorializada, fluidas nos conceitos de Bauman, velozes e aceleradas em Paul Virilio. A epistemologia de uma conceituação de rede ainda carece de mais estudos, pesquisas, ligações e aproximações, para se construir uma axiomática científica, movediça e incerta que sirva de referencial teórico.

2.2.3 Redes de Análise de Políticas

As políticas públicas, sob a tutela do Estado, não alcançaram seus objetivos e resultados frente às grandes demandas socioeconômicas dos últimos séculos. Esta ineficácia estatal se deve à explosão demográfica, o aumento das desigualdades sociais e as variedades de temas que constantemente se inserem na agenda política. As divisões das responsabilidades entre estado e sociedade entram em crise. As ações e respostas estatais se tornam lentas, ineficientes e com grande dispêndio de recursos. Por sua vez, os atores sociais buscam uma maior organização, cooperação e efetividade na implementação de benefícios sociais, ambientais e econômicos. De fato, com o advento da globalização, que possibilitou um acesso à informação e aos recursos de maneira mais democrática, são reconfigurados os papéis e as relações entre setor público, privado e sociedade civil.

A sociedade civil organizada, por meio de associações, sindicatos, conselhos, grupos de pressão e movimentos sociais, assumem uma variedade de serviços e obrigações doravante atribuídos exclusivamente a agentes públicos, na

promoção da justiça social, na implementação de políticas econômicas setoriais e no atendimento das demandas novas, recorrentes e reprimidas, que tratam de temas essenciais à vida em sociedade ou ainda segmentos mais específicos e complexos. Os movimentos sociais crescem com a abertura da agenda política e com a implementação de ações públicas na proporção em que as desigualdades aumentam, as necessidades básicas não são atendidas, e as visões compartilhadas de grupos e setores buscam alternativas a um futuro incerto proposto pelo Estado.

As cobranças da sociedade sobre os resultados conseguidos pelas políticas públicas sobre o emprego de recursos financeiros, econômicos ou humanos em programas e projetos e a maneira de condução do processo de implementação destas políticas ganham novos desafios por parte das administrações públicas, que sofrem um acompanhamento mais próximo da população em decorrência da criação de normas, canais de participação e rápida troca de informações entre os atores beneficiados, mediadores sociais, imprensa, órgãos de controle e fiscalização. Um exemplo é a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, que surge com o intuito de limitar o endividamento da União, dos Estados e Municípios, ao passo que define os princípios básicos de responsabilidade, derivados da noção de prudência na gestão de recursos públicos. Com a restrição aos gastos públicos, a implementação das ações estatais necessitam de maior apoio, participação e recurso da própria sociedade para serem executadas. O investimento em capital social tem um custo-benefício que está relacionado diretamente com a efetividade e eficácia das políticas. Isto se deve aos relacionamentos, as trocas, as características entre os atores participantes, suas centralidades e frequências de interações.

A condução das políticas públicas por mediação estatal sofrem modificações em sua formulação e implementação com a entrada de atores da sociedade civil na execução de projetos, programas e políticas. Os canais de participação em grupos de decisão, apoio na realização de projetos e a abertura para a captação de recursos multiplicaram os atores individuais ou institucionais presentes na vida pública. Somado a isso, as novas demandas sociais são cada vez mais alvos de intervenções, capazes de serem conduzidas de forma partilhada por uma rede social composta de agentes locais, nacionais ou internacionais trabalhando pela causa comum ou pública. Nesta lógica, uma política pública aconteceria de forma coletiva, não centralizada apenas por um

agente público, como era assumida pelo governo no Estado de bem estar social ou ainda no Estado de providência, mas assumida pela sociedade que trata da *res publica*, ou seja, mantida por um conjunto de atores que vão além dos administradores públicos e são representados por indivíduos e organizações da sociedade em geral.

a existência de uma rede de política pública que tem influência sobre os resultados políticos, mesmo que seja claro não os determina. Ao mesmo tempo essa existência reflete o status relativo – e o próprio poder – dos interesses particulares em dado campo político (RHODES; MARSH, 1995).

A rede de políticas públicas surgiria, portanto, em um contexto histórico específico, em que o aumento das funções e deveres estatais é reconfigurado por uma cumplicidade e complementaridade na oferta de serviços e direitos sociais e econômicos, através de atores intermediários das políticas como indivíduos e organizações voltados a este fim. As redes seriam um tipo de arranjo que liga tais organizações com suas estratégias e com seu contexto institucional (KICKERT et al, 1999, p. 1). Neste momento histórico, desconsiderar os atores intermediários seria inviabilizar o acesso a serviços públicos e produtos pelos beneficiários de determinadas políticas. “A rede é um tipo específico de relacionamento direto e indireto, o qual conecta atores que podem ser: indivíduos, coletividades ou organizações” (OLIVERS; EBERS, 1998, p. 549-583).

As políticas públicas tiveram no Brasil dos anos 1970 a 1980, no governo militar, uma postura centralizadora do Estado. A configuração das políticas neste contexto era de um Estado intervencionista, em transição de um sistema de bem-estar social, que pretendia promover ganhos sociais básicos, para um regime neoliberal, no qual os incentivos estatais seriam destinados a uma abertura da economia de mercado. Marcos e avanços industriais e ruralistas caracterizam esta época. Atualmente, com a fragmentação do Estado nacional, a configuração para a construção de políticas públicas se alteram, principalmente com a quebra de hierarquias estatais rígidas do tipo *top-down*, e a introdução da sociedade em um sistema *bottom-up*. O estado, somente por intermédio de seus recursos, sejam eles administrativos ou burocráticos, não são eficientes e eficazes na execução das políticas públicas sem a complementaridade social de diversos agentes políticos, individuais e coletivos. Como os interesses sociais são transfigurados, não apenas em interesse estatal ou de um governo, e são antes de tudo interesse público, de grupos de pressão, demandas específicas e agentes intermediários,

a diversidade de ordens e variáveis para a problematização, introdução na agenda, formulação de respostas e execuções de políticas públicas acabam por incentivar um caminho menos hierárquico e centralizador que os governos ditatoriais. Assim, os interesses locais, regionais ou ainda de grupos de minorias entram na pauta para serem revistos, reavaliados, reajustados com uma participação da sociedade, mesmo que ainda incipiente, mas mais ativa que em outros tempos. “Fundamentalmente, as redes de políticas são arranjos auto-organizados, autogovernados e autônomos” (RHODES, 1999, p. XII).

As políticas são orientadas não só pelo governo central hierarquizado, mas por uma trama de agentes que são mediadores sociais para a consecução de benefícios em determinados segmentos sociais, econômicos e ambientais. A rede, ou essa trama, seria uma modalidade específica de coordenação de ações de múltiplos atores que se distinguem, das modalidades de coordenação, pela hierarquia e pelo mercado. (POWELL, 1993, p. 265-276). Uma rede pode ser orientada a partir de interesses locais, regionais e/ou nacionais. (RHODES, 1993, p. 203 – 214). Por exemplo, as políticas educacionais e de saúde possuem formulações, concepções, direcionamentos, orientações, estratégias e recursos financeiros federais e estaduais, mas sua execução acontece em uma rede pública de atores que compreende não só prefeitos, secretários de educação e saúde, conselhos, gestores, diretores de escolas, professores, médicos, enfermeiros, agentes de saúde, mas também voluntários em diversos segmentos, Organizações não-governamentais (ONGs), associações de bairro, grupos filantrópicos, empresas de educação, indústria farmacêutica, escolas de formação e profissionalização que acabam por se relacionar no espaço político administrativo de nível municipal.

Redes de políticas públicas podem ser compreendidas como um padrão estável de relações sociais entre atores interdependentes que se articulam em torno de um problema político e/ou um programa político, sendo que a interdependência é o conceito chave para abordagem de rede. Os atores na rede são interdependentes porque não conseguem alcançar seus objetivos sem a participação dos demais (KIECKERT et al, 1999, p. 6).

2.2.4 Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas pode ser estudada pelo viés do público pesquisado, do qual se busca levantar seus conhecimentos, competências e práticas profissionais, ou pelo viés estrutural, no qual o foco da análise é centrado na instituição, no aparelhamento estatal e nos meios organizacionais sociais. Ou ainda, pelo viés técnico, em que os resultados de produção, os processos internos e procedimentos de execuções são levados em consideração – o viés que analisa as ações com a intenção de verificar a eficiência e eficácia de políticas, programas e projetos.

Na avaliação de programas e projetos, a utilização de conceitos de eficiência, eficácia e efetividade torna-se uma forma de contribuir com a verificação dos resultados e dos impactos das ações, dos objetivos, das análises dos recursos empregados, das atividades desenvolvidas e de seus desdobramentos.

Os estudos da eficácia possibilitam identificar se os programas e projetos atingem os objetivos propostos. A avaliação da eficácia é uma forma de averiguar se uma política ou uma ação está de acordo com o que foi planejado no cumprimento de suas metas. Como relata CUNHA (2006, p. 8), a eficácia “é a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, é grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo, sem considerar os custos implicados”.

Devido à implementação das ações, políticas sociais e públicas sofrem com desvios de seus objetivos originais; assim, por meio da eficácia é possível verificar a assertividade das tarefas no alcance dos seus fins. Os indicadores de eficácia garantem, se realizados por meio de métodos científicos de pesquisas, um monitoramento das ações e realinhamento dos objetivos alcançáveis, caracterizando-se como um instrumento de gerenciamento.

A eficiência dos projetos é demonstrada por intermédio da competência em alcançar resultados finais com dispêndio mínimo de recursos e esforços. A eficiência é a relação formada entre os recursos humanos e materiais empregados e a consecução dos

processos apresentada em produtos finais. A eficiência “é a relação entre custo e benefícios, onde se busca a minimização do custo total para uma quantidade de produto, ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado” (CUNHA, 2006, p. 8).

O levantamento da eficiência propõe uma análise dos custos do processo de produção em comparação aos benefícios alcançados pelos programas ou projetos. O estudo da efetividade permite uma ponderação que garante reavaliar os procedimentos adotados no que diz respeito ao resultado e aos esforços empreendidos nos mesmos.

A criação de indicadores de eficiência permite uma avaliação do desempenho e da produtividade em relação a um tempo de efetivação das ações. Indicadores de eficiência articulam dados referentes aos recursos e resultados alcançados, o que garante a revisão de processos, a economia de materiais e o direcionamento de energia na obtenção de um benefício produtivo.

A efetividade se refere à transformação da realidade existente por meio dos programas e projetos, ou seja, como uma dada situação se modificou após a implementação das ações. A efetividade tem relação com os efeitos advindos de determinados processos de execução e garante um acompanhamento dos resultados e seus desdobramentos.

A efetividade examina em que medida os resultados do projeto estão incorporados de modo permanente à realidade das populações atingidas, em termos de benefícios ou mudanças geradas. Assim, a efetividade possibilita uma análise dos entraves de implementação, as dificuldades encontradas e como o público beneficiário se comportou na execução e implantação das ações.

a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a *condições controladas* e a resultados desejados de experimentos (MARINHO; FACANHA, 2001, p. 2).

O mapeamento da efetividade de projetos, programas ou políticas aplicados em comunidades, bairros ou territórios revelam os impactos propiciados pelo sistema de objetos e sistema de ações no cotidiano do espaço. As ações e objetos conjuntos são empreendidos coletivamente, gerando capital social.

Os indicadores de avaliação contribuem com a gestão de políticas públicas que beneficiem comunidades em termos técnicos, informacionais, sociais, econômicos e institucionais. A avaliação da efetividade resgata os entraves encontrados no percurso e apontados por determinadas redes, servindo como registro de condução e gerenciamento de políticas públicas ou de processos socioeconômicos.

O presente estudo pretende avaliar a eficácia do programa desenvolvido pelo SENAC no bairro do Jardim Maria Luiza IV, conforme descrito e explicado na metodologia abaixo relacionada.

2.3 Conexões, ligações e linhas de fuga

O lugar na antropologia pode ser definido como identitário, relacional e histórico, ocorre que a relação com o mundo mudou, não é mais local-local, e sim global-local. A globalização se apresenta no modelo corporação como um imperativo exterior capaz de influenciar e transformar profundamente o espaço-tempo, mas o lugar responde através da força das relações comunitárias, do pertencimento à grupos referências e do cotidiano da vida. Essa força do lugar em adaptação a globalização pode ser descrita como globolocalização.

O local de pertencimento de encontros de vizinhança criam sua sociabilidade, tradição, territorialização, como alternativa aos discursos globalizatórios. As ações sociais revolucionárias e resistentes tem como referências uma subjetividade presente nas comunidade que se originam ou nos grupos que advêm. São justamente os pobres que, devido a política da exclusão ou a ausência de política por parte dos poderes constituídos, criam sua sociabilidade em referências locais o que possibilita a sociabilidade e a criatividade. Desta maneira, movidos pelo desejo da necessidade, os pobres são os que mais efetivamente promovem suas políticas, ou se preferir, suas

alternativas à conjuntura socioeconômica hegemônicas de poucas oportunidades e recursos limitados.

Os Estados assumem uma posição de submissão ao mercado e às grandes corporações. A perversidade da globalização está na posição de supremacia que assume, ordenada por uma hierarquia absoluta e abstrata ao lugar, garantidas pelo livre mercado global e por um certo controle dos Estados. Estes agentes externos à sociabilidade e à construção do lugar seriam os vetores de verticalização. A globolocalização seria possível se incitada pela resistência e resiliência proveniente da força local, contida nos bairros da pobreza, nos guetos dos migrantes, na segregação dos excluídos. Estes seriam os vetores de horizontalidades.

O processo de globalização imprime, portanto, dois vetores expansivos e intensivos no espaço-tempo: um movido por forças hegemônicas globais com seus vetores verticais e outro movido por relações comunitárias locais, por intermédio de vetores horizontais. Neste sentido que a densidade de relacionamentos presentes em um determinado local, sua densidade social é capaz de criar uma sociabilidade e por assim dizer uma coesão em um de sentido preservar redes e laços de confiança.

A coesão poderia ser entendida como algo fluido, e não estático, presentes nestas relações móveis da modernidade, de integração à uma sociabilidade própria em um sentido de pertencimento a esta sociabilidade que se referencia.

A solidariedade seria a adesão à causa do outro ou se preferir a causa coletiva. Devido às crescentes desigualdades e exclusões que criam grupos marginalizados, periféricos ou bairros descontínuos da cidade, resulta-se em uma coesão efêmera e solidariedade transitória, transformam-se tais agentes coletivos em minorias. Por isso que a hipótese de Foucault por uma vida não fascista (FOUCAULT, 1984) ganha atualidade.

Uma política das minorias seria a resistência a uma política maior daquela que afirma sempre um discurso padrão. A política dos menores ou excluídos é alternativa ao estabelecido pela globalização perversa, por isso é revolucionária e não reformista como a política maior ou de Estado.

Seria pertinente distinguir uma política estatal sendo uma política pública, para atender um determinado público, atender certa demanda e equilibrar o sistema se consolidando assim por uma política maior. Já a política menor seria feita por e para os excluídos, surgiria como resposta das minorias a suas condições sociais. As políticas

públicas têm em seu conceito o controle do Estado, e uma política da população, devido seu caráter revolucionaria e poria em contestação este mesmo poder e sua hierarquia, portanto a política advinda da população e não sendo apenas objeto de políticas é revolucionaria pois está disposta a contestar a totalidade do poder onde ele é mais vivo: no cotidiano e no lugar. Guattari e Rolnik conceituam esse movimento social de revolução molecular (1996).

Nestas linhas de fuga traçadas e tramadas pelas minorias que os conceitos de Putnam de capital social merecem ser revisitados, pois acredita que este capital é inerente a determinado território desenvolvido. Nesta concepção não seria possível criar capital social, ele seria imanente ao lugar. Putnam não entende capital social como algo produtivo, capaz de construir redes sociais. As proposições de James Coleman também utilizadas por Francis Fukuyama avançam este conceito, pois apontam que “capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse” (COLEMAN, 1990, p. 302).

As teorias sobre redes vêm sendo utilizadas pelas ciências sociais, econômicas e políticas como forma de análise das relações entre indivíduos, organizações e coletividades. As possibilidades de investigação e suas aplicações variam em diferentes perspectivas e campos de pesquisas, contribuindo com metodologias capazes em aprofundar o entendimento das trocas sociais, comerciais, informacionais, de cooperação, agilidade, frequência, reputação, velocidade como pesquisa recentes de Paulillo e Almeida (2011). As metodologias de avaliação de redes sociais auxiliam a compreensão de grupos e coletividades, suas interações, intercâmbio, relações, ligações, tramas, pactos, acordos etc.

Estas metodologias possibilitam a sistematização dos conhecimentos relacionados a estes grupos de pressão, minorias e comunidades excluídas, como também a identificação das relações de potencialidades e entraves de atuação. Paulillo e Almeida (2011) propõem em suas análises que é permitido evidenciar as relações do capital social que está presente em uma determinada localidade, sua coesão social e quantificar e qualificar resultados. Como forma ilustrativa as análises por centralidade de proximidade indicam a distância percorrida por ator na rede. A centralidade de intermediação aponta os atores com maior capacidade de articulação. Já a centralidade por grau, revela os atores com mais contatos diretos. Estas formas de análise apresentam

como as informações e os recursos são traçados e compartilhados e permitem evidenciar atores chaves e falhas nas conexões que comprometem o processo de atuação particular e coletivo.

As metodologias de avaliação de redes sofreram contribuições das diversas ciências como, informática, neurociência e ciências naturais, como também uma evolução epistemológica proposta pela complexidade. Nas proposições de rede de Baran, as centralizações expõem os riscos que existem em determinados nodos que concentram poder, e os perigos da perda de comunicação caso estes nodos sejam excluídos. Nos diagnósticos de redes por centralidades, busca-se justamente identificar estes polos de concentração, suas ligações, e aberturas estruturais que permitam correções.

O desafio das concepções científicas de redes é justamente a relação com outras áreas do conhecimento, uma vez que, o '*complexus*' é o que está tecido em conjunto, onde as relações, não apenas econômicas e sociais das redes, podem evidenciar interações fluidas com sistemas como o ecológico, biológico, psicológico, cósmico dentre outros. Seria chegar na mudança de paradigma apostada por Morin com a complexidade da ciência, capaz de enfrentar as especializações e as disciplinarizações mutilantes do conhecimento, através da utilização da máxima de Pascal onde é "impossível conhecer as partes sem antes conhecer o todo, como conhecer o todo sem antes conhecer particularmente as partes". (MORIN, 2000b, p. 188). As formas de avaliação de redes sociais permitem, mesmo que ainda de maneira incipiente, pois unicamente por um viés social, conceber uma parcela do todo e da dinâmica das partes. Pode-se dizer que os estudos sobre redes ainda são, em determinados aspectos, parciais em seus fundamentos, métodos e resultados, se comportando mais de maneira interdisciplinar do que transdisciplinar. As relações das ciências sociais ainda estão contidas em avanços bilaterais, e faltam bases epistemológicas capazes de atravessar o paradigma disciplinar atual. Nesta mesma concepção que Capra afirma que a Teia da Vida seriam redes interagindo com outras redes" ou ainda que "há somente redes aninhadas dentro de outras redes". (CAPRA, 1996, p. 35).

Nestas perspectivas futuras profícuas o conceito de rede social merece atenção em seu trato científico, seja em sua relação teórico-prático, ou na abertura ao novo paradigma científico transdisciplinar permitindo um diálogo com outros conceitos,

que atualize sua aplicação. No sentido metodológico os avanços devem caminhar em uma variação de formas de se conceber as pesquisas e os conhecimentos, se aproveitando das mesmas formulações de sua gênese onde existia uma composição com outras áreas do saber.

Os avanços mediados pelas análises das topologias de redes, ou seja das estruturas e fenômenos das redes podem, em determinado nível, tanto em síntese e ambiguidades, se valer dos tropeços das correntes filosóficas estruturalistas e fenomenologistas, com o intuito de avançar com as concepções genealógicas, históricas e linguísticas das estrutura de ligações topológicas e dos fenômenos de relações laterais. Sobre isto poderia transitar sobre e sob as estruturas e estar fluindo anterior e posterior aos fenômenos.

Esta revisão teórica tem o objetivo de traçar bases conceituais que permitam ser retomadas nas conclusões deste trabalho. Seria pertinente apenas como uma abertura para pesquisas futuras a possibilidade de relacionar os conceitos de redes com os de rizoma, posto mais claramente por Deleuze e Guattari (1995). Isso porque a concepção de rizoma é, para a filosofia, um campo de imanência, as redes podem ser um campo de referência para as ciências, para isso é pertinente prosseguir com este conceito. Como o já explanado acima não seria que o pensamento em rede possa ser concebido apenas como ligação entre nodos, entre vértices e arestas e a interação de atores. Suas possibilidades podem se abrir em linhas de fuga, em um sentido e transformar a rede algo fluido, que está *intermezzo*, indo além da unidade e mais próximo das multiplicidades lineares. As estruturas seriam movediças e não fixas como pensavam os estruturalistas. Poderia assim, os conceitos de redes sociais serem extensivas em seus conteúdos e objetivos, e intensivas em suas expressões e subjetividades? Aqui seria necessária uma compreensão mais detalhada das ecologias sociais e ecologias mentais, planos extensivos de conteúdos e intensivos de subjetividade. O sujeito não é, mas está sendo. Crê-se que exista Ser de mais na conjunção e...e, capaz de propiciar múltiplas entradas e saídas, infinitas relações –não apenas as objetivas dos métodos grafos, topológicos e diagramáticos –, mas passíveis de serem promotoras de linhas de fuga, devires ou máquinas de guerras nômades¹¹.

¹¹ Para mais desses conceitos ver Mil Platôs(DELEUZE E GUATTARI, 1995)

3 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO BAIRRO

3.1 Formação histórica do município

O município de Jaú, com área total de 688 km², está situado na região administrativa de Bauru e na mesma região de governo de Itapuí, Bariri, Bocaina, Dourado, Dois Córregos, Mineiros do Tietê, Pederneiras, Macatuba e Barra Bonita, conforme. Encontra-se a 50km de Bauru a noroeste, principal polo regional que atende o município. No sentido nordeste, encontra-se as cidades de Araraquara, a 75km, e São Carlos, a 100km. Seguindo as rotas rodoviárias a sudeste, acessa-se as cidades de Rio Claro a 135km, Campinas, a 204km, e São Paulo, capital do estado, a 300km.

O município está localizado no centro do estado, e se encontra entre dois eixos rodoviários: as rodovias Washington Luis, Anhanguera e Bandeirantes ao norte, e Marechal Rondon e Castelo Branco ao sul. A principal via de acesso do eixo rodoviário norte com o eixo sul é a ligação propiciada pela SP-225, de Bauru a Itirapina, que passa por Jaú.

Jaú foi oficialmente fundada em 15 de agosto de 1853, por iniciativa de fazendeiros locais que viam uma oportunidade de crescimento e maiores facilidades socioeconômicas no povoado que ali já se instalava. Jaú veio efetivamente a se emancipar de Brotas apenas em 1859, por meio da lei nº 11 de 24 de março daquele ano, elevando a capela do Jaú à freguesia. Por sua vez se tornaria vila pela lei nº 60 de 23 de abril de 1866. O título de cidade só foi possível, já decorridos 36 anos de sua fundação oficial, pela lei nº 6, em 6 de fevereiro de 1889.

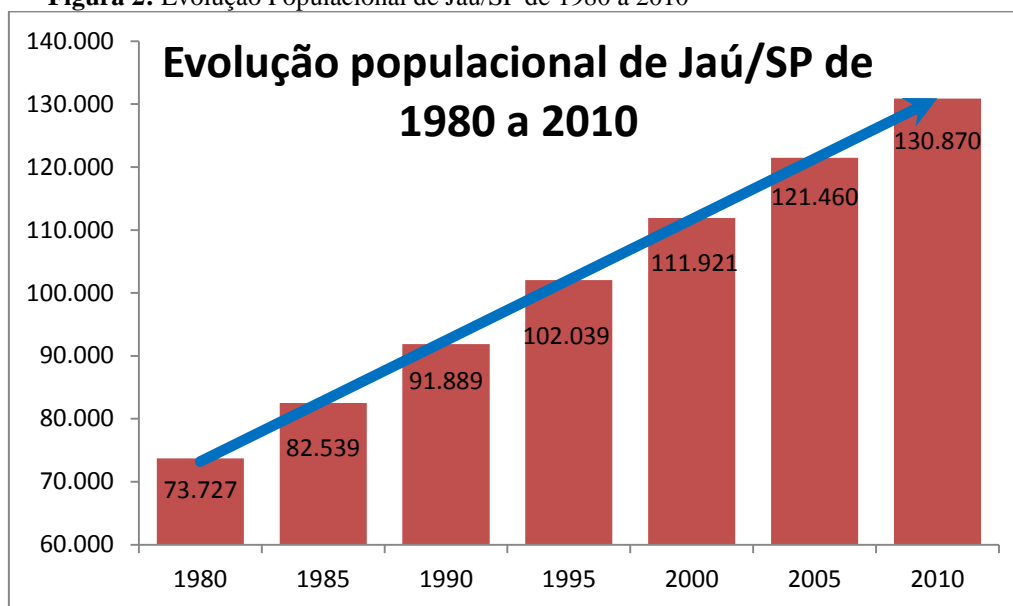
Após a segunda metade do século XX, Jaú começa a se modernizar e buscar alternativas econômicas, desta vez através da industrialização do calçado. Não é possível afirmar que existiu uma política de indução à industrialização, uma vez que o início do calçado partiu mais por uma iniciativa de certos empreendedores do que uma proposta de política pública. Em 1951, o empresário Romeu Musegante traz o técnico Jarbas Faracco para montar sua fábrica de calçados. Neste início, devido às facilidades técnicas da fabricação, o calçado produzido era masculino. Somente posteriormente às fábricas pioneiras começou-se a industrialização dos calçados femininos, o que ocorreu

por volta de 1960 com os trabalhadores dessas fábricas, por causalidade da especialização de mão-de-obra no município; pequenos empresários começaram a empreender negócios próprios, como é o caso do acima citado Jarbas Faracco e os atuais proprietários das indústrias calçadistas Momesso, Crozera, Ferrucci, Rossignolli e Melozo, que apostaram no ramo feminino.

Na década de 70 a cidade de Jaú contava com apenas 37 indústrias de calçados. Somente na década de 80 é que Jaú pode ser reconhecida como um polo calçadista, ou seja, a partir deste período as empresas fornecedoras de insumos começaram a instalar-se na cidade e cria-se uma cadeia produtiva mais densa. Muitas empresas abrem escritórios de representações, lojas e depósitos de componentes para calçados.

A década de 90 começa com muitos desafios para o setor calçadista, especificamente a partir do Plano Collor e do Plano Real, que propiciou uma fragmentação da linha de produção e uma terceirização de serviços, prioritariamente o pesponto de calçado, que utilizava demasiada mão de obra, o que aumentava o custo dos produtos. A mão de obra empregada e registrada nas empresas deixa as fábricas, e um grande número abre suas próprias bancas de pesponto em suas residências, abrindo mão de direitos garantidos para compor um mercado de prestação de serviços, e atuando na informalidade.

Em 2012, segundo dados do IBGE/Fundação SEADE, Jaú possuía uma população de 134.388 habitantes, sendo 48,95% homens e 51,15 % mulheres, o que representa 0,32% da população do estado de São Paulo. Segundo pode-se observar a linha de tendência em azul na figura 2, Jaú vem mantendo uma progressão populacional nas últimas três décadas, seguindo uma constante com 73.727 habitantes em 1980 e chegando a 130.870 mil habitantes em 2010, sendo estes 96,77% urbanos e 3,23% no meio rural, o que se conclui que a vida urbana é mais acentuada no município.

Figura 2: Evolução Populacional de Jaú/SP de 1980 a 2010

Fonte: Fundação SEAD, 2012

O município ocupa área de 688,34 km², que corresponde a 0,28% do território paulista, e apresenta densidade demográfica de 190,8 hab./km², segundo a Fundação SEADE em 2012, denotando destaque junto ao estado e aos municípios vizinhos, comparando-se a densidade de municípios do leste do estado e a de Bauru, Araraquara e São Carlos, evidenciado na figura 8.

O período de progresso da época cafeeira entra em declínio e, conseqüentemente, a economia agrária no município entra em recessão. As baixas nas exportações do café, as perspectivas de desenvolvimento urbano e social e o progresso econômico vão sendo deixadas de lado à medida que a economia global vive seu maior período de estagnação. Somado aos impactos da globalização financeira, concomitantemente a agricultura do café avança em outras fronteiras e em outros países, gerando uma competição mundial por preço e qualidade de produção. Neste momento, a cidade busca alternativas agropecuárias e começa a existir uma diversificação cultural. A saída foi apostar na cultura canavieira, que até o final do século XX vai ganhando espaço ao declínio do café.

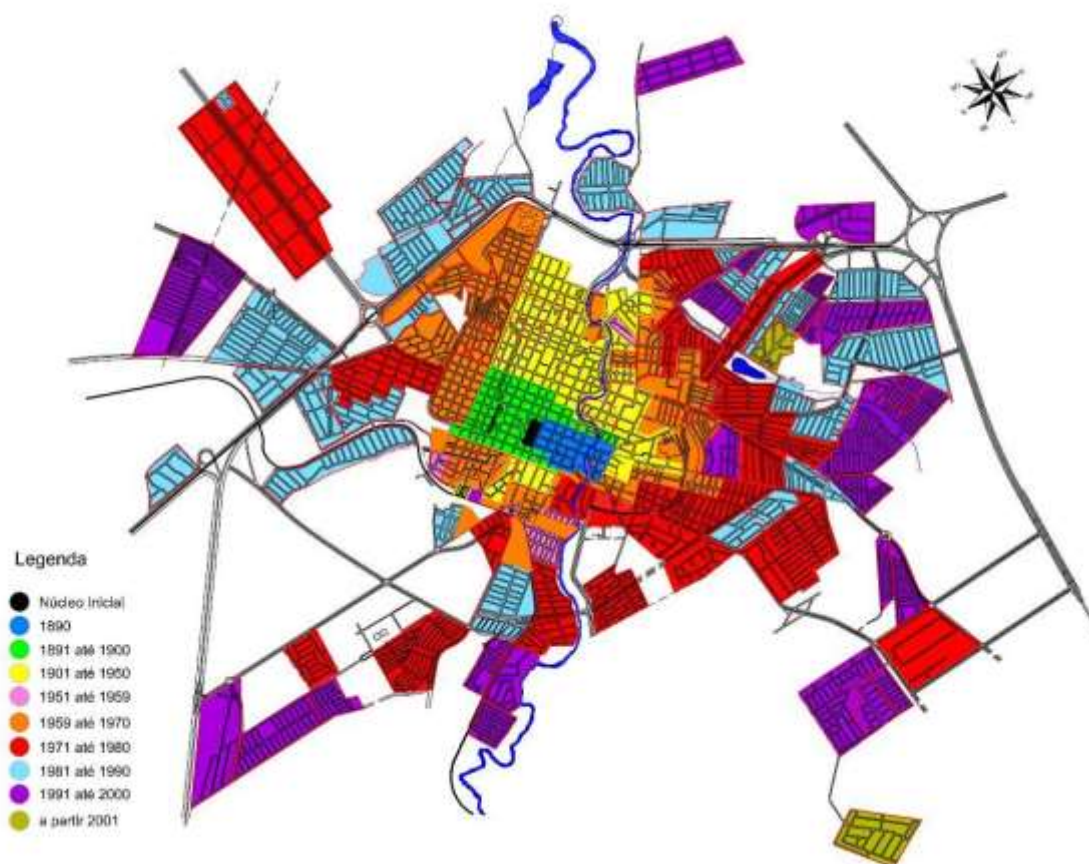
3.2 Ocupação urbana do bairro

As sociedades do sistema capitalista após a segunda metade do século XX começam a enfrentar os dilemas dos aglomerados populacionais urbanos, consequentes da migração do pós-guerra, do êxodo rural, das políticas de lotes urbanizados e moradia e das mudanças econômicas nos mercados globais, que conduziram os seres humanos a habitarem as cidades. Com os avanços das ciências sociais aplicadas, da arquitetura, do urbanismo, da geografia, dentre outras disciplinas do conhecimento, buscou-se estudar, pesquisar, conhecer, mas também projetar, planejar, intervir nos espaços urbanos com determinadas técnicas que poderiam dar conta do crescimento desordenado.

Na história do município não é estranho observar a mudança que o mercado global motivou à ascensão e queda da agricultura cafeeira e, como efeito direto, o paulatino êxodo rural de famílias que abandonavam o campo e vinham morar nas cidades em busca de emprego, melhores condições de vida e mais oportunidades sociais e econômicas. Dessa fase caracterizada entre as décadas de 40 e 70, a cidade de Jaú tem uma expansão homogênea e compacta, ou seja, os bairros que se formam, incentivados pela migração rural, ocupam faixas contínuas do tecido urbano do município. As vias de acesso de entrada e saída são estendidas e ocupadas tanto por pontos comerciais como por residências de menor expressão arquitetônicas que a do centro da cidade. É o caso das ruas Quintino Bacaiúva, av. Comandante João Ribeiro de Barros, Rui Barbosa, avenida Frederico Ozanam e avenida do Café.

Concomitante às vias de acesso no início do século XX, foi surgindo na região do entorno do núcleo inicial, até a década de 50, o primeiro ciclo ainda homogêneo, a sudeste, com os bairros Vila Sampaio e Vila Carvalho (como se nota a hachura amarela na figura 3), como também pelas vias de entrada e saída da cidade. Neste período marcado pela efetiva transição populacional do meio rural para o urbano, a ocupação habitacional busca aproveitar as infraestruturas sociais, urbanas e econômicas já existentes e a declividade do terreno, que seguia as mesmas cotas topográficas do centro antigo.

Figura 3: Evolução urbana de Jaú em 2003



Fonte: LEONELLI/Prefeitura Municipal de Jaú, 2003

Nas décadas de 60 e 70, a evolução urbana começa a mostrar sinais de um crescimento não planejado, mas graças ao fato de a cidade ainda estar com apenas 45 mil habitantes, esse adensamento populacional ainda era contido dentro de sua proporção, como se observa nas hachuras laranjas da figura 15. Foi o que ocorreu em bairros como Vila Hilst, Chácara Braz Miraglia e Jardim Bela Vista, ao norte e nordeste, e ao sul e sudeste com Vila Brasil, Santo Antonio e Jardim Continental. No início da década de 70, o município inicia uma proposta de plano diretor, que não sai do papel devido à falta de instrumentos urbanísticos, normas e leis para se efetivar. Neste período, algumas obras de arquitetos e urbanistas de renome nacional são encontradas como a estação rodoviária e o Balneário Municipal, de Vilanova Artigas, e a prefeitura, de Carlos Cascaldi.

Efetivamente são as décadas de 80 e 90 decisivas para o direcionamento urbano do município. A maioria dos bairros populares e zonas de interesse social surgem, ampliando o raio de expansão da zona urbana, criando um cinturão descontínuo

de adensamentos habitacionais, distante do núcleo original, com o aparecimento de grandes vazios urbanos que imperam até os dias de hoje. As consequências desta urbanização desordenada, que afasta as habitações populares para zonas mais descontínuas da malha urbana homogênea, diminuem o acesso dessa população a equipamentos sociais como escolas, postos de saúde, hospitais, centros econômicos e culturais, resignando essas comunidades ao convívio da vizinhança e da região de seu bairro.

Neste contexto de aumento da densidade demográfica, de expansão desordenada da zona urbana e marginalização das demandas sociais mais pobres é que proliferaram bairros populares com dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, educação, cultura, saneamento, dentre outras necessidades, que se ampliam na proporção em que a população aumenta e o espaço é ocupado sem planejamento.

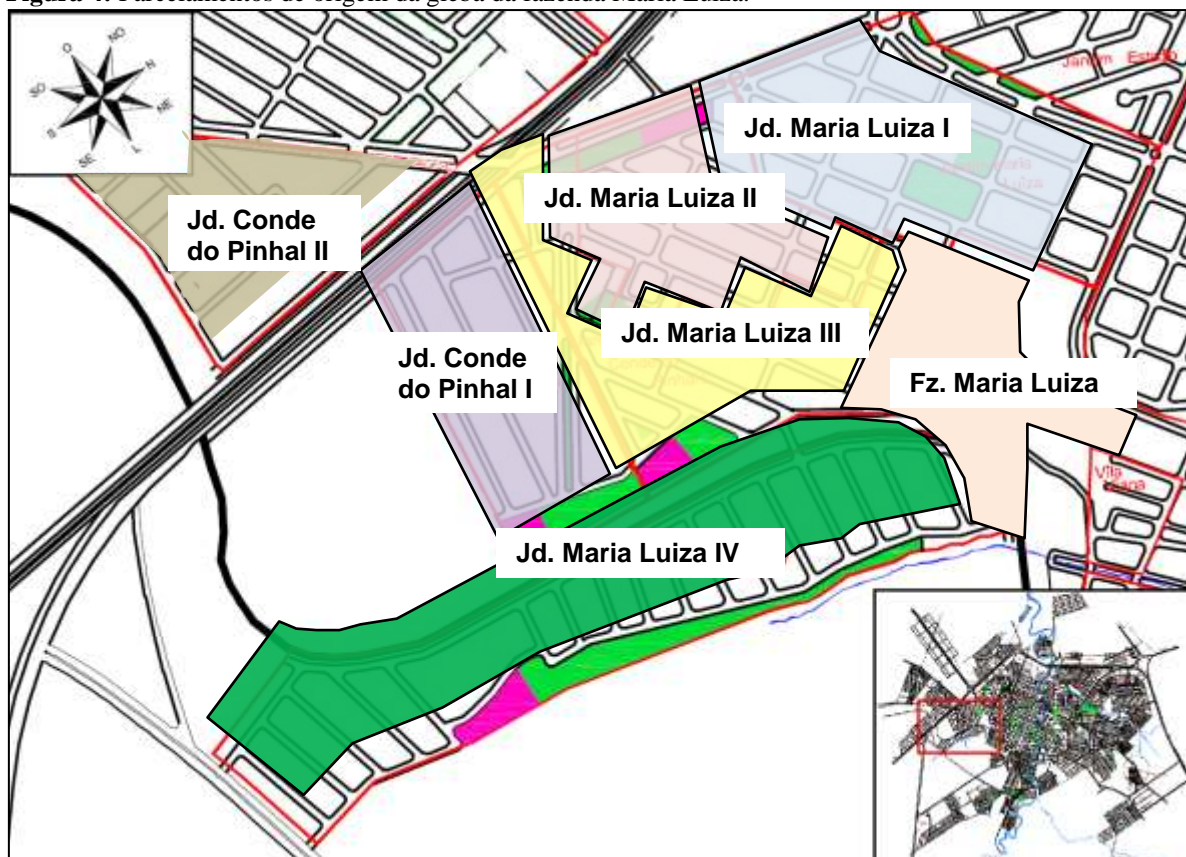
Nesse período de necessidade de terras urbanas para a expansão da cidade e abertura de bairros residenciais que são propostos o Jardim Maria Luiza I, II III, IV e Conde do Pinhal I e II, fruto do desmembramento e parcelamento do solo da ainda fazenda Maria Luiza, de propriedade da família de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o conde do Pinhal. A fazenda, aberta em 1880, preserva até os dias de hoje sua sede histórica, terreiros e máquinas de beneficiar café e uma pequena lavoura remanescente no local onde era o pomar da fazenda. Este núcleo original encontra-se atualmente dentro da zona urbana do município e em posse do empresário João Ataliba de Arruda Botelho Neto. Os bairros originários da fazenda foram loteados e empreendidos de 1978 a 1987 por descendentes e herdeiros da família Arruda Botelho.

A expansão do setor sudoeste da cidade se inicia com o parcelamento do solo definido como Jardim Vila Nova II, posteriormente intitulado de Jardim Maria Luiza, no final da década de 70, lindeiro à estrada do DER, atual avenida Ana Claudina. Por se tratar de uma das saídas do município, principal rota de ligação para o oeste do estado através da cidade de Bauru, são destinados lotes comerciais e residenciais de alto padrão, valorizados pelo mercado imobiliário na época de sua comercialização. Com o sucesso de vendas desta gleba inicial, somado a carência de lotes para uma população de classe média a alta, no ano de 1982 é lançado o Jardim Maria Luiza II, com lotes de 300m² à 450m², propiciando um novo sucesso de vendas e uma rápida ocupação do solo

urbano com as habitações, não demorando muito para que fossem empreendidos o Jardim Maria Luiza III e Conde do Pinhal I e II, respectivamente em 1983 e 1985.

Com esse ciclo de crescimento urbano, a população de classe média e alta viria a ocupar os terrenos mais nobres da gleba, nas cotas planialtimétricas mais altas, com menor declividade, como no Maria Luiza I e II, e em outra com mais aclives no Jardim Maria Luiza III e Conde do Pinhal I, correspondendo à área que vai da avenida Ana Claudina ao norte, a rodovia SP-225 a oeste e a linha férrea a leste, definindo o perímetro do que mais adiante será caracterizado como área nobre. A lei nº 2.478 de 8 de dezembro de 1987 aprova o loteamento Jardim Maria Luiza IV, de propriedade de J. Botelho S/C LTDA, que é devidamente registrado em cartório de registro, na área limitada pela linha férrea a oeste como parte mais alta e pelo córrego da Figueira a leste na cota mais baixa, na região de maior declive da antiga fazenda Maria Luiza, como apresentado na figura 4.

Figura 4: Parcelamentos de origem da gleba da fazenda Maria Luiza.



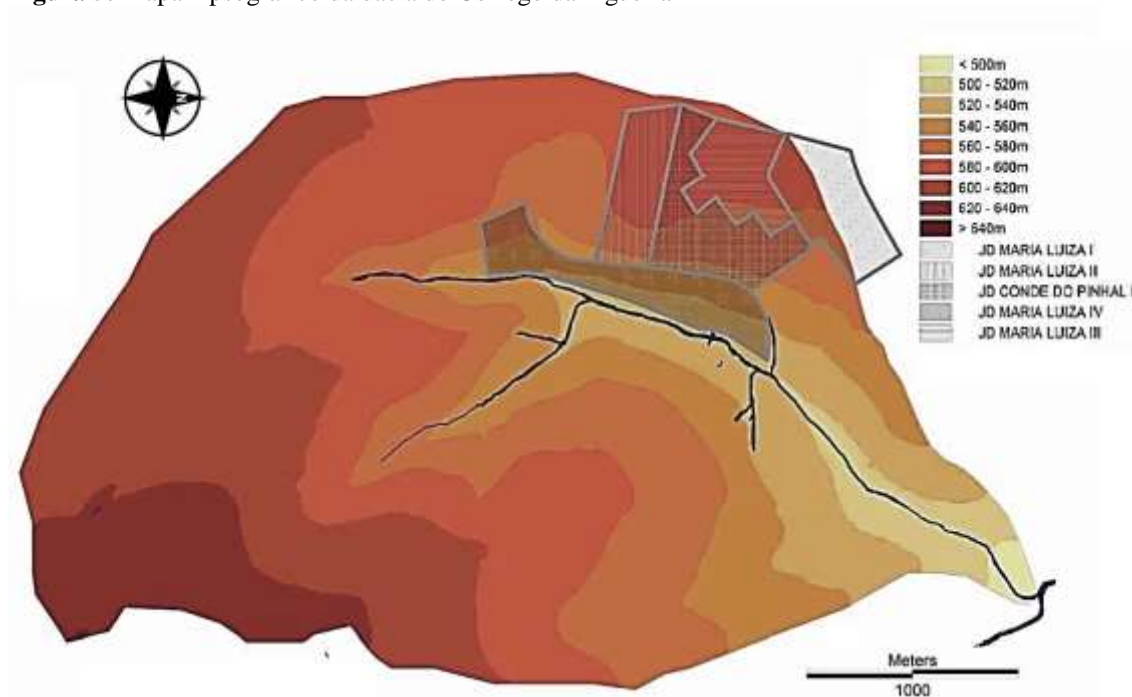
Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 Formação espacial e segregação

A localização do bairro posterior aos outros loteamentos da antiga fazenda promovia uma segregação espacial no que tange ao acesso, pois tanto a linha férrea quanto o córrego da figueira constituíam uma barreira física que promovia a secção da malha urbana. Somado a essa situação está o fato de que o bairro, na época do lançamento desse parcelamento do solo, fazia parte da periferia da cidade, sem contar com as facilidades a equipamentos públicos, principalmente de educação e saúde e de projetos sociais que poderiam atender essa população.

Outro ponto interessante é o traçado urbanístico adotado pelo bairro, com apenas uma via paralela à linha férrea, a Avenida Pedro Bianco, e outra via paralela ao córrego da Figueira, a avenida Alberto Masiero, com 18 ruas perpendiculares ligando ambas as avenidas, totalizando 19 quadras com 1.112 lotes. As dificuldades de implantação do bairro são visíveis se observada a declividade do terreno, como indicado na figura 5, onde são apresentadas as curvas de nível da área. As ruas perpendiculares ganham um declive acentuado se comparadas com outros loteamentos; isso afeta o Jardim Maria Luiza IV no que tange ao escoamento das águas pluviais dos bairros ascendentes, por se situar na cota topográfica mais baixa. Os problemas se somam quando a falta de sistema de drenagem eficiente faz com que a capacidade de absorção das galerias pluviais não comportam o volume de águas que recebe dos bairros mais altos, fazendo com que a água percole em determinadas vias perpendiculares e que uma enxurrada vinda do talude da linha férrea acabe por invadir as residências localizadas na avenida Pedro Bianco.

Figura 5: Mapa hipsográfico da bacia do Córrego da Figueira

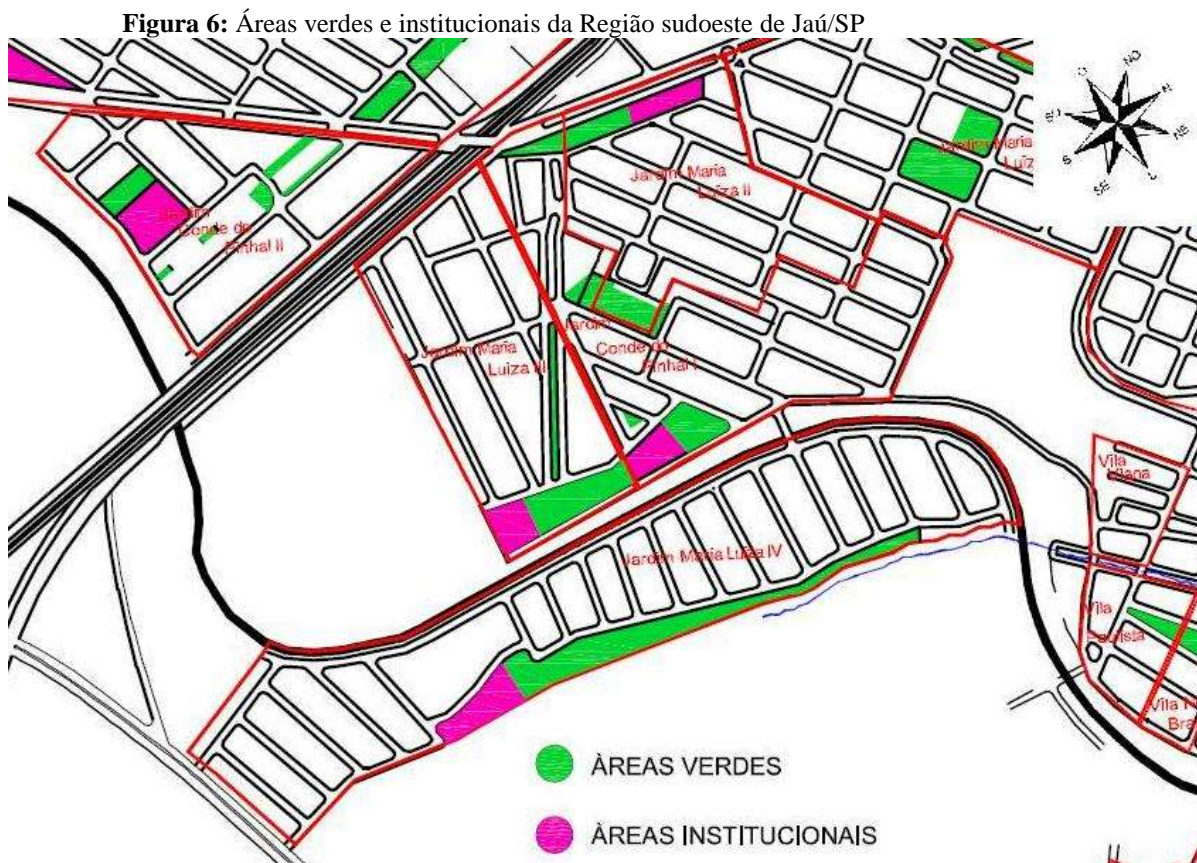


Fonte: Laboratório de Análise da Informação Espacial e Hidrometria /Fatec Jahu 2013

Foram projetados cerca de 1.112 lotes com 6m de frente com 27m de fundo, em média, e 162m². Com a testada do lote estreita, muitos automóveis têm dificuldade de estacionar em frente, uma vez que cerca de 3,5m a 4m estão destinados às garagens. A locação do prédio no terreno nestas dimensões possibilita a existência de apenas um corredor lateral, de um dos lados, com uma das paredes na divisa do lote, que por sua vez é a maioria do sistema estrutural adotados pelas construções do bairro.

As áreas verdes e institucionais foram destinadas às cotas mais baixas do terreno, próximas ao córrego da Figueira, como é mostrada na figura 6, e suas dimensões sofreram alterações na implantação do loteamento e nas marcações dos sistemas de arruamentos. As áreas de preservação permanentes do córrego da Figueira foram consideradas áreas verdes no projeto aprovado pela prefeitura local, o que comprometeu a implantação de praças e parques no bairro, uma vez que a declividade dificulta a utilização de tais benfeitorias. Mas o fato de a gleba total não ter sua retificação topográfica realizada nos estudos iniciais do bairro, uma vez que a metragem considerada no projeto aprovado era maior do que efetivamente existia no local, afetou a demarcação das áreas verdes, institucionais e quadras próximas ao córrego e, conseqüentemente, sofreu uma redução em sua locação. Os efeitos desse erro de

aprovação e implantação geraram uma falta de áreas disponíveis para a construção de equipamentos públicos e sociais capazes de atender o bairro. Muitos desses equipamentos acabaram destinados aos bairros vizinhos e, mais adiante, serão abordados na localização das organizações e espaços sociais que atendem o bairro.



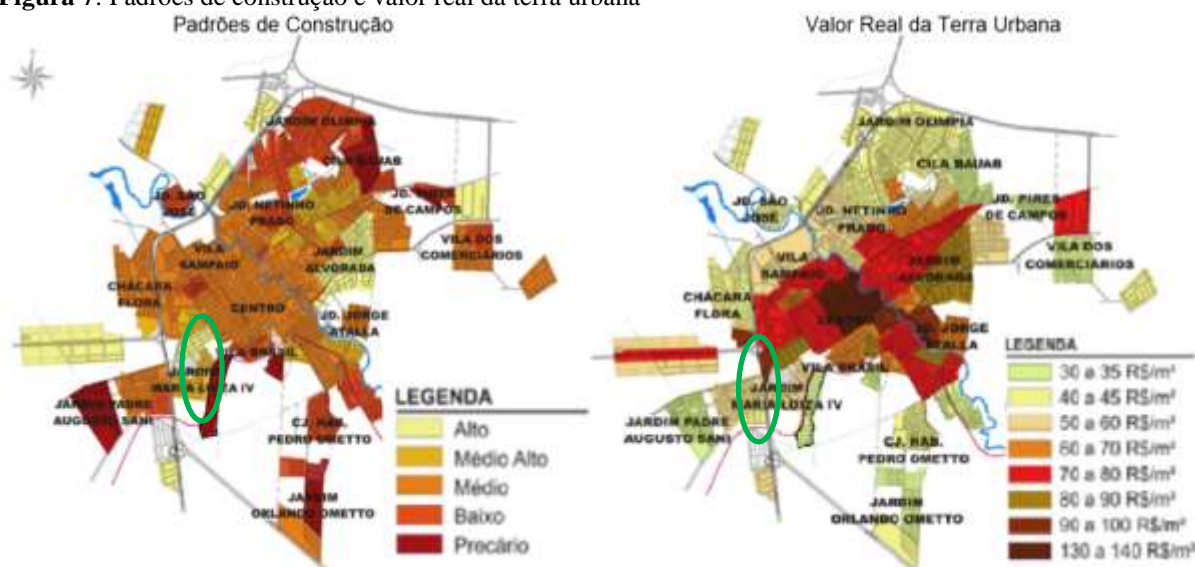
Fonte: LEONELLI/Prefeitura Municipal de Jaú, 2003

A comercialização dos terrenos iniciou-se sem pavimentação, iluminação e sistemas de águas pluviais, apenas com os lotes e vias demarcados e a instalação das redes de água e esgoto. Os contratos de compra e venda foram realizados pelo escritório da empresa loteadora que os administrava com os mutuários em um sistema de parcelamento do valor da terra. A escritura dos lotes, registrada em cartório de imóveis, só era passada para o nome do proprietário após a finalização do contrato e a dívida sendo findada. Muitos moradores, devido a dificuldades de pagamento, altos juros, multas e renegociações, ainda não eliminaram o pagamento do lote, mesmo após 25 anos do lançamento deste loteamento. Outros compradores dos lotes tiveram seus imóveis reivindicados pelo escritório de comercialização, inclusive com notificações de

pagamentos expedidos por cartório de registro e publicação de edital de procura-se em jornal corrente. Por tais motivos, esses contratos foram objetos de apelos judiciais.

Os sistemas construtivos empregados pela comunidade do bairro em sua maioria são precários, com muitas residências e imóveis que não estão concluídos, sem acabamento ou reboque nas paredes ou ainda carecendo de regularização em órgão oficiais como cartório de registro e prefeitura municipal. Segundo informações apresentadas na figura 7, é possível fazer uma comparação do Jardim Maria Luiza IV e outras regiões da cidade. Enquanto o núcleo central responde pelo maior valor real do solo urbano e pelos padrões construtivos mais elevados, as regiões mais periféricas amargam os menores valores da terra com sistemas construtivos precários, como é o caso do Jardim Cila de Lucio Bauab, Residencial Bernardi, Jardim Orlando Ometto, Conjunto Habitacional Pedro Ometto, Jardim São José, Jardim Padre Augusto Sani e Jardim Maria Luiza IV. Todos os bairros citados estão situados nas periferias da cidade, com desafios sociais e econômicos muitos próximos aos do Jardim Maria Luiza IV. Bairros afastados de alto padrão e de maior valor de terra urbana encontram-se em condomínios fechados, com terrenos de 500m² até 2.000m², como é o caso dos condomínios Itaúna, Alvorada e Primavera. O Jardim Maria Luiza I e Jardim Alvorada respondem como únicos bairros de alto padrão inseridos na malha urbana que não são condomínios fechados.

Figura 7: Padrões de construção e valor real da terra urbana



Fonte: LEONELLI/Prefeitura Municipal de Jaú, 2003

Os acessos viários ao bairro são efetuados por apenas uma ponte com via de mão dupla sobre a linha do trem na altura da rua Augusto Roscani e um antigo pontilhão de via única na altura da rua Elisa Conte Caperutto. Há uma passarela de pedestres na rua Adalgisa Grizzo, que foi o primeiro acesso ao bairro. Existe um anseio e uma reivindicação da comunidade da construção de um pontilhão que ligue o bairro à Avenida Francisco Canhos; tal benfeitoria corrobora com uma maior integração a cidade, uma vez que com o pontilhão a distância ao centro seria reduzida pela metade.

3.4 Equipamentos socioeconômicos

Grande parte dos equipamentos públicos que atendem o Jardim Maria Luiza IV está localizada fora do bairro, como observado na figura 27, o que prejudica a utilização de tais infraestruturas pela população em razão das distâncias a serem percorridas. O fato das estruturas físicas não estarem localizadas nos limites territoriais do Jardim Maria Luiza IV causa uma espécie de impacto subjetivo com o efeito de uma pseudo exclusão de serviços sociais básicos como saúde, educação e assistência social. As três escolas que atendem a comunidade estão localizadas fora do bairro, e apenas a creche na avenida Alfeu Fabris encontra-se nos limites do bairro. O Posto de Atendimento a Saúde São Benedito fica a uma distância de 1km do acesso principal. O Programa de Apoio a Infância, mantido pela Associação Hilarinho Sanzovo, utiliza o espaço de um clube mantido pela Polícia Militar, no Jardim Conde do Pinhal com acesso pelo pontilhão, e o projeto Pequena Seara aluga um barracão com a ajuda do Rotary Clube. Os demais projetos utilizam a cessão das residências de moradores e líderes comunitários para realização de suas ações, como é o caso da Associação de Moradores e do Projeto Futuro Melhor. O bairro carece de áreas destinadas a paisagismo e lazer, como quadras e ginásios poliesportivos, praças e parques.

Figura 8: Equipamentos sociais que atendem o bairro Jardim Maria Luiza IV



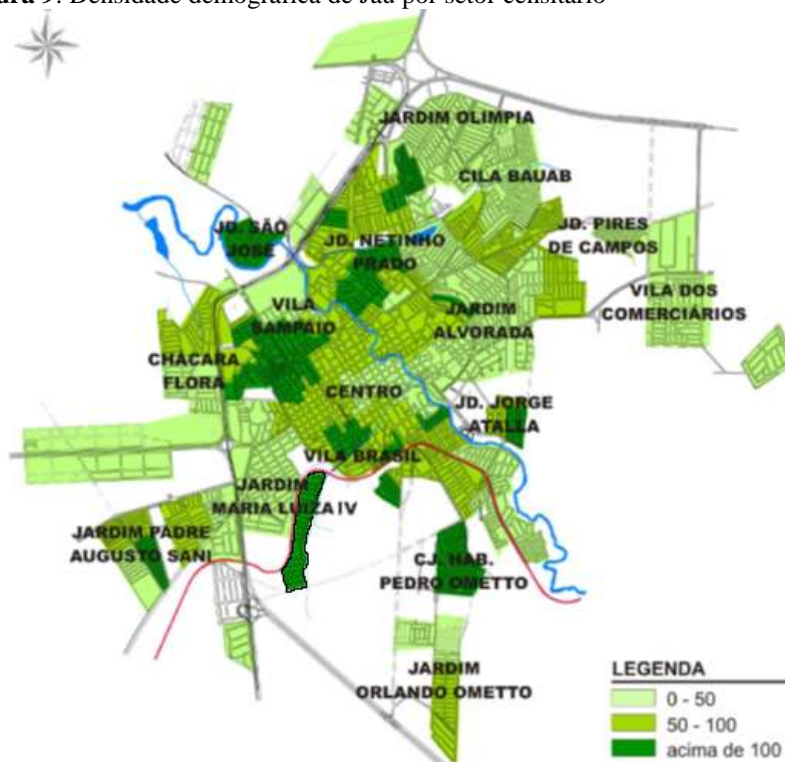
O bairro possui uma dezena de pequenas empresas locais, em sua maioria

bancas de calçados, que prestam serviços terceirizados a indústrias, e também comércios locais como mercadinhos e bares espalhados em diversas ruas. Existe também, em menor número, *lan houses*, oficinas de eletrodomésticos, vendas de água engarrafada e outros. Devido à segregação espacial, essas micros e pequenas empresas são responsáveis pelo abastecimento e pela garantia de emprego para muitos moradores, tendo um papel relevante na economia do local e compondo grande parcela de renda de muitas famílias.

3.5 Caracterização demográfica do bairro

A área urbana do município de Jaú apresenta três faixas básicas de densidade média, conforme figura 9. Os bairros localizados próximos ao centro têm de 50 a 100 hab/ha, exceto o centro propriamente dito, que não possui muitas residências, enquanto os bairros mais periféricos variam nas duas faixas: bairros em formação de zero até 50 hab/ha, e bairros extremamente populosos, com mais de 100 hab/ha, como é o caso do Jardim Maria Luiza IV.

Figura 9: Densidade demográfica de Jaú por setor censitário

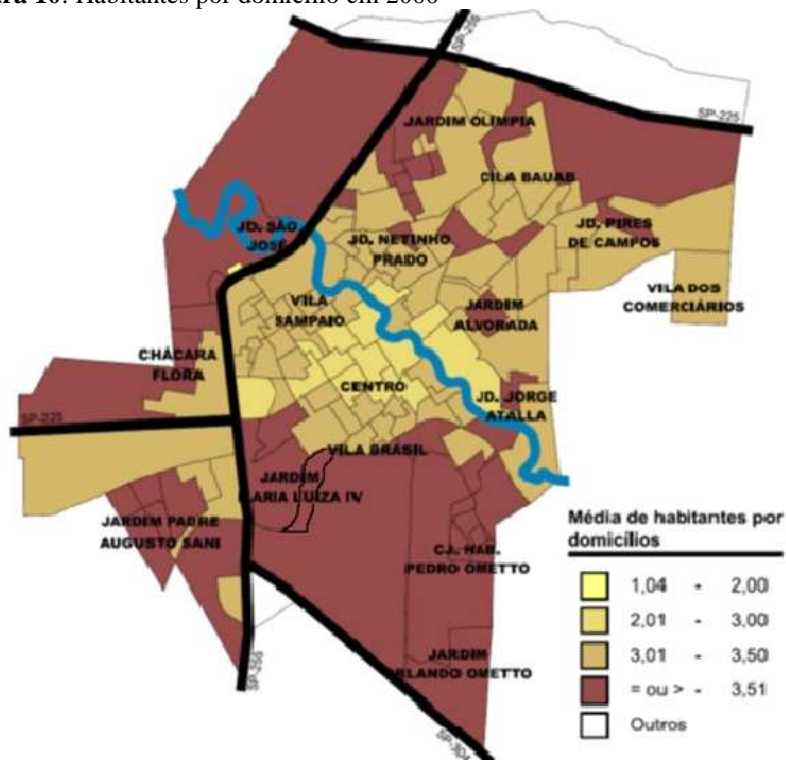


Fonte: LEONELLI/Prefeitura Municipal de Jaú, 2003

Segundo dados setoriais do IBGE e da prefeitura municipal, o Jardim Maria Luiza IV é extremamente populoso, com mais de 4 mil habitantes em 2012. Esses dados são confirmados graças à sua configuração espacial, revelada pelo tipo de ocupação do solo com um número de lotes de pequenas dimensões. As preocupações ainda se agravam se for observada a densidade demográfica do bairro, que conta com 140 hab/ha, cerca de cinco vezes maior que os índices dos bairros Maria Luiza I, II, III e Conde do Pinhal I, que ficam na faixa dos 25 hab/ha, ou 33 hab/ha da zona urbana do município. A área do bairro é de 0,28 km² com uma população de 4.012 habitantes; já nos demais bairros acima citados a área é de 0,85 km² com apenas 2.045 habitantes, ou seja, a área do bairro Jardim Maria Luiza IV corresponde a um terço da de seus vizinhos a montante da bacia e sua população é duas vezes maior. É interessante observar com esses dados que o Jardim Maria Luiza IV é um bairro extremamente adensado, com poucas estruturas sociais capazes de suprir suas necessidades e demandas.

A área urbana do município pode ser representada por três faixas de adensamento dos domicílios: a área central tem a menor densidade de ocupação por domicílio, ficando abaixo de 3 hab/dom; um anel em torno do núcleo central apresenta a média entre 3 e 3,5 hab/dom, e o anel periférico apresenta a maior densidade, incluindo o Maria Luiza IV, ficando acima de 3,5 hab/dom, de acordo com a figura 10. Os impactos desse adensamento ampliam as desigualdades e aumentam a pressão nos atendimentos sociais, postos de emprego e rendimentos por domicílios.

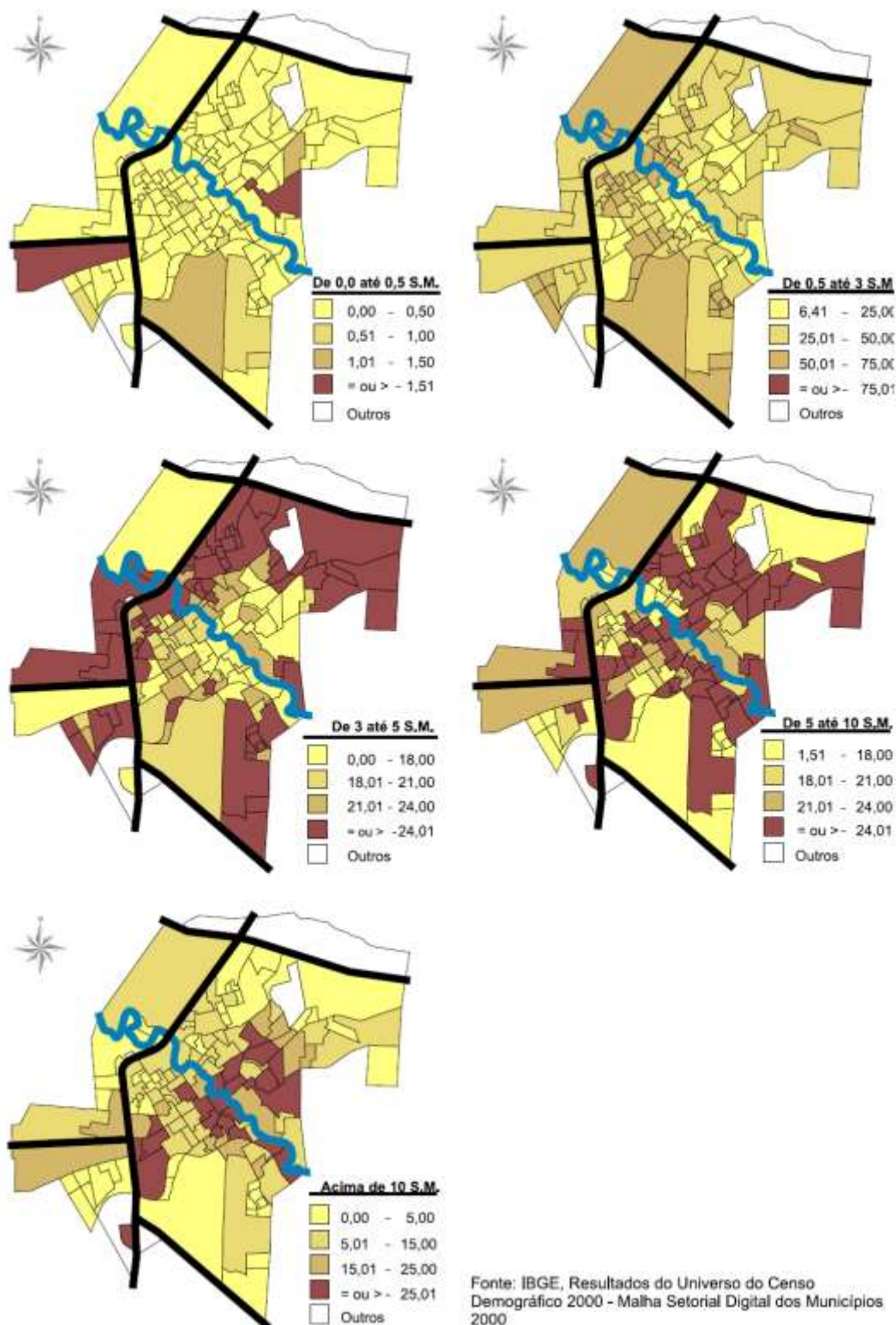
Figura 10: Habitantes por domicílio em 2000



Fonte: IBGE, Resultado do universo do senso demográfico, malha setorial de Jaú em 2000

Quanto ao rendimento das famílias na cidade de Jaú, as maiores incidências de salários baixos aparecem nos setores periféricos, a renda entre cinco e 10 salários mínimos (S.M.) concentra-se no anel intermediário e a renda acima de 10 S.M. é encontrada especialmente nos setores centrais, conforme a figura 11. No Jardim Maria Luiza IV, os rendimentos do responsável pelo domicílio variam em duas faixas. A maioria dos arrimos de famílias encontra-se nas faixas de 0,5 a 3,5 salários mínimos com 50% a 75% da população e de 3,5 a 5 salários mínimos respondendo por mais de 24% na primeira metade do bairro e de 21,01% até 24% na segunda metade do bairro, correspondendo aos domicílios situados nas ruas finais. Se comparados ao município e a outros bairros, é possível identificar que a comunidade se encontra nas faixas mais baixas de rendimento.

Figura 11: Rendimento do responsável em 2000



Fonte: IBGE, Resultados do universo do senso demográfico, malha setorial de Jaú em 2000

Pela primeira vez é possível observar que dentro do bairro existem condições diferentes de rentabilidades do chefe de família. Acredita-se que tal fato ainda se amplie nas ruas finais, pois as residências localizam-se mais distantes do

acesso principal, conseqüentemente, apresentam menor valor real do solo urbano e moradias mais precárias. O bairro tem uma extensão de 1,5km e apenas uma única saída nas ruas iniciais. A segregação espacial dos fundos do Jardim Maria Luiza IV, dessa maneira, dificulta a utilização dos serviços sociais na vizinhança, como saúde e educação prioritariamente, e causa uma menor interação urbana com o centro da cidade, onde estão localizados equipamentos públicos, empresas de comércio e serviços e instituições financeiras.

3.6 Contexto socioambiental do córrego da Figueira

O córrego da Figueira foi, na história do município, um valioso recurso hídrico, uma vez que a cidade foi planejada em meados do século XIX, tendo como premissa que esse corpo d'água seria responsável pelo abastecimento da vila que ali se formara. Atualmente, com a ocupação urbana a montante de seu leito, o impacto socioambiental gerado pelo Jardim Maria Luiza IV, a cabeceira desse córrego, exige um esforço público e comunitário para uma recuperação ambiental e recomposição social do lugar.

O córrego nasce na cota topográfica 570, percorrendo uma extensão de cerca de 3,4 km até desaguar na cota 500 na sua foz com o rio Jaú. Seu olho d'água está localizado a 500m da rua Albino Rafani e segue seu curso a céu aberto na extensão de 1,5km por esse bairro. Sua canalização subterrânea inicia-se na linha férrea, percorrendo 700m na avenida Francisco Canhos até a rua Riachuelo, onde percorre mais 1,2km revezando em tubulações subterrâneas e contenções em arrimo de concreto nas margens até atingir o leito do rio Jaú.

O local onde hoje se encontra o Jardim Maria Luiza IV, em razão de sua proximidade com a cabeceira do córrego, era um antigo charco de minas e nascentes. As aflorações de águas eram constantes do solo para a formação do leito do córrego, devido a componentes topográficos e geomorfológicos presentes no local, quando ainda se abrigava ali um pomar de jabuticabeiras da antiga fazenda Maria Luiza, portanto uma área de grande potencial hídrico. Posteriormente, na implantação do loteamento, o solo do bairro foi ocupado por residências e sua correspondente malha viária,

comprometendo esta rica região graças ao soterramento e impermeabilizações das nascentes e olhos d'água, fundamentais para a manutenção das águas de superfície deste córrego. Atualmente é possível observar que muitas residências sofrem com infiltrações e dilatações nas paredes e pisos, como também a massa asfáltica sofre com ondulações, comprometendo a faixa de rodagem dos veículos, gerando uma demanda por reparos constantes dessas estruturas.

A degradação antrópica atinge o rio em diversos pontos por fontes variadas, o que no somatório dos efeitos provoca uma alta intensidade de impacto nesse corpo d'água em sua Área de Preservação Permanente e na comunidade que sofre com sua precária conservação. A nascente do córrego está inteiramente desprotegida, sem nenhum cercado de maneira a impedir o acesso de fontes agressoras como pecuária, indivíduos que utilizam a área de maneira ilegal ou ainda descarte de entulho. Muito menos é um espaço urbanizado na forma de parque linear, para finalidades de lazer e de recomposição ecológicas. Não existe qualquer tipo de calçamento ou passeio público capaz de garantir a segurança do transeunte. A APP sofre com o impacto fruto de descarte de entulho de construções, móveis, eletrodomésticos e até de restos de couro da produção industrial do calçado. É necessária uma pesquisa gravimétrica detalhada para se afirmar as proporções corretas destes resíduos ou ainda uma maior observação das origens dos descartes e os efeitos desses dejetos depositados nas margens do córrego. O fato é que praticamente em todo o trecho dos 1.500m de sua nascente ao início de sua canalização na linha férrea são encontrados pontos de descarte de resíduos sólidos.

Outra fonte poluidora que agrava ainda mais a situação são os diversos esgotos clandestinos e águas pluviais que são despejados no córrego sem nenhum tratamento ou mitigação. Devido ao alto fluxo volumétrico das águas das chuvas, existe um processo de erosão avançado na margem do córrego na avenida Paulo Ronchesel, na altura do rua Victor Serino, comprometendo a rodagem de veículos e ameaçando a segurança da população.

Na extensão de sua margem é possível encontrar dezenas de ocupações irregulares mantidas por moradores que cultivam hortas e promovem plantações de subsistência e comercialização local. A APP é marcada pela falta de mata ciliar e a presença de poucas espécies plantadas que são mantidas pela comunidade. O córrego,

em razão dessa precariedade, é alvo de uma ação civil promovida pelo Ministério Público contra a prefeitura municipal que obriga a recuperação da área por parte do governo local.

Os resíduos sólidos e entulhos se encontram espalhados por diversas áreas do bairro, criam um aspecto estético depreciativo para as pessoas que vivem lá. A prática de destinação de resíduos em pontos ilegais pelo bairro faz parte do cotidiano da comunidade. A cultura do descarte dentro dos limites do bairro, a grande incidência de pessoas que partilham dessa prática e o volume de resíduos encontrados pelo bairro comprometem não somente o paisagismo e a ornamentação, mas principalmente tornam o local um vetor de doenças como cisticercose, cólera, disenteria, febre tifoide, filariose, giardíase, leishmaniose, leptospirose, salmonelose, toxoplasmose, tracoma e triquinose, como também comprometem a segurança humana através do surgimento de animais e insetos peçonhentos.

Nos meses de maior incidência pluviométrica, o grande acúmulo de resíduos sólidos em muitos pontos pelo bairro faz com que muitos desses entulhos acabem espalhados pelas ruas. Considerando a ocorrência das chuvas de novembro a março, com alto volume pluviométrico em curto tempo, somada ao fato de as ruas acompanharem a declividade topográfica do terreno, os resíduos são afastados e têm como destino o córrego, agravando assim ainda mais o impacto nesse recurso hídrico.

4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO SENAC SÃO PAULO

A seguir será apresentada a instituição SENAC e a estrutura organizacional do Programa de Desenvolvimento Local, proposta em 21 localidades no estado de São Paulo pelo SENAC desde 2005 até os dias atuais, os atores envolvidos na rede primária, bem como as atividades desenvolvidas para sua implantação. São diferentes as estruturas das redes que se formam em torno do programa, cada uma com avanços e resultados diferentes, não há um estudo detalhado de como elas ocorrem em cada localidade. O presente estudo visa estudar a implementação do Programa de Desenvolvimento Local no Jardim Maria Luiza IV de 2009 a 2012. Para uma primeira contextualização, é necessário compreender o papel do SENAC, o histórico de evolução da área de desenvolvimento social do SENAC e a Metodologia Redes e Desenvolvimento Local proposta. Após esta primeira explanação, serão apresentados os atores que compõem a rede primária, sua função e contribuição para o programa e em seguida serão descritas as ações que foram executadas.

4.1 O Programa de Rede Social e Desenvolvimento Local do SENAC São Paulo

Após o período de transformações da área social do SENAC, que vai de meados dos anos 90 até 2005, culminando no programa FORMATOS de capacitação de lideranças sociais em gestão, planejamento, elaboração de projetos e outras competências relativas ao terceiro setor, o Centro de Tecnologia e Gestão do Terceiro Setor recebe uma nova estruturação, passando a se chamar Grupo de Desenvolvimento Social (GDS). A reformulação desta vez é mais profunda, uma vez que é definitivamente abandonada a visão assistencialista dos programas de ofertas de cursos profissionalizantes para o terceiro setor e se inicia uma proposição mais focada no desenvolvimento social, entendido como a elaboração e implementação de projetos e ações sociais em conjunto com organizações e pessoas da sociedade em geral.

Em 2003, ocorre o lançamento do Programa Formatos - capacitação de lideranças - com foco em planejamento, elaboração de projetos, captação de recursos, avaliação e comunicação da causa social. E em consequência das necessidades de capacitação continuada surge a organização do trabalho em rede como forma de articular recursos locais e capacidade coletiva capaz de

dar sustentação a esse propósito e aos projetos desenvolvidos pelas organizações nas suas comunidades” (Boletim Técnico do SENAC, 2005).

Consequentemente, a forma de atuação do SENAC como um todo é alterada, da simples oferta de cursos, que por si só não eram capazes de promover desenvolvimento, para uma atuação em parceria com atores e instituições, firmando relacionamentos na articulação de recursos humanos ou materiais e gerando comprometimento coletivo na realização de projetos e ações de curto, médio e longo prazo. É necessário fazer uma ressalva que a oferta de cursos ainda era uma parte imprescindível para a evolução de muitas comunidades locais; ocorre que, a partir desse momento, tais cursos estavam atrelados a um processo de desenvolvimento, que contava com ações, projetos sociais e de geração de renda, onde a oferta de cursos surgiria como complementação do processo de desenvolvimento.

Em 1998, percebemos que, além de discutir os problemas sociais e do terceiro setor, era necessário contribuir para a sua organização. Passamos a fazê-lo a partir das localidades onde atuávamos e criamos uma metodologia para fomentar e manter redes sociais (Boletim Técnico do SENAC, 2005).

A mudança na maneira de atuação nascia fruto dos diálogos, encontros com lideranças e na troca de experiência que estavam sendo postas em curso pelos Fóruns Permanente do Terceiro Setor e com a realização do Programa FORMATOS. O público em geral via o SENAC como uma fonte de capacitações e formação profissional, e muitas organizações sociais requeriam cursos para o atendimento de seus beneficiários. O SENAC recebia solicitações constantes e avaliava que existia uma grande demanda a ser atendida. Nesse período, as organizações pouco aprendiam com a simples oferta de cursos, não criavam condições para sustentar as ações e não conseguiam elaborar projetos para atrair investidores ou ainda ampliar sua atuação sem parcerias. Foi promovida uma reunião no SENAC Penha, no ano de 1998, com lideranças locais, coordenadores de projetos, poder público e representantes de organizações sociais. O que foi observado pela equipe técnica do SENAC foi que os participantes desse encontro, que tinham acabado de se conhecer, compartilharam informações e recursos, falaram de desenvolvimento social, propuseram ideias de projetos e de futuro. A conclusão do grupo do então Centro de Tecnologia e Gestão do Terceiro Setor foi que esse encontro possibilitou intercâmbios; se fossem provocados outros encontros de

forma sistemática, poderia, então, criar um ambiente de trocas de recursos e conhecimentos e gerar relações entre as instituições e pessoas da comunidade que atendiam as mais variadas demandas. Jorge Carlos Silveira Duarte observa:

Tentamos entender essa demanda reunindo as lideranças da região e foi aí que sentimos a necessidade dos desconhecidos se conhecerem, dos desinformados se informarem e tudo isso tornou-se possível através de um simples encontro (Boletim Técnico do SENAC, 2005).

Com o objetivo de reunir as instituições em espaços de diálogos, capazes de promover encontros entre atores locais e a fim de criar um entendimento e conhecimento sobre os novos desafios coletivos das organizações, o SENAC estabelece o conceito de rede social que seria utilizado para operacionalizar o programa futuramente idealizado. “Rede é um sistema que reúne pessoas e organizações de forma igualitária e democrática a fim de construir novos compromissos que beneficiem a vida das comunidades” (SOUSA; TAGNIN, 2011, p. 146).

O conceito de rede utilizado pelo SENAC tem uma função operacional, ou seja, é utilizado como gerador para que as organizações, empresários e poder público compreendam a proposta da execução do que seria um trabalho realizado em rede. Em sua proposição, anuncia que a rede é composta por pessoas e organizações e, dessa maneira, busca formar um grupo aberto, livre de restrições e com ampla participação de diversos segmentos, ou seja, qualquer indivíduo da sociedade, podendo ser autônomo, de livre interesse, profissional da área, representante legítimo de organização institucionalizada ou grupo de interesse é passível de se identificar com a causa e contribuir com informações ou na execução de projetos e ações dos mais variados temas como, por exemplo, saúde, educação, meio ambiente, geração de renda, defesa de direitos civis, etc. O sentido empregado no conceito de rede social do SENAC, o que ele denomina ser uma condução do processo de forma igualitária e democrática, aposta na sistemática de trabalho e na maneira como as relações entre os indivíduos e representantes sociais são tratados, contribuindo para uma horizontalidade dos processos de condução das participações dos indivíduos, sem que se estabeleça uma hierarquia de discursos ou de posições privilegiadas. A finalidade da rede seria mesmo a assunção de compromissos coletivos e voluntários para o benefício da comunidade, o que requer relacionamentos de confiança, consensos nos objetivos e divisão de tarefas e atividades entre o grupo.

É oportuno afirmar que o conceito de Rede Social do SENAC tem uma aplicação operacional para o programa por ele estabelecido, diferenciando de conceitos nas ciências políticas ou sociais que servem a pesquisa científica e a análise de grupos sociais e suas formas de organização, ou da implementação de políticas públicas juntamente com estudos de sua eficácia e efetividade.

O Programa Rede Social efetivamente surge com uma proposta de trabalho consistente quando é elaborada a metodologia de organização dos encontros, reuniões e fórum. Primeiramente, é relevante expor que para que exista uma rede de organizações e pessoas, no entendimento do SENAC São Paulo, é necessária a garantia de um espaço de diálogo. O conceito de diálogo é empregado como técnica de condução dos eventos e encontros em rede. Justamente dessa maneira que se busca chegar a consensos e obter resultados coletivos, sem desprezar o discurso do outro, a causa das instituições, as demandas propostas e futuros almejados. O diálogo permite abrir questões, mostrar e apontar caminhos mais que convencer, estabelecer relações ao invés de demarcar posições, não defender ideias e sim compartilhá-las, ter um espírito questionador buscando sempre aprender. As técnicas de diálogo em rede vão além dos acordos laterais e concórdias de partes do grupo, ou ainda optar por eleições e votações, e sim buscam a pluralidade de ideias e consensos, que levam mais tempo, mais paciência e mais respeito.

O motivo que leva tais organizações e pessoas a se relacionarem de forma sistemática e promover ações são intrínsecos às necessidades e desejos desses participantes, sendo necessária uma pesquisa mais detalhada com o intuito de identificar tais interesses. O segundo o SENAC a metodologia adotada: amplia o acesso à informação, equaliza conceitos e promove uma nova institucionalidade, promove intercâmbios e contribui com a aprendizagem pessoal e profissional; cria o exercício da participação e da corresponsabilidade; possibilita conhecer, sistematizar e gerar novas informações e conhecimentos e o acesso a novos contatos; facilita a operação, otimiza recursos e potencializa resultados (GIRARD, LEVY, TREMBLAY, 2011, p. 234)

Na metodologia criada pelo SENAC para efetivação da rede, é programado um encontro mensal entre as organizações sociais, representantes do poder público e voluntários, que seguem uma sistemática de trabalho como relatada por Jorge Carlos Silveira Duarte e apresentada na figura 12.

São seis as etapas fundamentais que orientam o processo de formação da rede social:

- 1) Reunião: criar um espaço comum favorece a troca de informações e recursos;
- 2) Identificação: as pessoas que representam as organizações se apresentam e apresentam as suas organizações respondendo a questões como: qual a causa em que atuam? Por que atendem a determinada causa? Como desenvolvem o trabalho? Quais são suas maiores dificuldades? Quais são seus pontos fortes e fracos?
- 3) Propostas: os componentes da rede expõem suas causas, o seu posicionamento político e a sua visão e propõem pautas de discussão e ações para a melhoria da qualidade de vida das suas comunidades;
- 4) Composição: o momento da identificação de problemas comuns e das possibilidades de otimizar recursos e potencializar ações provocam a discussão de uma missão que se constrói no processo de articulação e de desenvolvimento da rede;
- 5) Novas propostas: definida a missão, planejam-se as ações conjuntas, e se estabelecem as prioridades e os novos compromissos que deverão ser trabalhados. Neste momento é que a rede se entende por rede.
- 6) Ações: tanto podem ser implementadas pelo grupo, ou por subgrupos, ou seja, pelo conjunto de organizações interessadas na implementação de determinadas ações.” (Boletim Técnico do SENAC, 2005).

Figura 12: Metodologia de rede sociais do SENAC São Paulo



Fonte: SENAC 2009

Para efetuar a assistemática de trabalho proposta pelo Programa Rede Sociais convida-se todo tipo de organização do terceiro setor como associações, OSCIPS, ONGs, associações de bairros e grupos que defendem as mais variadas causas e demandas. “Um funcionário do SENAC é responsável pelo papel de mediar os encontros, projetos, ações, eventos, ou seja, um agente que tem a função explícita de mobilizar a comunidade, de explicar as vantagens da rede” (GIRARD; LEVY; TREMBLAY, 2011, p. 234), animar e registrar o programa. Esse profissional é um docente do SENAC, que tem três atribuições básicas enquanto mediador: 1) organizar o processo, 2) produzir resultados, e 3) educar o grupo nas relações que se formam com a rede.

Para cumprir o papel organizativo, o mediador da rede social deve promover encontros entre os diversos grupos, incentivar a compartilhar todo tipo de recurso e informação, favorecer o processo decisório das ações, organizar informações, orientar para o foco das discussões, integrar pessoas, articular recursos e organizações, registrar deliberações. Na função produtiva de resultados, deve identificar ações, promover projetos, evidenciar metas, fazer conexões com outras ações, projetos ou instituições, dar visibilidade para os resultados. Nas obrigações educativas das relações, o mediador deve promover a participação, valorizar a democracia no sentido de estar sempre aberto a atender novas demandas e grupos de interesse, manter a horizontalidade sem promover hierarquias, nivelar a comunicação, compartilhar conhecimento, e identificar necessidade (SENAC, 2009)

O mediador deve guiar-se sempre por um conceito e uma metodologia e assegurar a participação. O novo compromisso assumido pelos grupos para a realização de qualquer tipo de ação é sempre coletivo; isso significa que o trabalho em rede possibilita realizar sonhos e desejos, presentes nos grupos e organizações, que não seriam possíveis de se efetuarem se tratados de maneira isolada. A sustentação das ações e do trabalho em rede só é possível por intermédio de: a) propostas unificadoras que busquem o consenso nos objetivos para manter a vontade de seus participantes, evitando a votação, evidenciando constantemente qual é ou quais são os objetivos comuns, como também a definição de metas de curto, médio e longo prazo; b) realização de metas e objetivos que são possíveis quando conjugam esforços do grupo na assunção de novos compromissos por meio de consensos para promoção das

melhorias na vida da comunidade; c) geração e manutenção de relações de confiança, buscando sempre o diálogo e evidenciando constantemente os objetivos comuns, promovendo a interação do grupo para aproximar organizações e pessoas e, desta maneira, fortalecendo as relações (SENAC, 2009).

Na “visão do SENAC, uma rede é uma comunidade de projetos¹²” (GIRARD; LEVY; TREMBLAY, 2011, p. 234), que são levantados, definidos, construídos coletivamente por meio de rodas de diálogo e, dessa forma, têm um apelo que vai ao encontro das necessidades das organizações e concilia interesses entre indivíduos. O programa em sua proposta de atuação define e executa projetos e ações por meio do novo compromisso que deve ser coletivo. Os maiores entraves, portanto, estão relacionados ao limite de recursos que as organizações e pessoas se dispõem a investir nos projetos e ações, sejam eles materiais, humanos ou financeiros, a disponibilidade de participar e contribuir, e acreditar na realização de metas comuns de curto médio e longo prazo. Assim, a rede social é formada em torno das instituições e pessoas pela conjugação de esforços coletivos para causas plurais; o papel do SENAC é incentivar a formação, mediar a organização e contribuir com recursos, mas é um dos integrantes da rede. Para que exista rede é necessário variedade de organizações e pessoas se relacionando de maneira horizontal, onde o mediador do SENAC não assume o papel de liderança ou controle do processo, apenas é um ator como os outros em sentido de igualdade.

O SENAC cria o programa e estabelece que cada Unidade Operacional (UO) no Estado de São Paulo mantenha em seu quadro de funcionários um docente-mediador para fomentar o surgimento de redes sociais nas cidades e em comunidades onde o SENAC está inserido¹³. O programa é composto pelo mediador e pela

¹² O conceito do SENAC de que uma rede social é uma comunidade de projetos está focalizado na maneira organizativa de promover a sistematização e organização do processo, uma vez que são os projetos, entendidos como qualquer tipo de atividade, evento, ação, programa e plano que mantém os parceiros se relacionando, promovendo resultados e atingindo metas coletivas.

¹³ O SENAC manteve em 2012 o Programa Redes Sociais na maioria de suas UOs, fomentando o programa com mediadores locais na: Rede Social Águas de São Pedro, Rede Social Araçatuba, Rede Social Araraquara, Rede Social Bauru, Rede Social Botucatu, Rede Social Campos do Jordão, Rede Social Carapicuíba, Rede Social Catanduva, Rede Social Guaratinguetá, Rede Social Itirapina, Rede Social Jaboticabal, Rede Social Jundiá, Rede Social Limeira, Rede Social Marília, Rede Social Osasco, Rede Social Piracicaba, Rede Social Presidente Prudente, Rede Social Rio Claro, Rede Social Santos, Rede Social São Carlos, Rede Social São João da Boa Vista, Rede Social São José do Rio Preto, Rede Social São José dos Campos, Rede Social Sorocaba, Rede Social Taubaté, Rede Social Votuporanga,

metodologia elaborada pelo Grupo de Desenvolvimento Social (GDS) do SENAC São Paulo. As redes sociais são descentralizadas, configurando seus propósitos e contando com a participação voluntária em torno de causas e demandas locais, que os grupos envolvidos se identificam. Uma das dificuldades operacionais é justamente fazer com que o SENAC, por assumir a mediação, não centralize o processo de condução. Como maneira de compreender a metodologia, são estabelecidos alguns objetivos que a formação de redes sociais nas localidades permitem a seus participantes como:

fortalecer os atores sociais para a defesa de suas causas; fortalecer as organizações sociais por meio do estabelecimento de projetos e novos compromissos; formar capital social, força política e reconhecimento dos demais setores e poderes organizados; aproximar e integrar diferentes setores da sociedade por meio de planos e ações que visam o desenvolvimento local; e por fim identificar e compartilhar recursos locais em benefício da comunidade (GIRARD; LEVY; TREMBLAY, 2011, p. 234).

Segundo dados da instituição (SENAC, 2007), os resultados promovidos pelo Programa Redes Sociais em 2007 são os seguintes: 35 redes sociais formadas e consolidadas em 30 localidades do estado de São Paulo; 90 fóruns realizados pelas redes com temáticas diretamente relacionadas ao desenvolvimento local; 260 ações e projetos realizados pelas redes sociais; 4.091 pessoas capacitadas; 13.800 participantes em fóruns e eventos das redes sociais; 754 organizações participantes; mais de 800 voluntários envolvidos; R\$ 747.000,00 captados em recursos; 154.350 pessoas impactadas.

4.2 Programa de Desenvolvimento Local

O Programa de Redes Sociais é o primeiro passo para a implantação de outro programa da área de desenvolvimento social do SENAC, focalizando a elaboração coletiva de projetos e planos participativos a longo prazo e delimitados em determinados territórios entendidos como bairros, vilas, guetos, favelas, etc. Jorge Carlos Silveira Duarte relata que: “Em 2005, entendemos que essas redes organizadas poderiam ampliar a sua visão e escopo de ação e olhar mais para a localidade, junto com

Rede Social Bebedouro, Rede Social Campinas, Rede Social Franca, Rede Social Guarulhos, Rede Social Mogi Guaçu/Mogi Mirim, Rede Social Santo André, Rede Social Barretos, Rede Social Jaú, Rede Social Ribeirão Preto e na cidade de São Paulo a Rede Social Campo Grande, Rede Social Itaquera, Rede Social Jabaquara, Rede Social Lapa, Rede Social Penha e Rede Social Vila Prudente.

o setor público e empresas, e estruturar planos que promovam o desenvolvimento local”.

O Programa de Desenvolvimento Local é concebido pela GDS do SENAC e desenvolvido em 17 bairros no estado de São Paulo (2012) e por sua vez propõe uma metodologia para gerar capital social e pactuar, entre os atores locais, uma mudança a longo prazo que efetivamente impacte a população beneficiada e induza o desenvolvimento com a implementação de projetos com colaboração coletiva.

A proposta de se criar um processo de desenvolvimento local é viabilizada por intermédio de uma metodologia que elabore um plano a longo prazo de uma localidade, entendida em duas dimensões: um espaço definido pelas relações locais, que se tem como objeto um bairro ou uma região de uma determinada cidade, caracterizada por uma comunidade homofílica; ou um território administrativamente e politicamente constituído como uma cidade, com governo municipal vigente e instituída por um regimento jurídico e legal. De certa forma o local, por não ter uma definição geográfica estabelecida por limites conceituais, é tanto a escala micro dos bairros, vilas ou distritos, com suas residências, encontros de vizinhanças, com certa homogeneidade e infraestrutura física e social, quanto a escala pequena das cidades, instituída por lei orgânica própria, com representação de um poder executivo e legislativo constituído.

O programa do SENAC na cidade de Jaú tem como definição do local o bairro do Jardim Maria Luiza IV, que, como apresentado anteriormente, tem seus contornos definidos por um espaço de segregação histórica, e é habitado por uma comunidade residente, com suas instituições sociais e econômicas capazes de atender uma demanda específica da população. Jorge Carlos Silveira Duarte afirma que:

O desenvolvimento local é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente a partir dos seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de desenvolvimento local falamos do desenvolvimento das pessoas e das suas comunidades. É criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem as suas habilidades, conhecimentos, experiências e possam aproveitar oportunidades, satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social (SENAC, 2007, p.18).

O Programa de Desenvolvimento Local tem como objetivo melhorar as condições de vida e de convívio social de uma localidade (SENAC, 2009). Para tanto é elaborado uma série de procedimentos metodológicos de planejamento, com perspectivas a longo prazo, que se inicia no presente para que se desenvolva até o futuro. As ações a curto prazo tem a finalidade de apresentar os atores locais entre si, mobilizar os grupos para criar confiança uns nos outros e chegar a resultados concretos. Isto posto, imagina-se que por menor que seja o impacto ou o resultado de uma ação, esta inspira o grupo para ações a longo prazo.

O programa em sua essência é construído por meio de técnicas de planejamento participativo, e a execução, de maneira coletiva. A proposta do Programa de Desenvolvimento Local se destaca por definir uma localidade a se intervir, uma metodologia de formação de redes sociais que busca criar capital e coesão social na execução dos projetos e ações, e um planejamento a longo prazo, embasado por um diagnóstico participativo, com a construção de um cenário coletivo futuro. Assim, para o SENAC

A ideia central de desenvolvimento é passar de uma configurada situação para outra melhor, planejada por uma visão coletiva, integrada com todos os setores da sociedade e todos os ativos de uma comunidade, e que gere crescimento econômico, promova o desenvolvimento social e preserve o meio ambiente levando em conta as gerações futuras (SENAC, 2009).

Diante das proposições almejadas pelo programa, a metodologia de redes sociais tem um papel central no envolvimento de pessoas e instituições e na construção e implementação de projetos e ações. Para induzir o desenvolvimento de inúmeras localidades não basta ter um sujeito único como promotor, um governo nacional, estadual ou municipal, como até há pouco se acreditava. É necessário envolver atores de todos os setores: governamentais, empresariais e sociais. Ora, isso só é possível por meio de redes que liguem tais atores entre si. As redes comunitárias são o novo sujeito do desenvolvimento local. Não é por acaso que, à medida que o mundo se globaliza, as sociedades também adquirem a estrutura e a dinâmica de rede (SENAC, 2007, p. 9).

A função do mediador é de operacionalizar o programa de desenvolvimento local, sendo um recurso humano, com as mesmas funções e objetivos do Programa Redes Sociais, interligar pessoas e instituições em construções coletivas, porém a

finalidade e os procedimentos a se cumprirem requerem uma metodologia própria, estabelecida em quatro etapas: formação da governança; visão de futuro; diagnóstico participativo; e plano de desenvolvimento.

Como forma de aplicação, explanação e entendimento da metodologia pelos atores locais, o SENAC elaborou um curso livre intitulado “Agente de Desenvolvimento Local”, que busca preparar cidadãos para estruturarem e implementarem ações de desenvolvimento local, em parceria com órgãos dos setores público e privado e da sociedade civil, baseando-se na atuação em rede como referência de sustentabilidade (SENAC, 2009). Dessa maneira, o curso apresenta à comunidade as maneiras de construção do processo de desenvolvimento local, seus principais instrumentos e ferramentas de planejamento e os produtos e resultados esperados em cada etapa. O curso tem uma intenção de preparar a comunidade para ser autora de seu próprio processo de desenvolvimento, afirmando que o desenvolvimento, para ser comunitário, deve ser um desenvolvimento humano em primeira instância. Diante deste desafio de aprendizagem, grupos e comunidades são capacitados por essa metodologia, sendo considerados efetivamente sujeitos de seu próprio conhecimento, desenvolvendo um olhar crítico sobre o local onde vivem e os projetos que realizam.

Os pré-requisitos básicos do curso são a idade mínima de 17 anos e escolaridade mínima de ensino fundamental incompleto. O público-alvo é constituído por profissionais dos setores públicos, mercado e organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, profissionais liberais e participantes das redes sociais ou interessados na participação.

O curso conta com uma carga horária de 160 horas de aulas presenciais, tanto teóricas, com o uso de slides, quanto práticas, no desenvolvimento de atividades. O curso prevê jogos e vivências, atividades em grupo com apresentação em plenária e exposição dialogada com uso de slides ou transparências. As atividades práticas são oficinas, rodas de diálogos para a conversação dos mais variados temas e o desenvolvimento e implementação de projetos e ações locais, realização de fórum, elaboração de material informativo. O profissional formado por esse curso está apto a implementar a metodologia de desenvolvimento local, em parceria com o setor público, o mercado e a sociedade civil, que tenha como referência a atuação em rede social.

A capacitação para agente de desenvolvimento local é uma estratégia de articulação e mobilização de lideranças do setor público, do mercado e da sociedade civil. Baseia-se em uma metodologia capaz de criar ambiente favorável para o desenvolvimento local. Cria condições para que pessoas, em dada comunidade, potencializem suas habilidades, seus conhecimentos e suas experiências por meio de projetos e ações de interesses comuns e realizados coletivamente.

4.3 Metodologia do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC

A seguir serão apresentadas as quatro etapas para a operacionalização do Programa de Desenvolvimento Local do SENAC, São Paulo.

4.3.1 *Formação da Governança*

O processo se inicia justamente com a formação da rede, por intermédio da elaboração, organização e implementação de projetos e ações sociais pela comunidade no bairro. A metodologia reúne atores para criar interação e conexões entre pessoas e instituições, para promover projetos e ações, por intermédio da formação de redes sociais. Os projetos são fóruns para discutir a situação do bairro, mutirões de limpeza, festas e eventos locais, promoção de cursos de capacitações, ou seja, todo o projeto que seja possível de ser realizado pelo grupo e assumido voluntariamente pela rede.

A Governança Local é a força política que se constrói em torno de pactos, entre atores sociais, para a realização de ações e projetos que promovem o desenvolvimento local. O desenvolvimento a que se refere é o das pessoas terem uma vida melhor e um melhor convívio. Esse núcleo comunitário, que é chamado de governança, são pessoas expressivas da sociedade civil e dos setores governamental e empresarial, que produzem e são, ao mesmo tempo, o capital social que se quer incrementar. Esse “governo” local se orienta por uma participação igualitária e democrática e busca soluções de conflitos, por meio de consensos, além de garantir a

transparência e disseminação das informações e do processo de desenvolvimento econômico, que beneficie as pessoas e preserve o meio ambiente e os seus recursos naturais. (SENAC, 2009)

Na fase da governança, o relevante é pactuar ações e projetos a serem implementados e assumidos pelo grupo, como forma dos atores se apresentarem entre si, bem como cada um conhecer a causa social do outro, com o intuito de contribuir. Outro fator é a possibilidade de obterem resultados, mesmo que não muito expressivos ou de grande impacto, mas que criam na governança, ou seja, nas pessoas envolvidas, a chance da conquista de objetivos com vistas em se construir algo maior. Dessa maneira, os resultados têm um impacto subjetivo no grupo que, se obter sucesso, se mobiliza para outras ações. Por fim, o processo de realização coletiva de objetivos comuns cria confiança e responsabilidade em seus executores, reforçando os laços comunitários necessários para a manutenção da governança local e suas relações sociais.

4.3.2 *Visão de Futuro*

A Visão de Futuro é uma atividade desenvolvida por uma governança que “consiste em exercitar a capacidade individual e coletiva de sonhar com um futuro diferente e compartilhar esse sonho coletivamente no intuito de nortear o desenvolvimento comunitário”. (SOUSA; TAGNIN, 2011, p. 151). A Visão de Futuro é uma atividade desenvolvida em duas oficinas: uma, de visão de passado, que tem como resultado o registro em murais das histórias orais do passado do bairro, sua evolução e linha do tempo; a segunda, na qual é levantado o futuro desejado pela governança para o bairro, validado pelo grupo na forma de uma “Declaração da Visão de Futuro”. Nas atividades são coletadas informações sociais relatadas pelos grupos e a afirmação de um futuro possível em uma sentença que contenha a visão de como será o bairro nos próximos 10 anos. É criado um cenário futuro, afirmado coletivamente, contendo os desejos, intenções, esperanças e vontades da comunidade para com o bairro.

Os principais objetivos da Visão de Futuro são: a) Construir um caminho para o futuro, que é o caminho do seu desenvolvimento; b) Começar a formar uma

comunidade de projeto, já que nenhuma comunidade se forma sem compartilhar um futuro comum; c) Chegar a um novo presente, isto é, a um presente que não seja repetição de passado; é necessário, antes, definir o futuro desejado. A leitura que uma coletividade qualquer faz do seu passado é determinante para indicar se essa coletividade atingiu ou não o status de comunidade de projeto. Em outras palavras, o passado deve ser revisto de uma determinada forma para produzir o futuro almejado, um futuro alternativo no presente. Nele devem ser plantadas as sementes da alternativa que se quer ver florescer no futuro.

A Visão de Futuro estimula as comunidades a buscar um referencial para as ações e projetos a serem elaborados e estimula, assim, a formação de uma comunidade de projetos, um dos princípios de sustentação da rede social do bairro.

Na Visão de Futuro é incentivada a proposição de um cenário, mesmo que utópico, em uma primeira apresentação, que aos poucos vai tomando os contornos de uma Declaração da Visão de Futuro, contendo os anseios de mudança da comunidade para o bairro. Tal declaração é uma frase, que contém valores, projetos e perspectivas futuras para a localidade.

4.3.3 *Diagnóstico Participativo*

O Diagnóstico Participativo é um processo de pesquisa da condição econômica social e ambiental da localidade, que leva em consideração o conhecimento popular e histórico das comunidades no entendimento e na descoberta de necessidades e desafios das comunidades onde convivem e residem. “O diagnóstico participativo, é uma dinâmica para identificar coletivamente os potenciais e as necessidades de um local, estimulando a percepção da comunidade para o conjunto de variáveis envolvidas, direcionadas à proposição de sugestão de melhoria” (SOUSA; TAGNIN, 2011, p151). É elaborada uma pesquisa de campo com a governança e aplicada aos moradores. São levantados os pontos fortes, fracos e sugestões de melhoria em diversas dimensões sociais como economia, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, infraestrutura e segurança. Os moradores em visitas a diversos locais aplicam

questionários e marcam ícones do *greenmap system*¹⁴ em um mapa. Estes símbolos icônicos representam e caracterizam o bairro. As informações são formatas em oficinas e publicadas em folhetos contendo um mapa iconográfico do local e textos dos cenários atuais em diversas dimensões socioeconômicas e de ocupação do território

Desta forma é identificado coletivamente os potenciais e as carências de um local, definindo cenários da sua realidade e estimulando a percepção da comunidade para identificar todas as variáveis envolvidas a fim de propor sugestões de melhoria. Como forma de apresentação dos diagnóstico realizado pela comunidade é publicado uma folheto, contendo o mapa do bairro com os ícones do *greenmap*, com as características socioambientais e econômicas, cenário atual e sugestão de melhorias.

Na construção do diagnóstico participativo são propostas sete etapas, para que a governança local trabalhe em rede e realizem os levantamentos de informações, apresentem cenários atuais do local e crie um mapa com os ícones, como a seguir: Ação 1: Formar uma base conceitual sobre o Diagnóstico Participativo e sua aplicabilidade; Ação 2: Planejar a Pesquisa de Campo; Ação 3: Realizar a Pesquisa de campo; Ação 4: Organizar e analisar as informações; Ação 5: Formatar o Mapa; Ação 6: Validar o Diagnóstico na Rede; Ação 7: Socialização das informações

O Diagnóstico Participativo permite que a própria comunidade descubra como a organização daquilo que existe no local influencia suas vidas. Por meio desta descoberta, as pessoas passam a conhecer e entender melhor os potenciais, as necessidades e possibilidades de tornar a comunidade melhor. O Diagnóstico Participativo mais a Visão de Futuro servirão de base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local.

4.3.4 Plano de Desenvolvimento Local

¹⁴ *Greenmap system* é uma organização mundial que apoia mapeadores, por meio de ícones universais, criam retratos de suas localidades. As comunidades adaptam a metodologia à sua realidade, para mapear recursos culturais, sociais e ecológicos. Com seus mapas constroem um entendimento de onde vivem, além de servir como guia para residentes e visitantes, ajudam na tomada de decisões políticas significativas. Os mapas verdes têm sido desenvolvidos de forma colaborativa e se encontram em 50 países, em mais de 400 cidades pelo mundo. Mais sobre o assunto acessar www.greenmap.org.

Para finalizar o programa são construídos, projetos em diferentes eixos estratégicos, temáticos, norteadores para a elaboração de um plano de desenvolvimento local. O diagnóstico participativo então passa, a apoiar a elaboração de um plano. Ao apontar para os potenciais a serem desenvolvidos e as fragilidades a superar, esse diagnóstico indica as questões merecedoras de diretrizes e medidas a serem contempladas no plano de desenvolvimento local. (SOUSA; TAGNIN, 2011, p151)

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Local envolve um exercício de planejamento de maneira participativa, organiza de forma sistemática os projetos e define a utilização de recursos e as prioridades de ações. O objetivo do plano é criara os passos, entendidos como projetos, que tirem a comunidade do cenário analisado pelo Diagnostico Participativo e a leve mais próxima do cenário criado na visão de futuro. O plano é uma oportunidade para os participantes locais tornarem-se protagonistas do processo de planejamento e implementação de ações comunitárias, de forma a minimizar os riscos e subsidiar a tomada de decisão para as escolhas do caminho do desenvolvimento (SENAC, 2009). O plano é uma somatória de projetos com o diferencial de serem articulados entre os atores locais, por meio da metodologia de Redes sociais, fortalecendo ainda mais a governança do bairro.

O plano é realizado em etapas como a Escolha da Vocação, Projetos para Eixos estratégicos e Norteadores, Agenda Local de Prioridades, e Pactos com a comunidade. São Elaborados projetos de curto, médio e longo prazo e pactuado com o poder público, organizações sociais e comunidades locais. A escolha da vocação é um lema que o bairro definirá e contribuirá para motivar a governança, ou ainda apresentar as maiores potencialidades do bairro. Eixos norteadores são os programas setoriais do plano, se definem como linhas de ações, ou a reunião de projetos com mesma temática e objetivo estratégico. Os projetos dos eixos norteadores são uma somatória de ações, definindo objetivos, recursos, responsáveis, cronograma de atividades e metas a se alcançar. Cada projeto contém ações específicas, alinhadas aos objetivos do programa. A Agenda de Prioridades é uma listagem das ações prioritárias que deverão ser realizadas, no período de um a dois anos e incorpora também outras ações do poder público ou da sociedade local que estejam em curso ou previstas. “Com essa orientação, o Plano passa a estabelecer as metas e agendas de prioridade para 10 anos, para cujo atendimento deverá ser elaborado um “mapa” apontando o ‘caminho para o futuro’,

onde estarão registrados, como marcos de referência, as ações propostas com o objetivo de superar obstáculos e aproveitar as oportunidades”. (SOUSA e TAGNIN, 2011, p154) O Plano deverá ser celebrado por um Pacto Local que formaliza os compromissos assumidos por todos os participantes da governança, parceiros, governo, empresários e sociedade civil. “A proposta do conjunto de ações baseia-se, fundamentalmente, na utilização dos ativos próprios da comunidade, nos investimentos feitos com recursos da municipalidade e na capacidade de atrair investimentos externos. Explicitadas e acordadas essas ações, deverá ser celebrado por um Pacto Local, formalizando os compromissos assumidos entre todos os participantes da governança – governo, empresários e sociedade civil”. (SOUSA e TAGNIN, 2011, p154). O pacto é um instrumento de comprometimento e a assunção dos responsáveis na realização coletiva dos projetos. Desta maneira ao Plano de Desenvolvimento Local deve assegurar uma coesão em torno de objetivos entre a comunidade, organizações sociais, poder público na execução da ações planejadas.

5 AS INSTITUIÇÕES E ATORES LOCAIS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Anteriormente de caracterizar as ações propostas pelo programa e as diferentes formas de contribuição que tiveram os envolvidos, seria relevante caracterizar os atores e instituições que participaram do programa, sua forma de atuação local e os beneficiários que atendem. Para identificar os atores que mais contribuíram com o programa foi elaborada uma tabela 02, por meio de lista de presenças e arquivos fotográficos, que evidencia as instituições que mais participaram das ações do programa, como também na figura 13 é possível verificar o número de participações das instituições.

Tabela 03: Participação nas atividades por instituições

<i>Participação nas atividades por instituições</i>	Formação da Governança	Visão de Futuro	Diagnóstico Participativo	Plano de Desenv.	Total
Projeto Futuro Melhor	1	1	1	1	4
Associação de Bairro	1	0	1	1	3
Igreja Católica	1	1	1	1	4
Voluntários	1	1	1	1	4
FATEC/JAHU	0	0	1	1	2
Prefeitura municipal: Sec. de Meio Ambiente	1	0	1	1	3
EMEF Waldomiro Oliveira	1	0	1	1	3
SENAC	1	1	1	1	4
Total	6	4	8	8	

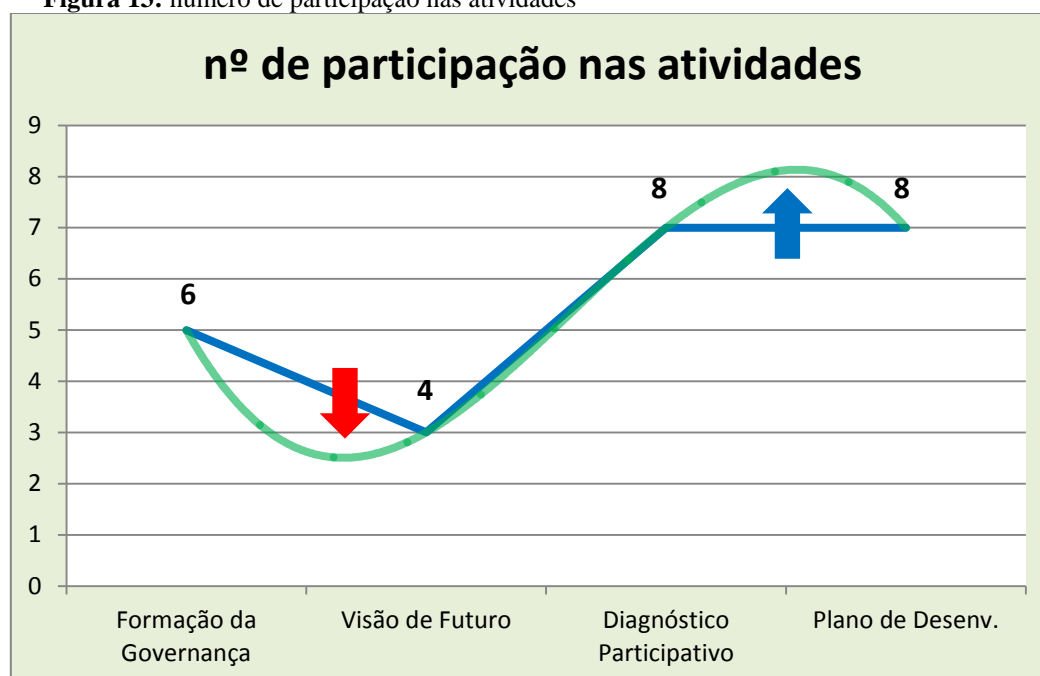
Legenda: 1= Participou da atividade
0= Não participou da atividade

Fonte: Elaborado pelo Autor

Por meio da tabela é possível observar que a Igreja católica Apostolo Paulo, o Projeto Futuro Melhor e o SENAC sustentam seu comparecimento em todas as etapas do programa, onde é provável avaliar uma continuidade e frequência nas participações.

O outro nível de envolvimento é apresentado pelas instituições que se aproximam do programa a partir do diagnóstico participativo e do plano de desenvolvimento, como é o caso da FATEC e da escola Valdomiro de oliveira. Acredita-se que esta aproximação para a realização das duas últimas etapas do programa, seja fruto dos resultados obtidos nas etapas anteriores, o resultado impresso do Diagnóstico Participativo e também o aumento da confiança e o interesse de realizar ações coletivas com instituições do bairro. É possível notar também o retorno no decorrer do processo de implementação do programa da Prefeitura Municipal e da Associação de Moradores, que não compareceram na atividade de Visão de Futuro.

Figura 13: número de participação nas atividades



Fonte: Elaborado pelo Autor

O aumento de participações nas últimas etapas é visível na figura 13, que revela uma oscilação na frequência de comparecimento das instituições. Por meio da linha de tendência em verde é possível notar a movimentação das presenças no decorrer do programa. Como se trata de uma linha de tendência polinomial de ordem 3, ou seja em três intervalos, é possível notar uma primeira depressão na fase de Visão de Futuro Indicado pela seta vermelha, e um pico nas fases de Diagnóstico Participativo e Plano de Desenvolvimento apontado pela seta azul. A figura 13, ilustra que o processo de Desenvolvimento Local criou um fluxo de alternância nas participações em momentos de depressão e ascensão e que a continuidade do programa e o envolvimento de mais

atores na fase finais, comprova a manutenção de laços existentes, a recuperação de instituições menos frequentes e o envolvimento de novas organizações.

As tabelas e os gráficos acima citados são relevantes para identificar os atores que compõem a rede primária compostas nas relações promovidas pelas etapas do Programa de Desenvolvimento Local. Neste momento é de valia apresentar os atores que compõem a rede primária, suas dimensões sociais, desenvolvimento histórico, contribuições e envolvimento com as fases programa. Após o relato dos atores, sua função e contribuição, é possível identificar a participação e o envolvimento, expressos nas ações e atividades necessárias para a conquista dos objetivos propostos, sua avaliação e verificação do grau de eficácia

5.1 O SENAC Jaú

O SENAC é o principal articulador do programa de Desenvolvimento Local no Jd. Maria Luiza IV. Seu interesse está voltado na promoção de desenvolvimento social que não seria possível, através da simples oferta de curso, na manutenção de relacionamento com a localidade e com a comunidade, na obtenção de informações que contribuam para a sua oferta educacional, e na criação de um canal de comunicação e divulgação com os seus beneficiários.

A unidade operacional do SENAC Jaú em 2012 possui 67 funcionários, oferta principalmente cursos técnicos na área de tecnologia da informação, enfermagem, administração, comunicação e propaganda. Além de cursos livres de aperfeiçoamento profissional e cursos de aprendizagens comerciais. Em sua estrutura e dinâmica mantém o Programa de Redes Sociais e de Desenvolvimento Local por meio da contratação de um docente com o papel de mediador e articulador das ações e projetos propostos. Este docente investe quinze horas semanais na organização de reuniões, eventos, fóruns, no planejamento de ações e projetos bem como articulando pessoas e recursos para viabilizar as atividades.

A estruturação do programa conta com recursos financeiros para apoio a projetos sócio educacionais, que viabiliza algumas ações realizadas por intermédio do programa. O montante de recursos varia de ano e depende da previsão orçamentária do SENAC que gira entorno de seis mil reais ao ano, da elaboração de um projeto simplificado explicando com o que serão empregados os recursos e quais os resultados esperados.

A implantação do programa de Redes Sociais e Desenvolvimento Local é sistematizada por meio da elaboração da metodologia construída, fruto de um histórico de evolução dos programas da área social do SENAC, agrupada no formato de um curso de formação de agentes de desenvolvimento local, já apresentado anteriormente, e aplicada pelo docente mediador que assume um papel organizativo das ações educacionais com a comunidade e focado nos resultados dos projetos.

A maneira de condução das ações do programa que considera os desejos e as vontades dos parceiros é basilar para a obtenção de resultados. O programa conta com uma contrapartida voluntária na composição de ações e projetos coletivos e na divisão de recursos já existentes nas instituições e ainda, com as responsabilidades dos envolvidos.

Os méritos e participação nos resultados entre os parceiros das ações são de fundamental relevância para manutenção dos vínculos entre as instituições e pessoas, que potencializam os recursos e tempo de trabalho empregado, que dificilmente seriam possíveis se fossem desenvolvidos isoladamente pelos atores.

5.2 A Igreja Católica *Apóstolo Paulo e Voluntários*

A Igreja Católica historicamente desenvolve um papel de cunho moral, espiritual, político e social na humanidade no decorrer dos séculos. Por motivos que não cabe aqui apontar, sua concepção, práticas religiosas e sua atuação social e política se transformaram no decorrer dos séculos devido a contextos históricos específicos. Vale a pena ressaltar que desde seus primórdios a igreja católica esta presente direta e indiretamente na vida em sociedade.

A Igreja Católica no Brasil assume um papel de vanguarda da vida política durante as épocas da ditadura militar, representada pela CNBB, e da ausência de um grande partido democrático cristão, papel esse que teria sido assumido pelos movimentos católicos leigos, devido à investida contra o alto clero a atuações revolucionais como a Teologia da Libertação.

Um dos principais campos do engajamento social e político da Igreja é o da defesa e promoção dos direitos humanos, e, nessa área, a Igreja, pouco a pouco, vai cedendo parte do seu protagonismo para as entidades da sociedade civil organizada. Em todo esse processo, a Igreja tenta integrar-se, cada vez mais aos movimentos sociais, o que a leva a direcionar a sua atuação no atendimento dos pobres e dos excluídos.

Aos poucos a moral cristã da caridade direciona grupos de voluntários católicos à prática de uma assistência baseada na ideia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais. Segundo o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica (2005) "a caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos". Desta maneira a prática da caridade é encontrada nos cristãos católicos como um sentimento altruísta, sem busca por qualquer tipo de recompensa e elevação da moral.

Como forma de espiritualizar e levar a fé cristã à comunidade Jd. Maria Luiza IV, a Paróquia São Benedito, adquiriu por meio de compra, três glebas de terra no bairro no ano de 2005, e passou a arrecadar recursos para a construção de um barracão em uma parte do terreno que poderia abrigar provisoriamente a igreja Apóstolo Paulo, o primeiro passo para o início às celebrações religiosas no local e às atividades no bairro.

A igreja conta com cerca de 280 fiéis regulares, promovem celebrações às quartas, sábados e domingos, além de promoverem casamentos batizados, e catequese. Com o papel de líder espiritual a Paróquia São Benedito, mantém um diácono que está a serviço da igreja Apóstolo Paulo, para o culto divino, da pregação, da orientação e, sobretudo, da caridade na comunidade.

O diácono é, portanto o líder espiritual e político para as ações da igreja na comunidade do bairro, que reúne uma equipe de trabalho. A igreja organizada mantém as pastorais da criança, promove ações sociais como festas, arrecadações de alimentos, campanha do agasalho e campanha da fraternidade, além das atividades religiosas semanais referentes ao diaconato. A festa de São João Batista é o principal evento da comunidade, que é organizado por meio da arrecadação de recursos para sua realização.

Os voluntários se dedicam a diversas ações na igreja, a principal dela é a pastoral da criança que promove ações de visitação de mulheres puerperais e gestantes, mantém pesagem das crianças até dois anos, acompanha a vacinação, identifica casos críticos de desnutrição infantil e faz orientações para mães quanto à saúde da criança e alimentação. Com esta ação, a pastoral da criança atende cerca de 100 famílias e conta com 20 agentes voluntárias da própria comunidade. Por ter um contato direto com um grupo específico de famílias, estas voluntárias tem um vasto conhecimento da realidade das residências do bairro, identificando focos de extrema pobreza, criando vínculos com moradores e também conquistando popularidade.

Como apoio às atividade do Programa de Desenvolvimento Local tem-se a articulação de moradores, principalmente fiéis católicos, para a realização das ações e projetos propostos. O diácono assume um papel de líder comunitário, tanto na divulgação do processo de Desenvolvimento Local, quanto de trabalho voluntário nos eventos, mutirões, ações pontuais, etc., tendo um papel decisivo na implantação e viabilização do programa.

Nas celebrações são divulgadas as ações proposta pelo programa e a angariação de voluntários e recursos para a viabilização das mesmas. Os encontros de planejamento e as reuniões para organizar o Programa são realizados na igreja, que concede seu espaço para esta finalidade, uma vez que tem uma localização privilegiada no centro do bairro. O local possui um salão de celebração para duzentas pessoas, cozinha equipada com freezers e fogões industriais, e duas salas para 20 pessoas no centro catequético. Nas ações como, mutirões de limpeza, pesquisa de campo do diagnóstico participativo e validação da visão de futuro, o local serve de ponto de encontro e base operacional das ações.

5.3 Associação Projeto Futuro Melhor

A associação Projeto Futuro Melhor é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo desenvolver projetos culturais com a comunidade. Como se trata de uma organização de base familiar, a sede do programa está localizada na residência de um de seus membros. A maior parte dos envolvidos no Projeto Futuro Melhor são mulheres.

O histórico de formação da associação vem da organização de uma família vinda da periferia de São Paulo. As atividades dos projetos tem início em virtude de a matriarca desta família, após uma promessa religiosa, passar a realizar todos os anos uma festa de Natal para as crianças. Este movimento surge ainda na cidade de São Paulo, e após a mudança da família fundadora deste movimento para Jaú, iniciam-se as atividades na penúltima rua do Jd. Maria Luiza IV. As primeiras ações no bairro tem início nos anos de 2006 com a festa das crianças

As principais ações do Projeto Futuro Melhor é a realização de eventos comemorativos no dia das mães em maio, no dia das crianças em outubro e no natal em dezembro. Para a organização das festas, a instituição conta com arrecadação de alimentos para a preparação de um almoço e um grande bolo de metro. Os brinquedos e alimentos advêm da própria comunidade do bairro, e também de empresários da cidade. Nos dia das crianças e no natal são distribuídos brinquedos na comunidade

As festas são organizadas sempre na penúltima rua do bairro com a montagem de um palco para apresentações de caraoquês, músicas ao vivo, apresentação de danças e sorteio de brinquedos.

A instituição também mantém uma escola de samba, com ensaios regulares de bateria e das praticistas do bloco, composição de samba enredo e confecções de fantasias nas datas antecedendo às comemorações carnavalescas. No carnaval de 2009 receberam-se recursos municipais para apresentar-se com o bloco no desfile das escolas de sambas de Jaú, onde conquistou o segundo lugar. Os recursos recebidos foram quase

todos destinados à gastos na compra de material para a confecção de fantasias e instrumentos para a bateria.

O Projeto Futuro Melhor mantém ainda aulas esporádicas de reforço escolar para cerca de 30 crianças e aulas de dança. Como não recebem nenhum tipo de subsídio financeiro de nível governamental, todas as atividades são realizadas por meio de voluntariado de seus integrantes e doação de insumos para realização de suas atividades.

O Projeto Futuro Melhor está presente em praticamente todas as ações providas pelo Programa de Desenvolvimento Local, contribuindo com força de trabalho nas ações e divulgações das atividades e resultados.

5.4 Associação de Moradores do Jd. Maria Luiza IV

A Associação de Moradores está constituída desde 1992 por iniciativa dos primeiros moradores do bairro com a finalidade de buscar melhorias sociais e estruturais para o bairro. No seu surgimento tinha um caráter comunitário, e existia uma variedade de moradores envolvidos em suas ações.

Em meados dos anos 90, a associação de moradores buscou melhorias estruturais para o bairro como, asfalto, iluminação pública, construção de galerias pluviais, melhorias no acesso ao bairro, solicitações de transporte público e transporte escolar.

Nesta época a mobilização por luta por saneamento básico ocupava a pauta das discussões e reivindicações ao poder público local e Ministério Público Estadual. As melhorias que chegaram ao bairro nos anos seguintes foram frutos desta organização comunitária.

Após este período, a associação de moradores passou por um ostracismo e esquecimento, sem empenho de outros moradores deste núcleo original que lhe desse corpo. Em determinadas épocas eram organizadas chapas de membros da diretoria, mas

por falta de recurso e pouca dedicação de sua diretoria esta instituição não proporcionou continuidade em seu trabalho social e político para o bairro.

No ano de 2008, com a contribuição de partidos políticos locais é novamente montada uma chapa para compor a diretoria. Com novos membros empossados, a finalidade da associação limita suas ações na promoção partidária de certo candidato a vereador nas eleições municipais. Com a vitória do candidato apoiado pela associação de moradores, as reivindicações da população do bairro se tronavam plataforma política partidária tanto junto à prefeitura. As melhorias e problemas apontados eram solicitadas pela associação de moradores ao vereador eleito, que passava a cobrar e exigir da prefeitura as melhorias indicadas.

A associação não realizava nenhuma ação social para a comunidade, ou tinha alguma proposta de melhorias, seu papel se concentrava nas solicitações e reivindicações feitas por meio de requerimento público da câmara de vereadores ao governo municipal. Não existe nenhum funcionário contratado, ou qualquer tipo de convênio formado com outras instituições.

A chapa da diretoria era formada pelos mesmos integrantes de uma única família e seus vizinhos. Os membros da chapa eram figurativos, pois a única atuação era do presidente, que era aliado político do vereador eleito. Como a intuição ficou parada durante anos, existia pendência no Cartório de Registro, na Receita Federal, e com a Fazenda do Estado. Ou seja, existe uma diretoria constituída de direito, mas o poder não era exercido de fato, sua pendências a colocavam em uma situação de irregularidade jurídica e fiscal.

As participações nos eventos e na organização das ações do programa de desenvolvimento se faziam unicamente com a presença do presidente da associação, que contribuía com informações ou com as solicitações de recursos à prefeitura municipal. A postura adotada nas atividades promovidas pelo programa era reativa no sentido de não acreditar no sucesso das ações ou oportunistas utilizando os resultados em publicidade revertida ao vereador apoiado.

Como a associação de moradores participou da maior parte das atividades promovidas, sua contribuição foi relevante na organização e na execução das atividades, porém o fato de não ser uma instituição confiável dentro do bairro e por não ter relação através de ações sociais com qualquer público beneficiado, suas contribuições eram limitadas e não tendo reverberação nenhuma na comunidade, nem como canal de comunicação, nem com recursos humanos ou matérias, resignando a contribuição desta instituição na presença do presidente.

5.5 Faculdade de Tecnologia de Jahu – FATEC/JAHU

A Faculdade de Tecnologia de Jahu - FATEC-JAHU é uma Instituição Pública de Ensino Superior que oferece cursos de graduação para formação de Tecnólogos, visando atender segmentos atuais e emergentes da atividade econômica. Ela pertence ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, uma autarquia estadual ligada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. O Centro Paula Souza administra 210 Escolas Técnicas Estaduais e 56 Faculdades de Tecnologia no Estado de São Paulo.

A Faculdade de Tecnologia de Jahu foi criada pelo Decreto n.º 31.255, de 23 de fevereiro de 1990, retificado por publicação do D.O.E. de 01/03/1990. Pelo Decreto n.º 39.471, de 07 de novembro de 1994, foi dada nova redação a dispositivo que especifica do Decreto 31.255, de 23 de fevereiro de 1990. Iniciou suas atividades acadêmicas no 2º semestre de 1990. Está localizada na Rua Frei Galvão, s/n.º, no Bairro Jardim Pedro Ometto. A FATEC JAHU mantém os cursos Construção Naval, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Tecnologia da Informação, Logística, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sistemas de Navegação Fluvial e Sistemas para Internet, para tanto conta atualmente com 77 docentes, 09 auxiliares docentes, 30 funcionários, 16 estagiários, 05 policiais mirins e 1.538 alunos matriculados no primeiro semestre de 2010.

O papel primeiro da Fatec Jahu é a formação superior e tecnológica para o mercado de trabalho, por intermédio de seus cursos regulares. Soma-se à sua missão originária as atividades voltadas para a comunidade. Em geral são exercidas por

diversos projetos de extensão, ofertados nos cursos de formação tecnológica com participação de seus alunos de maneira voluntária, e coordenados pelos professores das disciplinas. A finalidade dos projetos de extensão universitária é de se integrar com as formas regulares de ensino e pesquisas dirigidas promovidas pelas instituições de ensino superior. Segundo seu projeto de desenvolvimento institucional, a FATEC-JAHU cumpre seu principal papel no encontro com a realidade social por intermédio da extensão, que possibilita o contato com a comunidade, num processo de integração e interação. Para a comunidade acadêmica, a extensão permite a ampliação das formas de transmissão e aplicação de seu potencial humano, material e cultural, para elevar o bem-estar da sociedade.

Os cursos têm autonomia para a realização de seus projetos de pesquisa juntamente com seu corpo docente. Na variedade de cursos ofertados na Fatec de Jahu, cada um mantém atividades de pesquisa em seu currículo. Os principais projetos de pesquisa desenvolvidos pela instituição são caracterização das curvas chaves de micro bacias hidrográficas do Rio Jaú; A Inovação Tecnológica como Estratégia Competitiva: Um Estudo da Indústria Calçadista Brasileira; Capacitação e Preparação de Recursos Humanos e Materiais para Integração Institucional ao Grid Computing e Suporte às Pesquisas Acadêmicas; Direito Ambiental Interdisciplinar para profissionais da área tecnológica; Bicicleta elétrica: avanço tecnológico a favor do desenvolvimento urbano sustentável em cidade de médio porte - Jaú-SP; Estudos de modelos para arquitetura da informação em Sistemas de Inteligência Setorial; Uso e Aplicabilidade de Softwares Livres de Geoprocessamento em Estudos Ambientais; Estudo sobre viabilidade de implementação de sistema de rádio-controle no modelo de escala reduzida 1:6 do veículo submersível não tripulado Jaú para pequenas profundidades; Desenvolvimento de metodologia para implantação de programas de redução da acidentalidade e mortalidade no trânsito de cidades de pequeno e médio porte; A História da Faculdade de Tecnologia de Jahu do momento da sua criação até a presente data; Estudo dos parâmetros hidrodinâmicos usando o método do decaimento livre; Manejo de Bacias Hidrográficas e Revitalização de Rios. Estudo de caso: Córrego dos Pires - Jaú SP; Avaliação do potencial de biorremediação de Iodo de esgoto: alterações químicas no sistema solo; Diagnóstico da Utilização dos Elementos Lean Manufacturing nas Indústrias da Microrregião de Jaú-SP; Aplicação do Ecodesign ao Calçado Feminino.

A participação da Fatec Jahu no Programa de Desenvolvimento Local do Jd. Maria Luiza IV ocorreu através dos discentes e docente da disciplina de Revitalização de Rios e Recuperação de Áreas Degradadas do curso de Meio Ambiente e Recursos hídricos. A faculdade até o ano de 2010 não mantinha qualquer tipo de atividade acadêmica ou de extensão no bairro, foi justamente na oportunidade de realizar um diagnóstico do bairro, que se somou interesses de desenvolver um projeto em conjunto com a comunidade.

Nas etapas de construção do Diagnóstico Participativo docente e discentes da disciplina de Revitalização de Rios e Recuperação de Áreas Degradadas tiveram um papel estratégico na organização das atividades. A contribuição foi tanto com planejamento das atividades de pesquisa de campo, repasse da metodologia de diagnóstico participativo e das técnicas de mapeamento do *greenmap* system para os alunos da E.E. Nicolau Piráquine e lideranças comunitárias, a contribuição na visita de campo e com a coleta de informações realizando questionários e entrevistas com a comunidade.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Local contribui mais diretamente com os projetos voltados à área de meio ambiente, fazendo sugestões, aproximando conhecimentos técnicos da comunidade e buscando viabilizar projetos de educação ambiental como recuperação do Córrego da Figueira e implantação de pontos de entrega voluntária de resíduos sólidos.

A participação da Fatec se restringe ao curso de Meio Ambiente e à disciplina citada na construção do diagnóstico com a comunidade e elaboração de projetos para o plano. Foi relevância para o programa de Desenvolvimento Local o auxílio desta instituição nestas etapas do processo, contribuindo para compreender a realidade local, organizar atividade de pesquisa, aproximar conhecimentos da comunidade e ainda, inovar com ideias os projetos propostos.

5.6 Poder Executivo Municipal de Jaú (Secretaria de Meio Ambiente)

O município de Jaú é união indissolúvel ao Estado de São Paulo e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de governo local, na sua área de competência. Segundo a lei orgânica a ação

municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Município de Jaú é a unidade territorial de pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido por Lei Orgânica específica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

Os dois poderes que constituem o município, independentes e harmônicos entre si, são o legislativo e o executivo. O Poder Executivo é investido de funções políticas, executivas e administrativas, sendo que este poder deverá ser auxiliado pelas secretarias Municipais.

O governo municipal é responsável pela implementação de políticas em nível local e para tanto conta com recursos advindo da cobrança de impostos e taxas, como também de repasses federais e estaduais.

Todo município tem assegurado, o direito à saúde, ao trabalho, à educação, ao lazer, ao transporte, à segurança, à proteção, à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, à moradia e à um meio ambiente equilibrado.

No programa de Desenvolvimento Local, o poder executivo local tinha um papel fundamental em algumas ações e secundário ou inexistente em outras. O envolvimento se dava em determinadas solicitações para a realizações de ações sociais e educativo e colaborativo, que sem o apoio da municipalidade não poderiam ser executadas. A Secretaria de Meio Ambiente, era o presente do poder público nas ações proposta pelo programa, que acionavam outros órgãos municipais como a de Serviços Municipais, esta última auxiliando com recursos humanos e materiais para as atividades.

Nas ações de formação da governança, que efetivamente existia uma atividade de que necessitava a mobilização de recursos materiais por parte da Prefeitura

e de Recursos humanos por parte dos moradores, a contribuição do executivo municipal fora de suporte para a efetivação de ações pontuais. Nos três mutirões de limpeza a Prefeitura concedeu os caminhões e na ação de paisagismo contribuiu com mudas juntramente com o SENAC. Esta participação, apesar de pontual, tinha um caráter de apoio ao programa, enquanto uma forma de potencializar os recursos e esforços para a realização das atividades.

Nas ações do diagnóstico participativo houve a presença efetiva da Secretaria de Meio Ambiente, com estagiários, técnicos e Secretário de governo, foi uma oportunidade de afirmar além de um apoio ao programa, mas sim uma realização em conjunto de moradores, instituições sociais, escolas e Poder Público. Nesta ação não houve uma participação com o dispêndio de recursos materiais ou econômicos para a sua realização. O maior recurso foi a efetiva participação e contribuição dos técnicos e estagiários envolvidos com a dinâmica proposta.

Na etapa de elaboração do Plano de Desenvolvimento, o governo municipal tem um envolvimento direto no que se refere ao envolvimento de técnicos de diversas áreas e secretarias como saúde, meio ambiente, educação, esporte e cultura. A visão dos agentes públicos municipais na elaboração dos projetos e no conhecimento das intenções públicas que já existiam para o bairro, possibilitou a criação de propostas viáveis de atividades e ações sociais, ambientais e econômicas para o bairro.

É de relevância apontar que houve uma mudança de postura no posicionamento e participação dos órgãos municipais no decorrer das atividades promovidas no Programa de Desenvolvimento Local. Na formação da governança a prefeitura contribui com apenas recursos matérias sem nenhum envolvimento político ou organizacional como no mutirão de limpeza e na ação de paisagismo. Já da atividade de diagnóstico participativo e de planejamento a prefeitura é um dos parceiros realizadores, já se envolvendo com o programa ao ponto de assumir compromissos e tomar decisões conjuntas com os moradores.

5.7 Escola Antônio Waldomiro de Oliveira e Souza

A Escola Antônio Waldomiro de Oliveira e Souza, localizada no bairro Maria Luiza III, nas intermediações do Jd. Maria Luiza IV oferece aulas regulares de Ensino Fundamental a alunos de 6 a 10 anos de idade (primeira a quinta série). No mesmo espaço funciona a Escola Merce Terezinha dos Santos que propicia Ensino Infantil à criança de 4 e 5 anos de idade na Pré Escola. Desta maneira funcionam duas unidades de ensino distintas, porém com uma única administração pedagógica, como diretoria, secretaria, coordenadorias e outros departamentos inter-relacionados. A comunidade identifica desta maneira uma única unidade de ensino funcionando no local, pois não existe uma definição espacial sobre as duas escolas. Como definição deste trabalho de pesquisa será considera a EMEF Antônio Waldomiro de Oliveira e Souza comportando conjuntamente a EMEI Merce Terezinha dos Santos.

A escola possui uma estrutura física capaz de atender a demanda de alunos, com 16 salas de tamanho padrão para 35 carteiras, sala de leitura, sala de informática, pátio coberto, refeitório integrado à cozinha, ginásio poliesportivo e estacionamento. O espaço administrativo é dividido em sala da direção, coordenação pedagógica, secretaria e sala dos professores.

A EMEF possui 16 turmas que variam de 19 a 27 alunos por classe, totalizando 186 alunos no período matutino e 189 no vespertino. Para tanto conta-se com 23 professores que ministram aulas de matemática, Língua Portuguesa, Inglês, Artes, Educação Física, Leitura e Escrita. A EMEI por sua vez possui uma turma matutina, uma vespertina e duas turmas em período integral em um total de 159 alunos divididos em salas que variam de 23 a 32 alunos. Para atender essa demanda conta-se com 15 professores e auxiliares de educação infantil.

No setor de Gestão Administrativa a escola é conduzida por uma direção para as duas unidades de educação, divididas em duas coordenadorias, uma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental. Para a manutenção dos gerais são, três faxineiras que cuidam especialmente da limpeza, 3 merendeiras responsáveis pelas 5 refeições servidas na escola diariamente, e 4 inspetores que cuidam da entrada e saída dos alunos

Os alunos da escola em sua totalidade vêm do bairro Jd. Maria Luiza IV, mesmo assim a escola não desenvolve nenhuma atividade no bairro, além de promover reuniões de pais e algumas festas em datas comemorativas. Não existe uma relação e uma interação da escola com a vida da comunidade. Este distanciamento da escola da comunidade é um dos entraves para a implementação das ações do Programa, porém paulatinamente a escola foi se envolvendo.

As primeiras ações do programa como lançamento e curso de agentes de desenvolvimento local que se utilizou as dependências da escola para as suas realizações, o apoio da escola foi pontual na concessão do espaço, o que propiciou uma aproximação das pessoas e organizações dos agentes escolares.

Com o avanço e a frequência de reuniões que constantemente se revezavam entre a Igreja Apóstolo Paulo e a Escola Valdomiro, a relação e os laços entre as lideranças da comunidade e as instituições que organizavam o programa vão se solidificando e se estreitando.

Na fase do Diagnóstico Participativo contribuiu-se com o envolvimento de um grupo de alunos que foram capacitados para efetuar os mapeamentos por meio dos ícones do *Greenmap system*. Nesta atividade foi possível contar com o envolvimento da coordenação pedagógica na organização da ação e o apoio da direção com a concessão de sala de aula para a capacitação de todos os alunos, da comunidade e Poder Público.

Na elaboração do Plano de Desenvolvimento observa-se um envolvimento mais direto na ação principalmente na organização do *Workshop* de projetos Maria Luiza IV 2020. É relevante destacar as formas de contribuições da escola nesta fase. O primeiro apontamento foi a disposição dos coordenadores pedagógicos da escola para a elaboração dos projetos a serem desenvolvidos para a área de educação. O segundo ponto foi a concessão do espaço para a realização do evento e a preparação do *coffee break* aos participantes. O terceiro foi o comprometimento com a comunidade na realização conjunta dos projetos, ou seja, para o sucesso das ações planejadas seria necessário a continuidade da parceria com a comunidade, projetos sociais e escola.

6 AS AÇÕES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO JD. MARIA LUIZA IV

O programa de Desenvolvimento Local do SENAC São Paulo, no Bairro do Maria Luiza IV teve início em abril de 2009 e durou até dezembro do mesmo ano com a formação da governança com atividades que promoviam o trabalho em rede e a colaboração coletiva de instituições e pessoas do bairro, totalizando seis atividades com essa finalidade. Em março de 2010 foi elaborada a declaração da Visão de Futuro em duas oficinas e uma validação censitária no bairro, concluída em maio. Neste mesmo ano é construído o Diagnóstico Participativo em quatro etapas, que se inicia no planejamento da pesquisa, passando pela atividade de campo, formatação das informações e lançamento do folheto finalizado em dezembro de 2011. No ano de 2012 é proposto um curso para o planejamento do Plano de Desenvolvimento Local, realizado um workshop de projetos em maio de 2012. Foram propostas ainda a elaboração dos projetos setoriais, a criação de uma agenda de prioridades e a assinatura do Pacto de Desenvolvimento local, que não farão parte deste estudo, como o detalhado na metodologia. O quadro sinóptico ver tabela 02 abaixo aponta o universo temporal do programa de abril de 2009 a maio de 2012.

Tabela 04: Quadro sinóptico temporal das ações do Programa

	Início	Fim	nº de atividades realizadas na ação	nº de atividades que faltam realizar
Formação da Governança	Abril 2009	Dez. 2009	6	0
Visão de Futuro	Mar 2010	Mai 2010	3	0
Diagnóstico Participativo	Out 2010	Dez 2011	4	0
Plano de Desenv.	Fev 2012	Mai 2012	3	2

Fonte: Elaborado pelo Autor

6.1 Formando uma governança

A implantação do programa no Bairro do Maria Luiza IV se iniciou em abril de 2009, com o lançamento do curso do Curso de Agentes de Desenvolvimento Local

em um evento organizado pelas instituições no ginásio da Escola Antônio Waldomiro de Oliveira, com a participação de organizações públicas, do terceiro setor que atendiam o bairro e pessoas da comunidade. Neste evento de lançamento foram realizadas as inscrições dos alunos que iriam participar do curso, onde seria repassada a metodologia do programa. Tanto o curso como seu lançamento foi pactuada com organizações integrante da Rede Social Jaú para sua concretização, e surgiu como um projeto não apenas do SENAC, mas das instituições parceiras como Prefeitura Municipal de Jahu, Câmara dos Vereadores, Jovens Construindo a Cidadania, Projeto Futuro Melhor, membros da Igreja Católica e Pastoral da Criança. Com essa ação começa a se articular o que viria a se formar uma governança

O curso de Agentes de Desenvolvimento local de 160 horas teve início em março de 2009 com aulas regulares três vezes na semana na EMEF Antônio Waldomiro de Oliveira, no período noturno e aos sábados, atendendo a disponibilidade de horário da comunidade. As aulas do curso caminharam concomitantemente neste ano com as atividades de formação da governança, onde foram propostas ações de articulação das instituições públicas e do Terceiro Setor que atendiam o bairro. O curso teve início com dezessete participantes, destes apenas quinze concluíram a formação com os 75% de presença exigida.

A terceira ação nesta fase foi a realização de um Fórum, organizado não só pelos alunos do curso como também pessoas da comunidade. O objetivo do evento foi identificar os projetos existentes no bairro, suas linhas de atuação e resultados alcançados. Para tanto foi apresentada a metodologia do Programa em suas respectivas etapas, dividindo os participantes em subgrupos para ser levantados os projetos existentes no bairro, e após uma apresentação em plenária destes em rodas de diálogo. Participaram cerca de 45 pessoas, em sua grande maioria moradores do bairro. A organização do Fórum foi realizada pelos alunos do curso, divulgada com carro de som e faixa informativa na entrada do bairro e realizada no ginásio da Escola Municipal. Como resultado concreto fora elaborada uma lista de projetos identificados no bairro e nos diálogos em subgrupos e na apresentação geral, a própria comunidade notou os excessos assistencialistas contidos nos projetos levantados, prioritariamente de distribuição de alimento e roupa.

O fato dos alunos dos cursos estarem em um espaço de convívio de sala de aula, articulando moradores do bairro concomitante às ações coletivas desenvolvidas pela comunidade, foi necessário definir que somente poderiam frequentar as aulas os alunos matriculados e com nome da lista de chamada, e toda ação que fosse ser executada no bairro, mesmo que se utilizassem o horário de aula, para serem planejadas e viabilizadas, deveriam contar com a participação de liderança comunitárias, pessoas voluntárias e outras instituições que atuavam no município. Desta maneira criou-se um núcleo local de pessoas que viriam a se tornar a governança do bairro.

O próximo passo foi efetivamente propor uma reunião para se definir três projetos desenvolvidos coletivamente. Assim, no mês de setembro de 2009 foi realizado um encontro que definiu um Plano de Trabalho para o ano de 2009 da Governança Local. Nesta ocasião, estavam reunidos moradores e comerciantes do bairro, a associação de moradores locais, o Projeto Futuro Melhor, Pastoral do Menor, membros da Igreja Católica e alunos do Programa Educação Para o Trabalho do SENAC. Conforme a metodologia de Rede Social, as pessoas já se conheciam, como também haviam identificado o que existia no bairro no fórum, o grupo se reuniu para fazer proposições de ideias, que aos poucos foram sendo compostas de atividades, até que o grupo assumiu um novo compromisso de realizar três projetos coletivamente. O primeiro projeto foi apoiar uma festa nos dias das crianças, o segundo um mutirão de limpeza e por fim uma ação de paisagismo. É interessante notar que a intenção desse grupo original, era criar ações coletivas, mais que efetivamente resolver um problema pontual, e também se afastar das proposições assistencialistas dos projetos que já eram desenvolvidos no bairro, como distribuição de alimentos e roupas para o vestuário.

A Festa das Crianças é um evento comemorado todo o dia 12 de outubro e realizado pelo Projeto Futuro melhor. Neste ano, mais do que repetir as ações dos anos anteriores de distribuição de brinquedos às crianças, oferecimento de almoço e de um bolo de treze metros de comprimento, era promover atrações culturais como, apresentação de danças populares, caraoquê de canções e músicas ao vivo em uma roda de pagode. A inovação proposta pela rede comunitária do bairro era um envolvimento coletivo da comunidade na organização do evento com a arrecadação de brinquedos e ingredientes para o almoço e para o bolo, e a articulação de pessoas do bairro para a realização local das atrações culturais. Esta estratégia da governança reforçava a

valorização das pessoas da comunidade, por meio da oportunidade para a apresentação de talentos locais. O evento contou com a participação de mais de mil pessoas, com duração de 8 horas de programação. No auge da festa foi apresentada a metodologia de desenvolvimento local e a governança do bairro formada pela população que estava organizando o evento. Desta maneira a festa proporcionou além de um espaço de divertimento, a consagração da mobilização do grupo, a divulgação das ações propostas para os próximos anos e o convite para o envolvimento das pessoas em ações de melhorias para o bairro. Nesta oportunidade foi feito o convite para a participação de para o mutirão de limpeza.

O mutirão de limpeza foi a ação que mais mobilizou pessoa e instituições para a sua realização. As igrejas, tanto evangélicas quanto católicas se encarregaram da divulgação, a Prefeitura Municipal por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Municipais da disponibilização de caminhões, justamente com Associação dos Catadores de Papéis – ACAP - que ficou encarrega de levar os resíduos recicláveis. Os alunos do Programa Educação para o trabalho do SENAC contribuíram com a elaboração de placas de advertência sobre o descarte de resíduos em áreas públicas e terrenos baldios. O Projeto Futuro Melhor providenciou um lanche para os participantes do mutirão. Desta maneira, envolvidos e motivados pelos desafios de deixar o bairro mais limpo, a governança organizou pontos de coleta de resíduos nas esquinas das ruas sinalizadas com estandartes e bandeiras vermelhas, dividiu as equipes de voluntários e traçou a rota de coleta dos caminhões de resíduos descartáveis e reciclados. No dia 14 de novembro de 2009 às 7 horas da manhã na frente na Igreja Católica Apóstolo Paulo, na Avenida Pedro Bianco, foi dado início a ação com a participação direta de aproximada cinquenta e três pessoas e indireta de praticamente todos os moradores que levaram os resíduos que estavam nas residências para os pontos de coletas estabelecidos e sinalizados.

A movimentação gerada no bairro pelo mutirão da limpeza indicava uma abertura para a mudança da condição social e ambiental que se encontrava o bairro, incentivava o protagonismo da Governança Local responsável pela organização da ação, e o reconhecimento de alguns moradores em relatos individuais nos dias subsequentes ao mutirão. Desta forma, e devido à organização da governança, o alcance dos objetivos propostos e dos resultados da ação, gerou uma confiança no trabalho realizado entre

parcerias de pessoas e instituições, trocando recursos econômicos que já existiam nas organizações, cujo principal recurso foi o capital social disponível na Rede

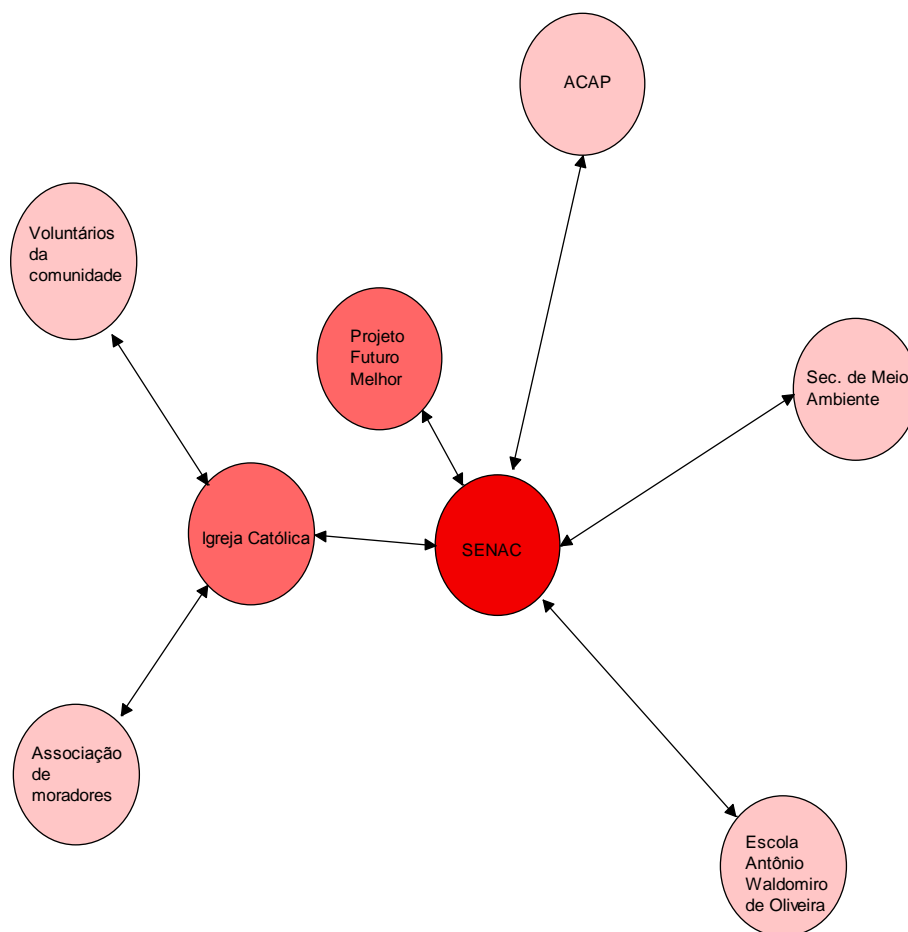
A Ação de paisagismo teve menor impacto social e ambiental, uma vez que teve como objetivo uma espaço limitado de atuação. A recuperação da área proposta compreendia o trecho de entrada do bairro na Avenida Pedro Bianco entre as ruas Julia Antônio de Mattos e Augusto Roscani. Não foi elaborado projeto de paisagismo para a ação, conseqüentemente sem critérios técnicos de plantio e disposição das mudas ornamentais. A prefeitura municipal concedeu um trator para abrir as covas e a doação de plantas arbustivas. A Governança buscou envolver os moradores dos arredores no que se referia ao cultivo e aos cuidados posteriores ao plantio. O Projeto Futuro Melhor comprometeu-se em levar um grupo de crianças, assistidos pelo projeto de dança, para participar da ação. A Igreja Católica e pastorais ajudaram na divulgação da ação. Foram plantadas cerca de 100 mudas de plantas em uma área de 100 metros quadrados cantando com a participação de cerca de 25 pessoas.

Mesmo sem ser uma atividade tão impactante como as outras, os participantes da Governança local, observavam a dificuldade de recuperação do talude da linha férrea, devido à sua grande extensão e o comprometimento que seria necessário dos moradores, na manutenção com: irrigação, combate às pragas e mato. A ação de paisagismo não surtiu um impacto expressivo no bairro no que se refere ao tamanho da área recuperada e à proposta de ornamental das plantas, porém, fora mais uma atividade capaz de reunir a governança em torno de um mesmo objetivo.

No final desta etapa de formação da governança é possível analisar uma alta eficácia na realização da ação, uma vez que esta etapa consistiu na formação de uma rede com pouca variação na participação das instituições, e todos os objetivos propostos foram alcançados aumentando a confiança entre os atores. Os principais entraves para a realização da ação foram a falta de compreensão na proposta do programa e sua finalidade das instituições que atendiam o bairro especialmente as escolas, o excesso de compromisso já assumidos pelas instituições contatadas, e a desconfiança da participação de alguns atores como é o caso da Associação de moradores.

A rede primária desta ação é formada com três instituições mais centrais e com maior participação como é o caso do Projeto Futuro Melhor, da Igreja Católica, e do SENAC que centraliza as ações da rede. Em seguida com menor participação estão voluntários da comunidade, a Associação de moradores, as igrejas evangélicas e a Prefeitura Municipal de Jahu, a Escola Antônio Waldomiro de Oliveira e a Associação dos Catadores de Papéis, conforme figura 14.

Figura 14: Diagrama da Rede primaria da etapa da formação da Governança



Fonte: Elaborado pelo Autor

6.2 Visão de Futuro

A atividade de visão de futuro foi dividida em três atividades: uma oficina de Visão de Passado, uma oficina de elaboração da Visão de Futuro e uma validação na comunidade. A suposição é que a comunidade criasse perspectivas de melhorias referentes ao bairro, e entendesse que a comunidade, assim como as pessoas, estava em constante mudança. Nesta perspectiva, a atividade desenvolveria um horizonte de proposta, mais fundamentado.

No mês de maio, na da Igreja apostolo Paulo, se iniciou a oficina da Visão de Passado. A primeira atividade foi relativa à elaboração da linha da vida dos participantes, onde o grupo foi dividido em subgrupo e individualmente cada um elaborou sua cronologia de vida em folhas de *flip chart*, desde o nascimento, passando por fatos mais importantes da história pessoal até os dias atuais. Após essa construção individual, cada grupo expôs em plenária os resultados levantados. O objetivo da atividade era identificar que na história individual, existem fatos marcantes, sucessos e dificuldades capazes de serem enfrentadas no decorrer do tempo. Em seguida, novamente em subgrupos, foi elaborada uma cronologia do bairro com fatos importantes desde a implantação do bairro e, posteriormente, apresentação para todos os participantes. Neste momento, um dos fatos mais relevantes apresentado foi a ocupação dos primeiro moradores sem o bairro ainda possuir nenhuma benfeitoria, e com o tempo e muitas reivindicações da comunidade foram sendo implantadas as infraestruturas básicas como asfalto, iluminação, ponte de acesso, os primeiros mercados do bairro, bares, a formação da associação de moradores, conquistas de transporte público etc. Em uma roda de diálogo, as principais observações eram relativas às mudanças graduais, às necessidades de grupos organizados na defesa do bairro e, o tempo em que cada ação acontecia. O grupo fortaleceu o entendimento de que, para o bairro continuar em uma perspectiva de desenvolvimento seria necessária a construção de uma Visão de Futuro. As principais conclusões foram anotadas em uma folha para ser partilhada pelo grupo. Participaram nesta atividade as principais lideranças que compunham a Governança como: integrantes da igreja católica, pastoral da criança, professores que residiam no bairro, comerciantes, líderes do Projeto Futuro Melhor e membros antigos da Associação de Moradores, mas sem vínculo com a atual gestão da organização, sendo considera como voluntário.

No mês de Abril foi realizada a oficina de declaração da Visão de Futuro, com uma retomada das conclusões da oficina anterior, e foram iniciados os trabalhos do dia: conter perguntas geradoras de diálogo a serem aprofundadas em subgrupos, tais como: a) Quais os valores que são fundamentais para comunidade do Jd. Maria Luiza IV ter em 2020? b) Quais infraestruturas seriam necessárias existir em 2020? c) Quais projetos sócios econômicos estarão em execução? Por meio dos questionamentos em subgrupos, foi apresentada uma lista de valores, projetos de infraestrutura urbana e socioeconômicos, dispostos em folhas de *flip chart*. Nas explanações em plenária, as falas das expectativas de um cenário para 2020 foram reunidos, divididos e unificados, em uma frase propositiva da Visão de Futuro, em uma construção e consenso coletivo. Os desejos da comunidade foram reunidos em uma linguagem diretiva e afirmativa do futuro para o bairro.

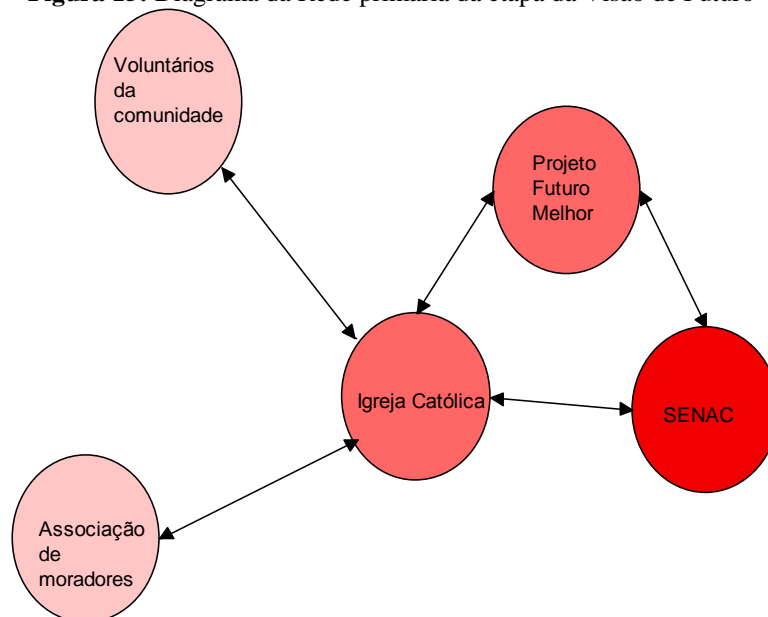
A frase da Visão de Futuro proposta pela Governança passou por um processo de validação censitário em todas as residências do Jd. Maria Luiza IV na última semana de abril de 2010. Para integrar as informações coletadas nessa atividade de validação, foram incorporadas as necessidades e os desejos identificados em entrevista com moradores. Como finalização da atividade criou-se a Declaração da Visão de Futuro para o Jd. Maria Luiza IV em 2020. Nesta proposta de cenário, a comunidade vinculava um destino compartilhado em comum, que diferia da compreensão e valores que a população da cidade e a própria comunidade tinha do local. A avaliação sobre a Declaração de Visão de Futuro projetava um horizonte para a Governança e informava as intenções para um bairro que integrava pessoas e instituições, mas com seus desejos e consensos. A seguir é apresentada a declaração da visão futuro, com as opiniões incorporadas na validação:

“Em 2020, o Jd. Maria Luiza IV será reconhecido como lugar de união dos moradores para o desenvolvimento local, respeito por todos, educação e paz. O córrego da Figueira estará revitalizado e cuidado pela comunidade. Possuirá um viaduto que ligue o bairro ao centro da cidade, as ruas estarão recapeadas com asfalto de qualidade e possuirá áreas de lazer, PAS (Posto de Atendimento à Saúde), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e Base Policial. As principais atividades socioeconômicas desenvolvidas no bairro serão educação para Jovens e Adultos, cursos

profissionalizantes, programas de incentivos a criação de empresas e emprego para a geração de renda, como também a projetos de lazer e cultura voltados a atender a comunidade.” Abril de 2010

Na etapa da visão de futuro as ações proposta pelo programa se limitaram em dois encontros ocorridos no salão da Igreja Católica e que não contou com uma tímida participação da comunidade o que comprometendo o resultado. Assim esta etapa pode ser avaliada de baixa eficácia, uma vez que a representatividade das instituições era relevante para a consecução do objeto, que somente foi conquistado com uma medida corretiva através da validação da declaração sugerida e todas as residências do bairro. Os principais entraves foram a falta de participação da maioria das instituições, o não comparecimento de nenhuma instituição pública, e o local escolhido para a realização da ação que impediu a participação da igreja evangélica. Com a baixa variedade de instituições contribuindo com a ação, foi necessário a validação em todas as residência do bairro da visão de futuro proposta como forma de legitimar a ação.

A rede primaria formada para a realização desta ação contou assim com a presença central da Igreja católica, do Projeto Futuro Melhor e do SENAC e como envolvimento mais secundário os voluntários e associação de moradores conforme figura 15.

Figura 15: Diagrama da Rede primária da etapa da Visão de Futuro

Fonte: Elaborado pelo Autor

6.3 Diagnóstico Participativo

A etapa seguinte do processo de desenvolvimento local definiria um cenário atual do bairro, em um movimento coletivo de conhecimento de desconstrução e reconstrução dos conhecimentos e opiniões formadas, em que as instituições e pessoas tinham sobre o bairro. Para se chegar ao diagnóstico do bairro, foi realizada uma atividade de cognição horizontal das potencialidades, necessidades e sugestões de melhorias, que envolveria a Governança Local, alunos das escolas de Ensino Fundamental, Médio e do PET SENAC, o Projeto Futuro Melhor, alunos, Igreja Católica, Associação do bairro, Faculdade de Tecnologia de Jahu através do curso de Meio Ambiente, e técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O Diagnóstico Participativo fora organizado em quatro etapas: um planejamento das ações de pesquisa, treinamento dos alunos da escola Nicolau Piráquine e Fatec, uma atividade de entrevista e registro de campo na forma escrita e cartográfica pelos ícones do mapa verde; da tabulação das informações, da validação dos conhecimentos e apontamentos sobre o cenário atual e sugestões de melhorias, e disseminação da informação em um folheto ilustrativo.

O planejamento das atividades foi realizado pela Governança na Escola Waldomiro de Oliveira com as instituições envolvidas no processo, e, então, foi definido o plano de trabalho da ação. O passo seguinte foi nivelar conceitos e preparar os participantes através de uma capacitação elaborada por professores do SENAC e FATEC Jahu. A atividade de campo contou com a criação de questionários com perguntas sobre as potencialidades do bairro e principais necessidades, que seriam coletadas pelos alunos da FATEC, um mapeamento e caracterização com ícones do mapa verde por discentes da Escola Nicolau Piráquine, por meio do projeto Jovens Construindo a Cidadania. O bairro foi dividido em grupos heterogêneos reunindo alunos das duas Unidades de Ensino, moradores e estagiários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Na ocasião da visita de campo, a Governança Local ofereceu um almoço na Igreja Apóstolo Paulo, viabilizado pelos moradores e comando pelo projeto Futuro Melhor. Após as informações coletadas no período matutino, foram agrupadas e tabuladas, criando um cenário atual do bairro.

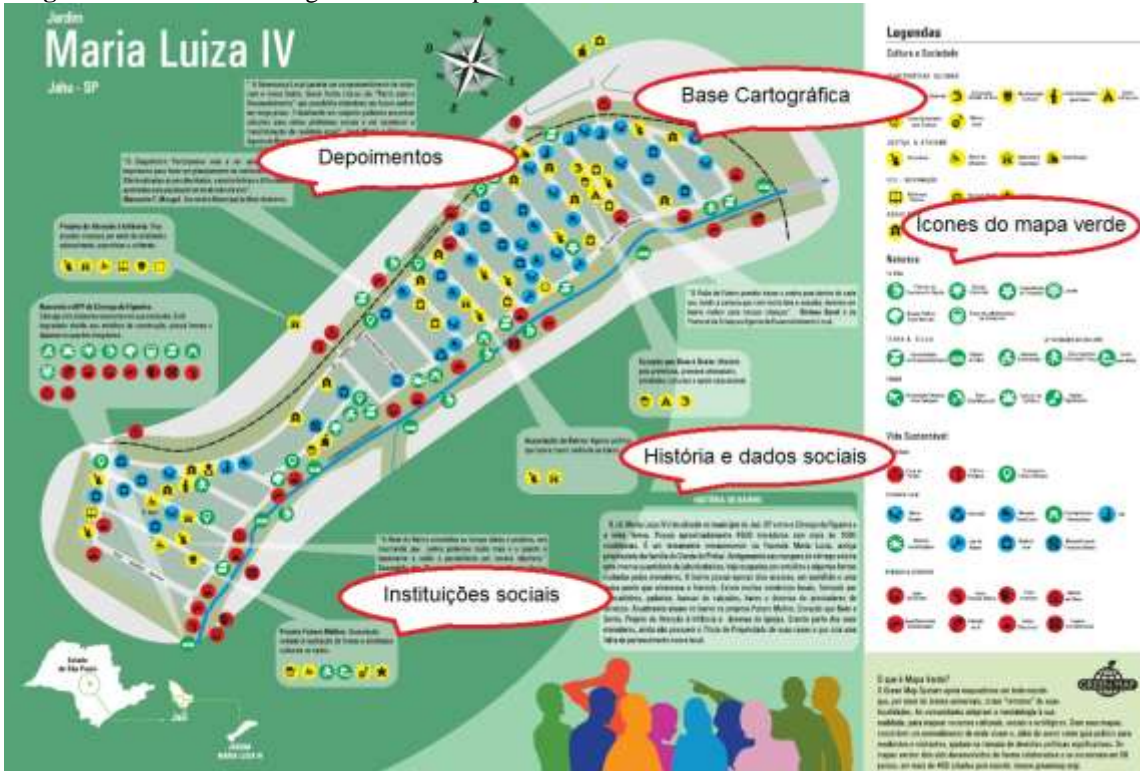
A validação do processo de Diagnostico Participativo aconteceu em um fórum de Desenvolvimento Local, onde foram convidadas as instituições e pessoas que participaram de todo o processo, técnicos de várias áreas da Prefeitura Municipal, moradores e Governança Local. As informações coletadas foram apresentadas e, aberta a palavra aos participantes que novamente puderam contribuir com definições, afirmações e dúvidas sobre o bairro. Ao final do evento, se firmou o compromisso de criar uma publicação de maneira impressa que pudesse ser compartilhada com a população da cidade e a comunidade local. O folheto continha em sua parte da frente o histórico do programa, a visão de futuro e principalmente os cenários atuais contendo necessidades e virtudes do bairro e sugestões de melhorias, como observados na figura 16. Em seu verso o folheto trazia em uma base cartográfica do bairro, os ícones do mapa verde para identificar ativos e problemas, textos com a história, dados sociais, instituições sociais e depoimento de integrantes da governança como apresentado na figura 17. Foram produzidos dois mil folhetos disponibilizados em comércios, escolas e organizações sociais do bairro e um evento de lançamento promovido pela Governança. Na tabela abaixo segue a participação identificada na fase de Planejamento Participativo.

Figura 16: Folheto do Diagnóstico Participativo frente



Fonte: SENAC 2011

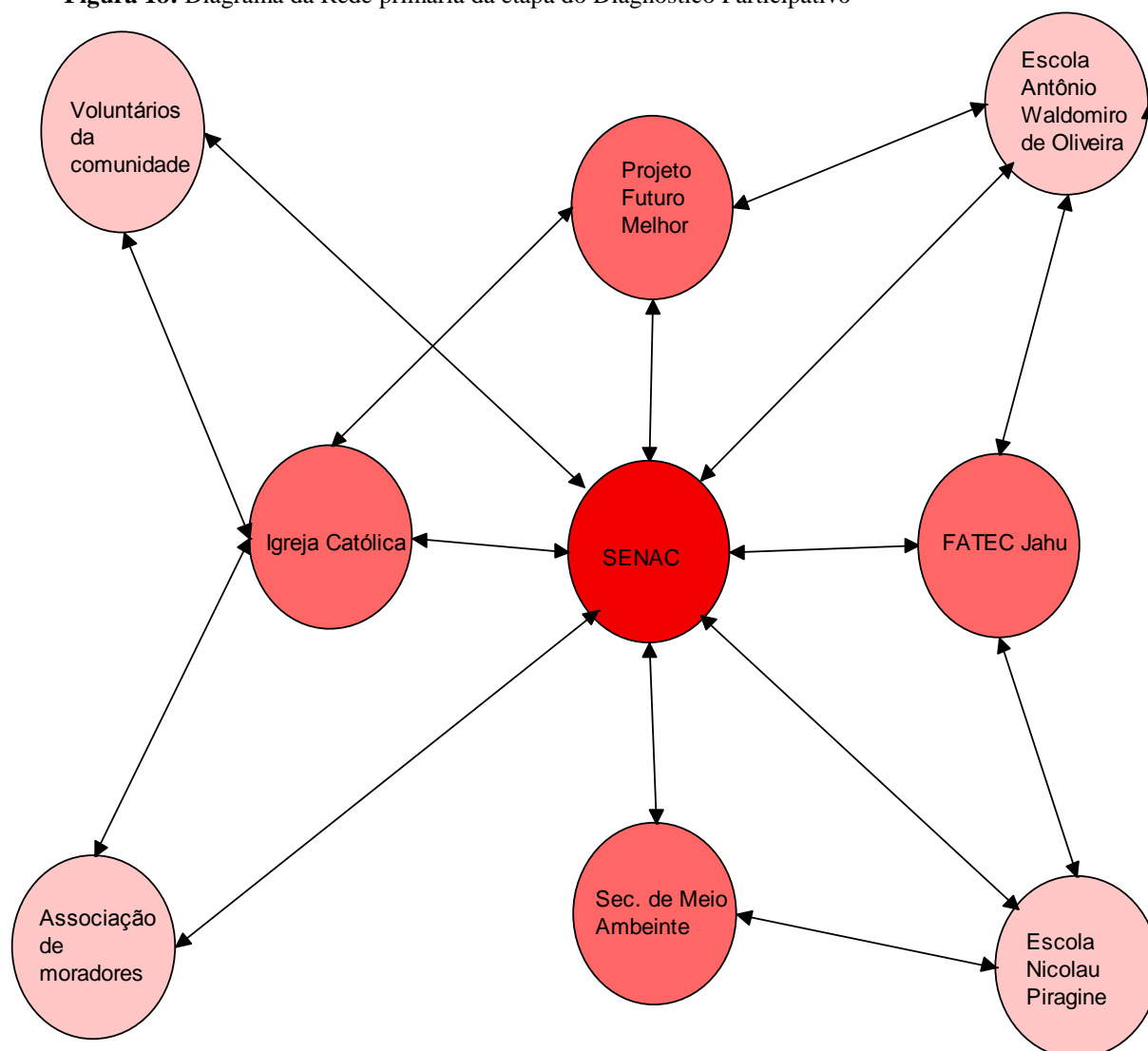
Figura 17: Folheto do Diagnóstico Participativo verso



Fonte: SENAC 2011

O diagnóstico participativo foi a etapa mais longa do processo de desenvolvimento local, mesmo assim teve uma alta eficácia, uma vez que todas as ações propostas para etapa foram realizadas por meio de uma organização conjunta dos atores da rede primária e o produto final na formato de folheto impresso foi uma maneira de apresentar os resultados do trabalho para a população e futuros parceiros. Os principais entraves desta ação foram a organização e o planejamento das ações em conjunto com todas as instituições envolvidas, o entendimento do processo de mapeamento pelas discentes envolvidos no projeto, o processo de tabulação das informações levantadas devido à variedade de respostas encontradas nos questionários, o tempo de realização da visita de campo até a produção do folder informativo ter demorado um ano.

A rede primária formada para a execução desta ação contou com uma participação e uma variedade de instituições, sendo um passo decisivo para a eficácia do programa. Nesta ação os atores mais centrais para a sua realização foram o SENAC, a FATEC Jahu, o Projeto Futuro Melhor, a prefeitura municipal por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Igreja Católica Apóstolo Paulo. Em um segundo nível de envolvimento é possível encontrar a Escola Waldomiro de Oliveira, a Escola Nicolau Piráquine, voluntários da comunidade e a Associação do bairro como apresentado na figura 18.

Figura 18: Diagrama da Rede primaria da etapa do Diagnóstico Participativo

Fonte: Elaborado pelo Autor

6.4 Plano de Desenvolvimento Local

A elaboração do Plano é a última etapa do Programa de Desenvolvimento Local do Maria Luiza IV, que passa pela elaboração de projetos setoriais, criação de agenda de prioridades e pacto do plano. Devido à mudança do Governo Municipal de 2012 para 2013, esta ação foi comprometida, não sendo concluídas as atividades de definição da agenda de prioridades e pacto do plano. Estas ações foram programadas pela governança do bairro para serem pactuadas com o próximo Governo Municipal no primeiro semestre de 2013, para não comprometer a execução dos projetos.

As pessoas que compunham a Governança Local em sua maior parte eram Agentes de Desenvolvimento Local formados no curso oferecido pelo SENAC em 2009, que conheciam a metodologia de elaboração do Plano de Desenvolvimento Local, no entanto ocorria que já se haviam passado três anos que os conteúdos haviam sido apresentados, e alguns atores não tinham conhecimento da metodologia. Como estratégia de continuação do processo, além dos passos propostos pela metodologia do Programa do SENAC, fora acrescentado um Curso de Planejamento e Elaboração de Projetos Sociais para a Governança Local.

O curso tinha como objetivo capacitar atores locais para a elaboração de projetos que estariam vinculados ao plano e, foi organizado para ocorrer de fevereiro a abril de 2012 em três aulas de quatro horas. Na programação constavam os passos para se construir o Plano de Desenvolvimento Local, uma metodologia de elaboração de projetos e atividades práticas na criação de planos e programas comunitários em rede. Os participantes eram pessoas do Futuro Melhor, Associação de Moradores, Agentes Comunitários de Saúde, Pastorais da Criança e da Saúde e membros da Igreja Católica e Evangélica. Como atividade prática foi proposto pela Governança Local, a realização de um workshop de projetos, com instituições públicas e do terceiro setor da cidade de Jaú, com o intuito de contribuir com sugestões e indicações.

O *Workshop* de projetos foi uma dinâmica que contribuiu para que pessoas e instituições trocassem informações com o objetivo de elaborar projetos que comporiam o Plano de Desenvolvimento Local “Maria Luiza IV 2020”. Para a realização do Workshop de Projetos foram reunidos moradores do bairro, lideranças locais, instituições que atuam na comunidade, órgãos públicos municipais e estaduais, escolas, posto de saúde, ongs e técnicos de diversas áreas, como meio ambiente, educação, cultura, esporte, saúde, segurança e infraestrutura urbana.

O *workshop* ocorreu no dia 8 de maio de 2013 e contou com a participação do Projeto Futuro Melhor, Programa de Atenção à Infância da Associação Hilarinho Sanzovo, EE Prof. José Nicolau Piráquine, EMEF Waldomiro Oliveira, Coração que Bate e Sente, Projeto Pequena Seara, Pastoral da Criança, Igrejas Evangélicas e Católicas, Programa Saúde da Família, Associação de Bairro, SENAC, SENAI, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, FATEC/JAHU, Pró-Terra, Polícia

Militar, Proerd e CONSEG, envolvendo diretamente na ação 67 pessoas entre técnicos, representantes de entidades sociais e moradores. Para organizar a contribuição de todos, fora preparada uma sistemática de trabalho dividida em oito subgrupos dispostos em mesas com as seguintes temáticas: economia local; saúde; meio ambiente; infraestrutura urbana; segurança; educação; lazer e cultura. Cada subgrupo elaborou as temáticas dos projetos, contendo objetivos e seus respectivos responsáveis. Todos os grupos anotaram suas sugestões em filipetas de cartolinas, que foram apresentadas ao final do evento a todos os participantes que contribuíram com ajustes, informações e conhecimentos para o desenvolvimento dos projetos.

Os resultados e objetivos do Workshop de Projetos foram elencados em uma lista de 28 projetos e divididos em diversas áreas conforme a seguir.

Tabela 05: Projetos proposto no Workshop “Maria Luiza IV 2020”

TEMA	OBJETIVO/META
Saúde	
Saúde para todos	Construção de unidade do PSF (PROGRAMA SAUDE FAMILIA), para a promoção da saúde no bairro
Saúde do idoso	Envelhecer com saúde através de atividades que melhorem a qualidade de vida do idoso
Planejamento familiar	Controle da natalidade
Doenças transmissíveis	Diminuir a prostituição, a proliferação de DST e controlar doenças como Tuberculose, Dengue, etc
Economia	
Eventos empresariais	Realizar um evento com empresários do bairro a cada 6 meses, para troca de experiências e exposição de produtos do bairro.
Cooperativa de artesãs	Criar uma cooperativa de artesãs, em dois anos, para o desenvolvimento e venda de produtos manufaturados.
Cooperativa de Recicláveis	Organizar uma cooperativa com os moradores que trabalham com resíduos.
Capacitação em artesanato	Capacitar na produção de artesanato, 50 pessoas por ano até 2020
Profissionalização de mão de obra	Oferecer cursos técnicos e profissionalizantes para 100 pessoas por ano até 2020
Cooperativa de empresarial	Instituir uma cooperativa com empresários do bairro em dois anos
Capacitação de empresários	Capacitar e assessorar 100% dos empresários até 2016.
Segurança	
Braços do CONSEG	Coletar informações de segurança primária entre a rede comunitária do bairro, através da polícia militar e CONSEG: Ações:

	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na fiscalização dos alvarás em Estabelecimentos comerciais • Melhorar a acessibilidade do bairro avaliando as condições das vias públicas • Evitar refúgio de infratores da lei em Terrenos e construções abandonadas • Recolher os veículos abandonados que possam comprometer a segurança • Investir na estrutura da Segurança Municipal
Educação	
Escola da árvore	Aproximar a escola da comunidade, por meio de aulas promovidas em diversos espaços dentro do bairro.
Oficinas de pais	Desenvolver atividades com os pais na escola
A família e o afeto	Resgatar o afeto de 400 famílias trabalhando seus direitos e deveres através de equipe multidisciplinar, que aproxime a comunidade da escola, PSF e CRAS
Cultura e Esporte	
Diversidade cultural	Proporcionar através das diversas linguagens culturais a construção e o resgate da identidade cultural do indivíduo
Brincando na rua	Resgatar atividades lúdicas e recreativas tradicionais, como pião, pipa, taco, queimada, amarelinha, pular corda, ciranda e outras
Lona itinerante	Promover eventos lúdicos, culturais e esportivos para aproximadamente 400 famílias ou 1.200 pessoas
Meio Ambiente	
Educação ambiental	Educar crianças, jovens e adultos sobre a conservação e preservação do meio ambiente do bairro
Paisagismo da Linha Férrea	Recuperar o talude da linha férrea por meio de projeto de paisagismo e drenagem pluvial
Viveiro de mudas	Cultivar mudas de espécies nativas, frutíferas e ornamentais para a recuperação do córrego da Figueira e paisagismo no bairro,
Revitalização do Córrego da Figueira	Restaurar a mata ciliar do córrego para a preservação do meio ambiente e implantar parque linear para a promoção do lazer da comunidade
Criação de Eco. Pontos	Criar pontos de entrega de Resíduos de Construção Civil
Infraestrutura Urbana	
Galerias de águas pluviais	Construir galerias que melhorem a drenagem fluvial
Viaduto de ligação do bairro	Criar novo acesso para o bairro com a construção de viaduto de acesso à Avenida Francisco Canhos
Águas para todos	Construção de reservatório, abertura de poços artesianos e reuso de águas de chuvas nas residências
Melhoria no asfalto	Recapear, refazer nas principais vias
Nova rota de ônibus	Alterar o trajeto do ônibus no bairro para garantir acesso a as principais ruas do bairro

Fonte: Elaborado pelo Autor

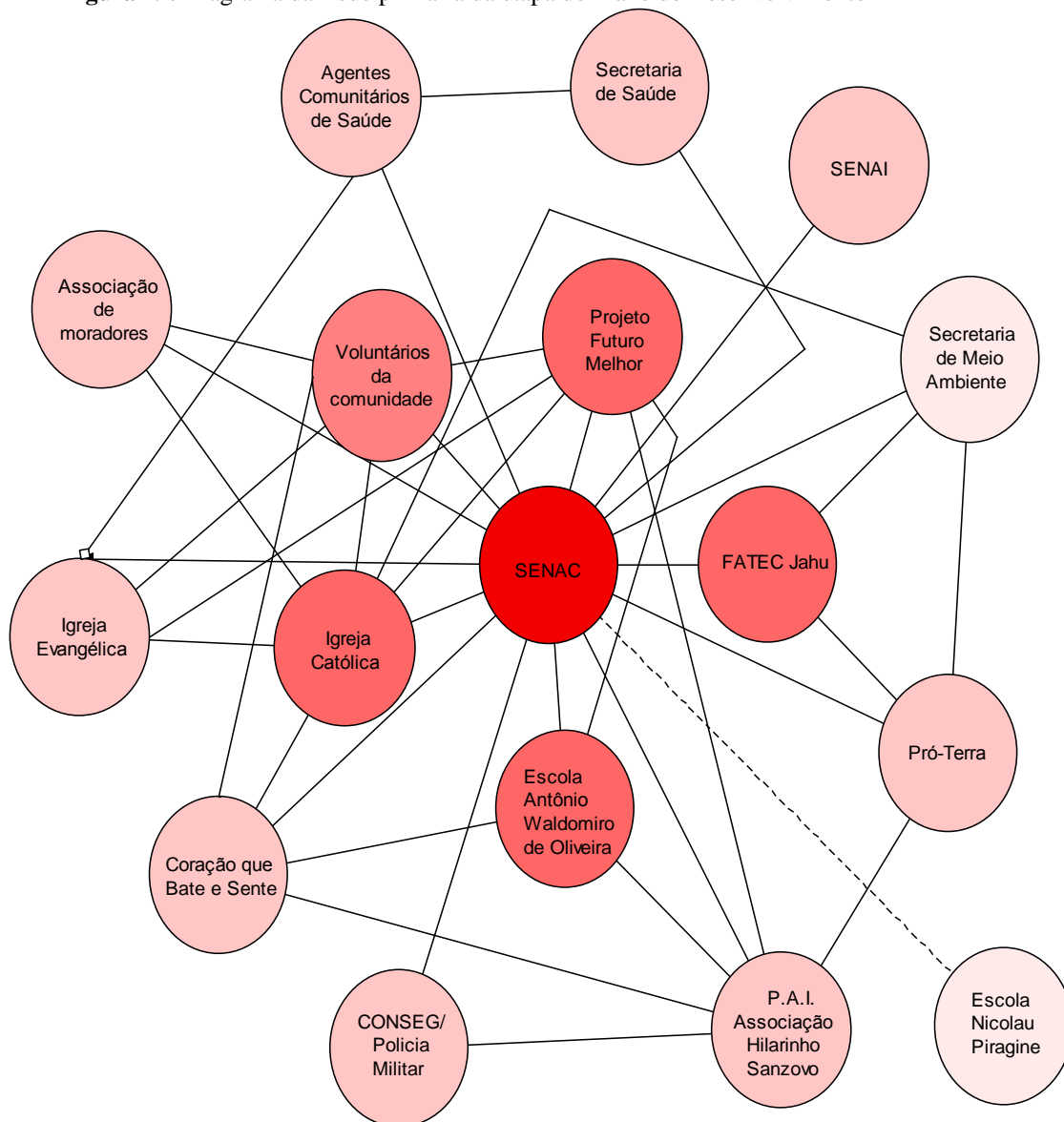
O evento foi capaz de criar os projetos e seus objetivos correspondentes, trocar informações sobre ações que aconteciam ou ainda poderiam ser realizadas e, definir um cenário futuro para o bairro. A maneira pela qual a reunião fora conduzida, em pequenos grupos, possibilitou um contato mais direto entre os atores locais como: moradores, órgãos públicos e instituições sociais e representantes de diversos segmentos como saúde, educação, formação profissional, meio ambiente e segurança pública. A oportunidade de técnicos de determinadas áreas e da população criarem um espaço de diálogo comum propiciou um melhor entendimento do papel que cada entidade teria para o desenvolvimento do bairro. As competências dos projetos e a divisão de responsabilidades, os direitos e deveres a serem assumidos pela população, e uma delimitação de atuação dos projetos que estavam sendo propostos. Os técnicos puderam compreender quais são as prioridades e necessidades atuais da comunidade e suas intenções e desejos futuros. A criação dessa complementaridade se demonstrou positiva levando em consideração o resultado do evento em criar projetos e seus objetivos. Devido ao tempo de conversas em subgrupos e os projetos apresentados, não foram levantados os responsáveis por cada proposição, ficando essa definição para a elaboração setorial dos projetos.

A etapa de elaboração do Plano de desenvolvimento local contou diretamente com o envolvimento da maior variedade de instituições e pessoas desde o início do programa, porém devido ao ano eleitoral em 2012 e a alternância de governo em 2013 foi necessário uma mudança de estratégia durante o percurso que acabou por atrasar todo o processo. Como esta atividade não foi concluída para que seja possível uma análise mais detalhada, até onde se acompanhou as ações desta etapa notou-se uma média eficácia na realização dos objetivos, devido à falta de continuidade dos projetos sem a presença do poder público. Os maiores entraves foram as eleições municipais fechar a agenda política, a dificuldade de algumas instituições em elaborarem os projetos por falta de conhecimento, os agentes envolvidos com o planejamento das ações por parte do poder público não tinha poder de decisão, as instituições priorizarem ações de curto prazo e tempo elaboração dos projetos.

A rede primária formada por essa ação é composta pela maior quantidade e variedade de instituições até então envolvida no projeto conforme figura 19. Acredita-se que essa maior envolvimento se deve muito pela alta eficácia da fase do Diagnóstico Participativo e as perspectiva futuras que a fase de plano lança para as instituições e

atores locais. É relevante observar que os atores mais centrais eram a escola Waldomiro de Oliveira e FATEC além do Projeto Futuro melhor, Igreja católica Apostolo Paulo, e SENAC que mantem sua centralidade.

Figura 19: Diagrama da Rede primaria da etapa do Plano de Desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo Autor

Neste capítulo foram apresentado o programa de desenvolvimento local, os atores e sua função e participação em cada etapa e a descrição de cada ação juntamente com a formação de uma rede primaria.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise dos resultados aqui propostos foram escolhidos os atores com maior participação nas etapas do programa como apresentado na tabela 03: Participação nas atividades por instituições e dos conceitos de centralização apresentados na metodologia e eficácia no referencial teórico. Mesmo algumas instituições que não se envolveram de início com as ações do programa, foram consideradas, pois tiveram grandes relevâncias nas últimas etapas, como o caso da escola Antônio Waldomiro e FATEC Jahu. A participação da Prefeitura Municipal de Jaú de forma geral foi instável e inconstante. Mesmo que presente na maioria nas ações, esta instituição assumiu uma posição mais distanciada do processo, ou ainda contava apenas com o apoio de determinadas setores como a Secretaria de Meio Ambiente e seus funcionários. As participações mais constantes e relevantes para a manutenção do processo de construção da rede social foram do SENAC, Igreja Católica Apóstolo Paulo, e Projeto Futuro Melhor. A implementação do programa contou diretamente com a indução do SENAC, tendo um papel organizativo, educativo e focado na obtenção de resultados, desta maneira atribuindo a este ator uma característica mais centralizada, pois foi o coordenador das ações na construção da Rede Social do Jd. Maria Luiza IV de 2009 a 2012, pois é o atores que coordenou as ações.

A análise da implementação do Programa foi dividida em quatro etapas, levando em consideração a metodologia do Programa de Desenvolvimento Local: Formação da Governança; Visão de Futuro, Diagnóstico Participativo; Plano de Desenvolvimento. Constatou-se que as ações para a formação da governança contou com a participação de oito instituições. Na Visão de Futuro foi o momento com menor envolvimento das organizações, apenas cinco instituições, e foi a ação que teve seu resultado comprometido devido a esse motivo, necessitando de medidas corretivas. O Diagnóstico Participativo foi a atividade de maior relevância no processo, e foi expresso pelo número de envolvimento, das interações geradas, dos índices de centralidades e dos resultados obtidos. A elaboração do Plano de Desenvolvimento devido à eficiência do diagnóstico, propiciou o maior número de participação do processo, e uma relação mais próxima de cinco atores estratégicos e centralizados, comprometidos entre si na construção da Rede social do Maria Luiza IV de 2009 a 2012.

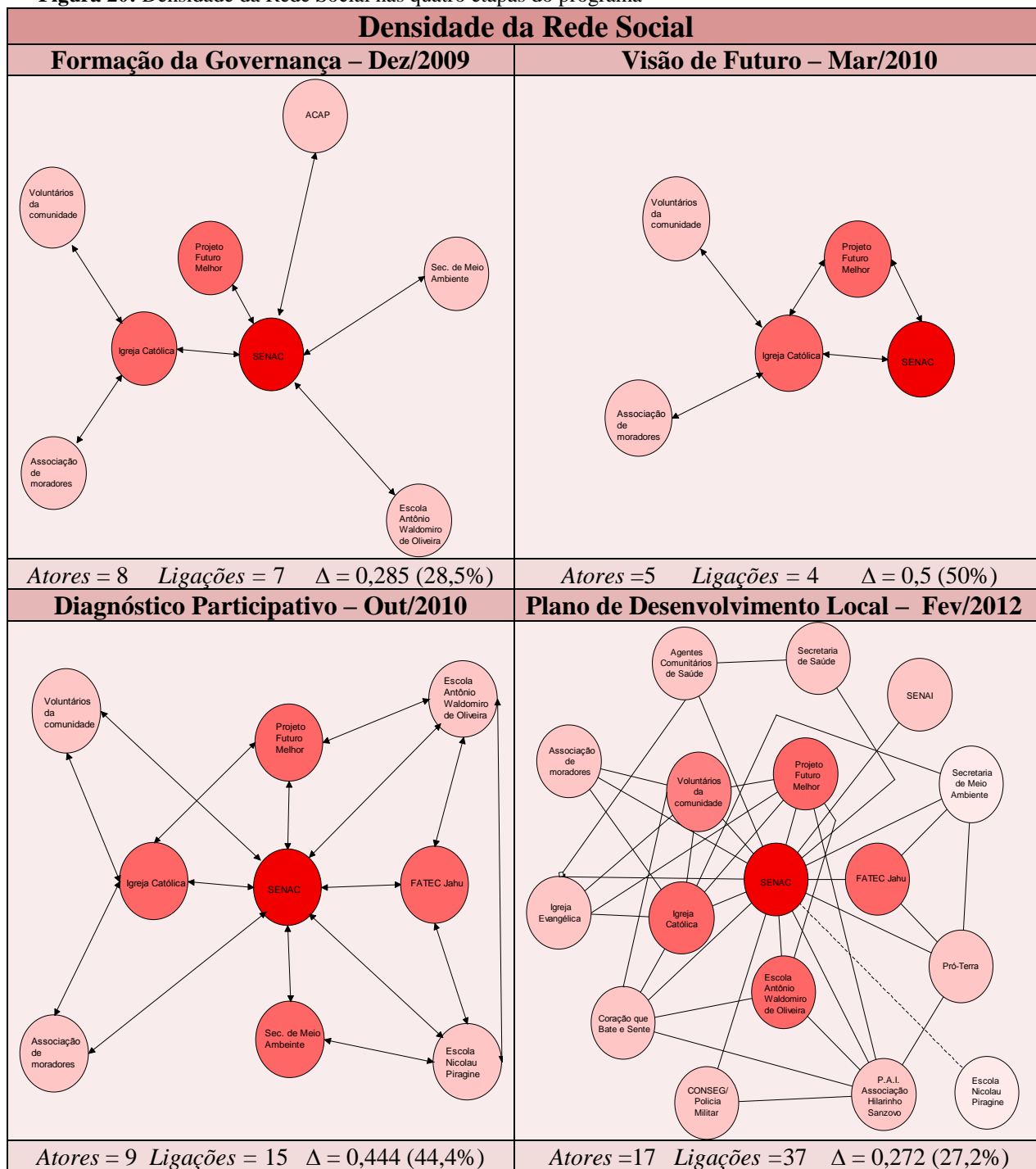
Nas quatro etapas analisadas do Programa percebe-se um aumento da participação das instituições que contribuem com as ações de implementação, como é

possível se observar na figura 20. O programa se inicia com a contribuição de oito instituições, que em sua maior parte permanecem até a última etapa. Este primeiro momento contou com a articulação direta de duas instituições endógenas ao bairro, Igreja Católica e Futuro Melhor, e a contribuição metodológica e de mediação do SENAC. Mesmo com um decréscimo de participações na etapa da Visão de Futuro, foi possível finalizar a ação com uma medida corretiva, e criou uma aproximação maior entre SENAC, Igreja Católica e Projeto Futuro Melhor. Na fase do Diagnóstico Participativo foi um momento de envolvimento de nove instituições com a retomada da escola Antônio Waldomiro de Oliveira, Escola Nicolau Piráquine, e Sec. de Meio Ambiente e a inserção da FATEC. Na elaboração do Plano de Desenvolvimento, o diagrama formado apresenta 17 instituições, com cinco organizações responsáveis pela coordenação da ação. É possível notar uma crescente participação do número de atores envolvidos no processo de implementação do Programa de Desenvolvimento Local e um aumento da centralidade dos agentes promotores das ações. É relevante apontar que existe uma oscilação nas participações, dos agentes nas diferentes etapas e que apenas o SENAC, Igreja Católica e Projeto Futuro Melhor permaneceram conectados na coordenação das ações e que os voluntários da comunidade e Escola Antônio Waldomiro de Oliveira começam por assumir uma postura organizativa na penúltima ação. O órgão representante da Prefeitura e a associação de Moradores aparecem de maneira descontínua e mais afastadas de atividades de articulação e cooperação nas ações.

Através da análise da figura 20, que apresenta a densidade da rede social, ou seja, as relações existentes em referência às relações possíveis expressas em porcentagens, verifica-se que da primeira à última etapa respectivamente 28,5%, 50%, 44,4% e 27,2% sofrem um período de aumento e novo decréscimo. A elevação da porcentagem de densidade da rede social que ocorre, nas etapas da Visão de Futuro com problemas de eficácia da ação e do Diagnóstico Participativo em um período de retomada das ações coordenadas, relacionados aos números de atores nas redes, percebe que a etapa do diagnóstico participativo merece uma valorização em seu índice de densidade da rede social. De maneira inversamente proporcional é possível evidenciar que mesmo com o aumento das instituições participantes, o nível de conectividade não aumentou na mesma proporção, com fendas estruturais entre as relações dos atores. Isso fica evidente nas duas últimas etapas entre os atores mais centrais como Igreja Católica, Fatec, Projeto Futuro Melhor, Voluntários da comunidade, escola Antônio Waldomiro

de Oliveira e Prefeitura Municipal. Assim é possível notar que a rede é pouco densa devido a variação e queda deste índice nas etapas do programa. Para se aumentar o índice de densidade da rede, poderia criar se mais interação entre estes atores como forma de ampliar as conexões existentes.

Figura 20: Densidade da Rede Social nas quatro etapas do programa



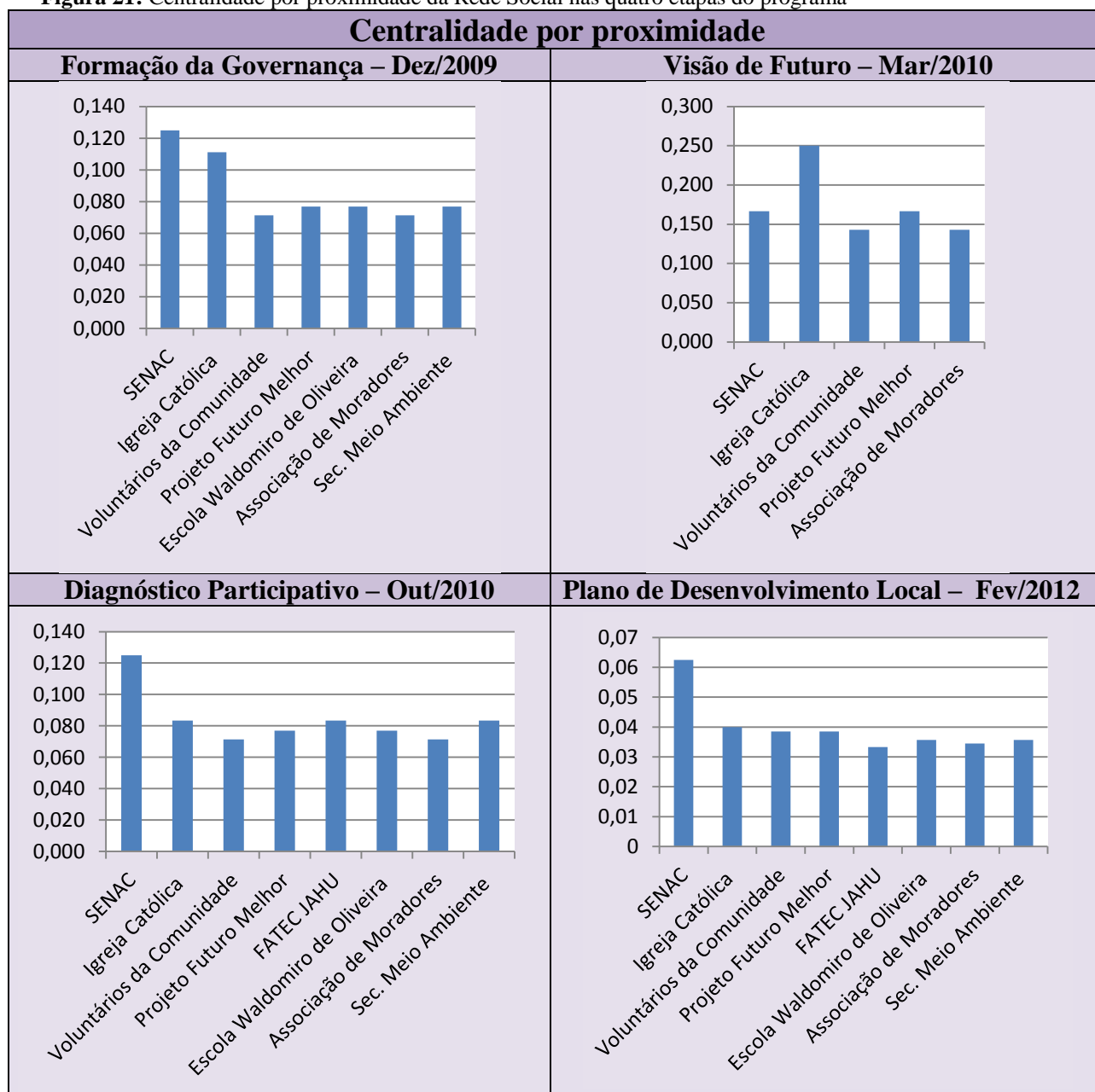
Fonte: Elaborada pelo Autor

A figura 21 apresenta o índice de centralidade por proximidade, que indica a capacidade de um ator de alcançar os demais atores em uma rede, onde mede a independência em relação ao controle dos outros. Quanto maior este índice mais próximo o ator está dos outros, mais central ele se torna na rede.

O SENAC se apresenta como o ator mais central na formação da rede social do Jd. Maria Luiza IV, seguidos da Igreja Católica e Projeto Futuro Melhor. É possível afirmar que existe uma maior rapidez na comunicação devido a proximidade destes atores, do que com a Prefeitura, Fatec, Escola Antônio Waldomiro de Oliveira e Associação de Moradores. O indicador que destoa desta avaliação é a fase de Diagnóstico Participativo, onde existe uma posição próxima da Fatec e Sec. do Meio Ambiente.

Como proposição para a melhora desse índice, deve se investigar as raízes da dificuldade de interação entres os atores que prejudica sua interdependência. As causas desta baixa centralidade por proximidade das instituições podem ter origem nos conflitos entre as partes, falta de visão no trabalho compartilhado, dificuldade na comunicação entre as instituições ou demasiado trabalho interno dentro da instituição impedindo relações externas.

Para promover estas ligações por proximidade, trabalhar ações colaborativas em conjunto entre as instituições, aumentaria a capacidade das instituições de criar uma maior interação e evoluir pra uma relação mais coesa. Acredita-se que o compartilhamento de ações e a conquista de resultados, mesmo que não estratégicos para o desenvolvimento do bairro, possa criar laços de confiança e de reciprocidade, fundamentais para unidade da rede.

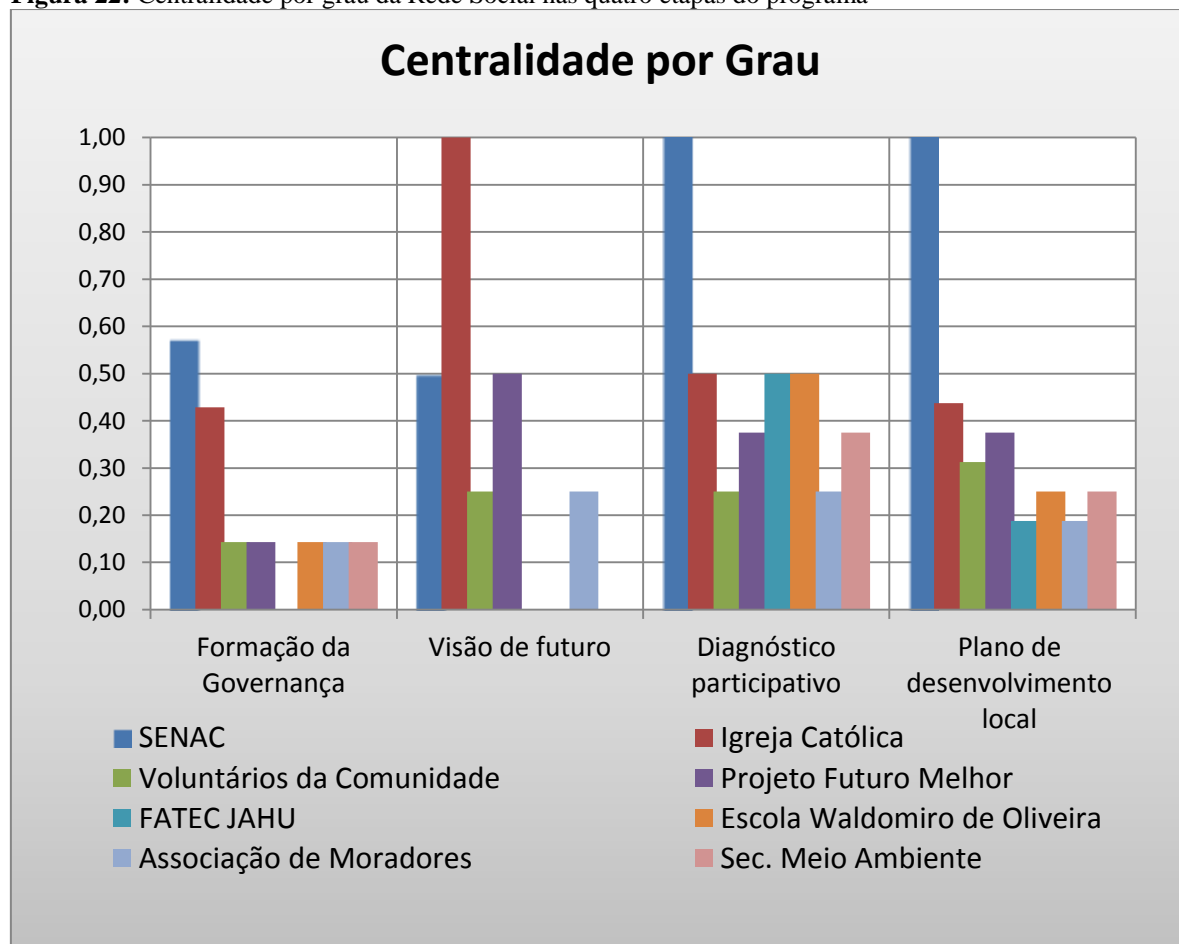
Figura 21: Centralidade por proximidade da Rede Social nas quatro etapas do programa

Fonte: Elaborada pelo Autor

A centralidade por grau identifica os números de contatos diretos de cada ator na rede. Desta maneira, designa o prestígio de um determinado ator frente aos outros, como também a influência que os mesmo tem sobre a rede. Mesmo que o estudo metodológico proposto não tenha avaliado as entradas e saídas das ligações e relações entre as instituições e pessoas presentes nas quatro etapas do programa, foi possível traçar atores que tem mais prestígio e influência, se assimilada a sua atuação no bairro e com o público que se relaciona diretamente.

A centralidade por grau apresentada na Figura 22 evidencia a presença do SENAC possuindo o maior índice de contatos tendo um papel decisivo na mediação da rede social com grande distanciamento dos demais. É oportuno caracterizar a Igreja Católica como o ator mais influente da rede, após o SENAC, seguido do Projeto Futuro Melhor. Vale ressaltar na fase da Visão de Futuro, que a Igreja Católica é a que recebeu maior centralidade por grau. A escola Waldomiro de Oliveira e FATEC tiveram um prestígio relativo se observado a fase de Diagnóstico Participativo. No contexto geral SENAC, Igreja Católica e Projeto Futuro Melhor são as instituições com maior prestígio na rede em todas as suas etapas, obviamente com uma supremacia do SENAC, mas sem as articulações comunitárias realizadas pelas duas outras instituições citadas, seria pouco provável a eficácia do programa. É pertinente considerar ainda a ausência de prestígio e influencia tanto do poder público, quanto da associação de bairro. Se fato seriam estes atores que deveriam reunir a maior centralidade por grau, porém não é o que ocorre como o mostrado na figura 22.

Figura 22: Centralidade por grau da Rede Social nas quatro etapas do programa



Fonte: Elaborada pelo Autor

A avaliação de centralidade por intermediação consiste na capacidade que um determinado ator tem de intermediar determinados relacionamentos em uma rede. Este dado apresenta os atores com possibilidades de mediar processos, coordenar ações, controlar a informação e a comunicação. A intermediação é portanto o elo de ligação de determinados atores com outros. Este papel pode ser fundamental para determinar as conduções, articulação e operação associadas a função que cada ator pode ter na rede. O aumento da centralidade de intermediação dos atores possibilita um crescimento e uma maior horizontalidade do processo. Este caminho de condução de ações de maneira horizontal, é de relevância histórica em um intuito de mudança do paradigma disciplinar e hierárquico. A posição que um determinado ator assume em uma rede em construção pode viabilizar um aumento na da centralidade por intermediação dos demais atores ou simplesmente conquistar um papel centralizador e controlador do processo.

Na tabela 06 é possível verificar que o SENAC vai conquistando seu papel de intermediação na rede ao longo do processo de desenvolvimento local. Na fase da formação da governança constata-se que as maiores intermediações são do SENAC e da Igreja Católica. Na etapa da Visão de Futuro o papel central é assumido exclusivamente pela igreja católica. É possível conferir um poder de comunicação e de atuação mediadora da igreja católica nestas duas etapas iniciais. Nestas duas fases de implantação do programa, a dependência do SENAC no processo esteve em grande parte na relação de intermediação agenciado pela Igreja Católica, é possível afirmar que este ator foi o que fomentou as ligações iniciais, ou seja, por ter prestígio e influência no bairro, juntamente com o SENAC que era uma instituição com uma reputação histórica, proporcionou uma relação de confiança nos demais parceiros e atores que futuramente se incluíram no processo de formação da rede social do Jd. Maria Luiza IV.

Concomitantemente é relevante observar a inserção de outras instituições com certo papel de intermediação nas etapas finais do programa de Desenvolvimento Local, como por exemplo o Projeto Futuro Melhor, a escola Antônio Waldomiro de Oliveira e voluntários da comunidade. Mesmo os índices tendo porcentagens pequenas, apontam que estes atores adquirem, em determinado aspecto, uma posição relevante na estrutura da rede em construção no decorrer do processo de implementação do

programa, o que caracteriza a rede com pouca intermediação. O poder público devido ao eu distanciamento e inconstância, acabam por ser uma instituição sem grau de intermediação nenhum, o que merece uma revisão e um alerta aos governantes municipais para uma retomada na confiança e reputação desta organização no programa.

Tabela 06: Centralidade por intermediação da Rede Social nas quatro etapas do programa

Centralidade por Intermediação			
Formação da Governança – Dez/2009		Visão de Futuro – Mar/2010	
SENAC	57,14	Igrejas católicas	100
Igrejas católicas	42,85	SENAC	0
Voluntários da Comunidade	0	Voluntários da Comunidade	0
Projeto Futuro Melhor	0	Projeto Futuro Melhor	0
Associação de Moradores	0	Associação de Moradores	0
EMEF Antônio Waldomiro Oliveira	0		
Secretaria de Meio Ambiente	0		
Diagnóstico Participativo – Out/2010		Plano de Desenvolvimento Local – Fev/2012	
SENAC	80	SENAC	89,92
Igrejas católicas	7,5	Igrejas católicas	4,16
Voluntários da Comunidade	0	Voluntários da Comunidade	1,61
Projeto Futuro Melhor	2,5	Projeto Futuro Melhor	1,19
Associação de Moradores	0	Associação de Moradores	0
EMEF Antônio Waldomiro Oliveira	5	EMEF Antônio Waldomiro Oliveira	0,76
Secretaria de Meio Ambiente	0	Secretaria de Meio Ambiente	1,02
EE Prof. José Nicolau Pirágine	5	EE Prof. José Nicolau Pirágine	0
FATEC/JAHU	0	FATEC/JAHU	0

Fonte: Elaborada pelo Autor

A eficácia do programa está em sua capacidade de atingir seu objetivo. Por meio dela é capaz de verificar ações que podem ser corrigidas e revistas desta maneira contribuir com melhorias estratégicas ou operacionais com o programa. A tabela 07 apresenta o grau de eficácia das etapas do programa, por meio de indicadores de densidade, centralidade, proatividade, frequência e reputação.

Tabela 07: Quadro de indicadores de eficácia de cada etapas do Programa

	Objetivo da Rede	Densidade	Centralidade			Proatividade	Frequência	Reputação	TOTAL	Grau de Eficácia ¹⁵
			Proximidade	Grau	Intermediação					
Governança	Pactuar ações e criara laços	3 Regular	2 Fraco	3 Regular	2 Fraco	5 Muito Forte	5 Muito Forte	4 Forte	26	ALTA
Visão de Futuro	Desenho, reafirmações e/ou laços.	4 Forte	2 Fraco	1 Muito Fraco	1 Muito Fraco	1 Muito Fraca	1 Muito Fraca	2 Regular	12	BAIXA
Diagnóstico Participativo	Validação e Legitimação	4 Forte	3 Regular	4 Forte	3 Regular	5 Muito Forte	5 Muito Forte	4 Forte	27	ALTA
Plano de Desenv.	Adensamento	2 Fraco	2 Fraco	4 Forte	2 Fraco	3 Regular	3 Regular	3 Regular	19	MEDIA

Legenda: Muito Forte (5); Forte (4); Regular (3); Fraco (2); Muito Fraco (1).

Fonte: Elaborada pelo Autor

A densidade social da rede tem uma ampliação e uma redução nas etapas finais, isso devido que o número de conexões não acompanhou o aumento de atores, o que caracteriza essa rede como pouco densa. A falta de consistência da densidade expressa uma vulnerabilidade nas ações do Programa, uma vez que os números de

¹⁵ ver tabela 02: Grau de eficácia

ligações sofreram alterações nas etapas, o que pode comprometer a continuidade da rede se não houver medidas corretivas no que tange proporcionar mais interação entre os atores como forma de ampliara as conexões existentes.

Nos estudos de centralidade observa o destaque que o SENAC ganha na implementação, coordenação e mediação do programa. Este ator assume portanto o papel central nesta rede social, influenciando significativamente o resultado da eficácia das ações. A forma de mediação e das relações analisadas pela centralidade de proximidade, grau e intermediação que garantem respectivamente a facilidade de atingir outros atores, números de relacionamentos e mediar as relações na rede apresentam um risco na sequencia do programa, pois expressam uma dependência de um agente articulador, com função destacada na criação de conexões e na relação com os atores.

Como se observa na tabela 7, a metade das ações no que se refere a etapa de formação da governança e diagnostico participativo teve um posicionamento mais ativo dos atores envolvidos, com a proposição de ações mesmo com a mediação do SENAC. Nestas etapas uma posição mais aberta do agente coordenador possibilitou uma abertura para se tratar de das questões relativas as instituições, o que se reverteu em maior empenho nas instituições em construir alternativas que tratavam de fortalecer os atores sociais para a defesa de suas causas, apoiar as organizações sociais por meio da implementação de projetos e formação de novos compromissos coletivos, que não eram passíveis de serem tratados isoladamente pelas instituições.

A proatividade e a frequência das trocas tiveram seu maior comprometimento na fase de visão de futuro, pois a necessitou de ações corretivas para sua realização, com propositura por parte do SENAC da validação do resultado nas residências do bairro pelas poucas instituições ativamente participantes. Na elaboração do plano de desenvolvimento devido ao posicionamento da mediação do programa pelo SENAC, que concentrou a maior parte dos relacionamentos para a realização da ação expressa nos índices de centralidade. Assim a proatividade como a frequência das trocas foram maiores das fases de governança e diagnóstico participativo do que nas etapas de visão de futuro e elaboração do plano de desenvolvimento local que aproximaram e integraram os atores da sociedade e na identificação e compartilhamento de recurso local que poderiam beneficiar à comunidade.

Os maiores índices de reputação e de reconhecimento dos atores em relacionamento na rede analisada são possíveis verificar maiores conquistas nas fases de formação da governança e de diagnóstico participativo do que nas fases de visão de futuro e de elaboração de planos de desenvolvimento, com a confiança nos atores da rede para a consecução da ação. Acredita-se que as ações de longa duração e de resultados em prazos maiores possa criar certa desconfiança, pouca troca e baixa iniciativa e proatividade. O reflexo destas observações são pertinentes para reorientações de atividades que possam tornar mais tácitos os objetivos a longo prazo e de comprometimentos coletivos e individuais capazes de romper limites paralisantes.

Tabela 08: Quadro sinóptico da eficácia de cada etapa

	Grau de Eficácia	Justificativa sinóptica do indicador
Formação da Governança	ALTA	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca variação na participação das instituições • Muitos objetivos propostos e todos alcançados • Razoável centralização e muito forte proatividade, reputação e frequência da rede
Visão de Futuro	BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa participação da comunidade • Resultado parcial comprometido • Necessidade de medida corretiva • Muito fraca densidade, centralidade, proatividade, reputação e frequência.
Diagnóstico Participativo	ALTA	<ul style="list-style-type: none"> • Organização conjunta dos atores da etapa • Produto final no formato de folheto apresenta os resultados do programa para a população e futuros parceiros. • Muito forte densidade, centralidade, proatividade, reputação e frequência da rede.
Plano de Desenv.	MEDIA	<ul style="list-style-type: none"> • Devido ao ano eleitoral atraso no processo e comprometimento na elaboração dos projetos • Falta de continuidade dos projetos sem o poder público • Regular densidade, centralidade, proatividade, reputação e frequência da rede.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Na tabela 08 é possível sintetizar que na fase da Formação da Governança devido o cumprimento das etapas de se criar um grupo capaz de desenvolver ações sociais na comunidade e aumentar a confiança entre os atores, foi cumprida integralmente por isso recebe uma eficácia alta. As instituições envolvidas nesta primeira fase sofreram pouca variação durante o processo e todas as ações elaboradas foram cumpridas pelos atores. Na fase da Visão de Futuro a eficácia foi baixa devido à pouca participação das instituições, um resultado parcial comprometido e a necessidade de medidas corretivas.

O diagnóstico participativo teve alta eficácia devido a colaboração de todos os atores na organização das ações, a possibilidade de um produto final no formato de folheto capaz de apresentar os resultados à população e futuros parceiros. Na elaboração do Plano de Desenvolvimento Local teve media eficácia, pois a ação não foi concluída devido, ao ano eleitoral teve um atraso no processo e comprometimento na elaboração dos projetos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar como se formou a rede Social na comunidade do Jd. Maria Luiza IV, por meio do Programa do Programa de Desenvolvimento locais, no período entre abril de 2009 e junho de 2012. Através dos dados analise é possível afirmar que existiu rede social em processo de construção descentralização, restrito a um tempo e um grupo social, centralizado ao entorno de uma ator coordenador.

Existiu rede promovida pelo Programa de Desenvolvimento Local devido as sistemáticas de aglutinação, frequência de troca, aumento de confiança, compartilhamento de recurso, democratização da decisão, alcance de resultados e aprendizados e crescimentos dos atores e instituições. O programa pode ser considerado um agenciamento do desejo? Ou ainda, os grupos envolvidos constituem-se uma micropolíticas? Seria necessários uma abordagem com análise das subjetividades, para compreender a reverberação das intensidades, vivencias e experienciais de 2009 à 2012 puderam ter tanto nos indivíduos quanto nas coletividades. Considerando a metodologia de analise de redes sócias e da eficácia, ou seja as trocas objetivas mapeadas do Programa, formou-se rede social devido a coesão presente entre os indivíduos e instituições na manutenção das relações com uma fim pratico e objetivo. Vale afirmar que coesão social diz-se a determinado grupo e em restrito tempo. Coesão não é conceito absoluto no tempo e no espaço, e sim efêmero e singular, próprio de um cotidiano e lugar. São as forças endógenas que são aplicas as frequências, reputações, proatividade, densidades, são elas que partilham a vizinhança, a escola, o trabalho, as instituições, os agentes e sujeitos. Assim seria pertinente apontar que coesa social não seria solida como achava Durkheim nas ciências sociais no século XIX para provar o fato social enquanto objeto de estudo, e sim algo fluido, que dilata e encolhe, cresce e diminui, sistólico e diastólico, passíveis da analise “liquidas” de Zygmunt Bauman (2001). Tudo está agora sempre a ser permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de nenhuma permanência. Tudo é temporário. As instituições, os sujeitos, os sistema de referência, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades perceptíveis. O futuro possuiria uma força maquina do desejo capaz mover o presente, mas permanece como um tempo distante, intangível e inviável aos atores operadores de micropolíticas, perante a

superficialidades dos relacionamentos, fragmentação das instituições e a irracionalidade dos saberes.

Torna-se evidente a fluidez da rede analisada, devido à oscilação da densidade, proatividade, reputação e frequência dos atores nas etapas do programa, comprovando uma inconstância no tempo. Os sujeitos, ou ainda se preferirmos os agente de subjetivação se tornam mais instáveis, voláteis, esparsos nas ações de longo prazo, onde o futuro se apresenta como uma imagem, ou ainda uma representação coletiva e instável mais que individualista, desta maneira mais fatalista e distante das realizações e capacidades particulares.

A rede social do Jd. Maria Luiza IV de 2009 a 2012 e seus desdobramentos se constituíram uma aglutinação gnosiológica e experiencial a grupos e indivíduos, e são identificados e representados nas ações e seus resultados consequentes. As avaliações de centralizações são passíveis de apontar os riscos do posicionamento do SENAC para a rede formada, ainda mais que a premissa do programa é promover uma rede mais autônoma nos moldes de Baran (1960). A rede se caracteriza mais como uma processo de descentralização do que de autonomia, onde existe uma dependência do agente central em movimentos de emancipação e continuidade .

A posição de centralidade do SENAC poderia ser vista como risco para a construção da rede social do Jd. Maria Luiza IV a partir do Programa de Desenvolvimento Local, mas deve-se considerar que a metodologia empregada na análise dos resultados desta pesquisa, avaliou apenas os relacionamentos na execução das ações proposta dentro do programa, e não avaliou os relacionamentos e ligações que as instituições e atores têm entre si fora do Programa, o que alteraria a estrutura da rede social analisada.

O SENAC assume um posicionamento centralizado no processo pois induz a construção da rede social do Maria Luiza IV pelo Programa de Desenvolvimento Local, possui os conhecimentos da aplicação da metodologia do Programa e investe na mediação das relações, através da contratação de um mediador da rede social, como forma de organizar as ações. O SENAC não hierarquiza o processo, mesmo assumindo o papel de centralidade na estrutura de formação da rede social, pois adota um

posicionamento de condução horizontal do processo, que permite a entrada de outros atores locais na rede, com posições centrais também, o que caracteriza o processo de descentralização proposta pelo agente organizador.

As aberturas para a participação de outras instituições, ou de assunção da centralidade por outros atores foram induzidas, e são expressas nos indicadores de centralidade por intermediação nas últimas duas etapas do programa, pelo aumento de centralidade por grau dos envolvidos, pelo número de atores e ligações crescentes no decorrer do processo. Para a articulação do programa, é fundamental a figura do mediador do processo, neste caso representado pela centralidade do SENAC, pois, caso contrário, as ações poderiam se perder sem um foco de direcionamento proporcionado pela metodologia, a falta de resultados que comprometeria a confiança dos atores no processo e a maneira horizontal e dialógica propiciando uma abertura da participação dos outros agentes interno e externos ao bairro. É a centralidade do SENAC que permite a abertura para o diálogo entre os atores locais e decorrente inserção na construção da rede social.

As aberturas participativas criadas no processo de mediação e implementação do programa, reposicionou instituições como a Igreja Católica e o Projeto Futuro Melhor em suas atuações em ações sociais no bairro. A escola Antônio Waldemiro de Oliveira e FATEC, a partir do diagnóstico assumem uma centralidade por grau e intermediação que pode vir melhorar seu contato com a comunidade, propiciando estreitar relações com outras instituições seguindo os mesmos passos do SENAC, Igreja Católica e Projeto Futuro Melhor.

Vale ressaltar que para a implementação do programa, nas fases iniciais foi de fundamental importância a presença da Igreja Católica como instituição influente para a intermediação do SENAC com outros atores e comunidade do bairro, fomentando as ligações iniciais, que permaneceram e foram ampliadas no decorrer do processo. A influência da igreja e a reputação do SENAC proporcionaram uma relação de confiança nos demais parceiros e atores que futuramente se incluíram na formação da rede social do Jd. Maria Luiza IV expressas pela proatividade, reputação e frequência.

Verifica-se por meio dos estudos de centralidade, densidade, proatividade, reputação e frequência, que são as instituições internas ao bairro com maior interesse no Programa, que mais investiram em relacionamentos para a operação das ações, e conseqüentemente as que mais tiveram ganhos em seus posicionamentos estruturais na rede em formação. Desta maneira as instituições que mais apresentaram centralidade além do SENAC, são instituições endógenas ao bairro. Os atores externos, como poder público local e estadual, representado pela Secretaria de Meio Ambiente representante da prefeitura municipal local assumem uma função secundária devido ao posicionamento estrutural distante e inconstante que assumem, aumenta a falta de credibilidade, reputação e influência destas organizações

O SENAC, Igreja Católica, Projeto Futuro Melhor, Voluntários da Comunidade, Escola Antônio Waldomiro de Oliveira e FATEC Jaú são as instituições no contexto geral que tem os maiores índices de centralidades, tanto por grau, intermediação e proximidade. São estes atores que por assim dizer sustentam o processo. Das instituições analisadas o poder público e a associação de moradores permanecem distante da mediação das ações e não possuem relacionamentos diretos com os atores locais. É relevante para esta pesquisa identificar que o poder constituído, representado pelo governo municipal e pela participação do Estado no programa, como uma figura deslocada, sem permanência, com pouca frequência de trocas, inatividade por não centralizar o processo, na condução e proposição do programa. Esta falta de posicionamento do Estado enquanto promotor de política pública, como é o caso do Programa induzido pelo SENAC, coincide com a falta de apropriação e de centralização retiradas do processo, por se tratar de algo endógeno, algo marginal, minoritário, deslocados e excluído, se considerar o desafio do governo em promover política no município como um todo.

A prefeitura local aparece de maneira descontínua e afastada na maior parte das etapas. Seria necessária uma pesquisa para identificar as causas reais, mas seu distanciamento se deu na mudança do gestor da pasta de Secretaria de Meio Ambiente, na agenda pública tomada pelo ano eleitoral, e a mudança de governo em 2013. As descontinuidades das políticas partidárias e governamentais comprometeram o envolvimento do poder público municipal na construção da Rede Social do Jd. Maria Luiza IV de 2009 à 2012.

O SENAC tem uma metodologia de criar Redes Sociais por meio da implementação do Programa de Desenvolvimento Local, segundo os dados apresentados, onde pode ser observado pelo alto índice de centralidade e número de relacionamentos com instituições locais. A metodologia tem condições de ser aplicadas em outras localidades, desde que existe agentes locais capazes de criar relações suficientes para a implementações das ações. A metodologia poderia se tornar um produto do SENAC a ser comercializado para governos municipais, incentivando a criação de capital social em periferias e bairros pobres, a produção de um ações sociais, diagnósticos, plano e projetos, que possam guiar diretrizes tanto de políticas de base comunitários quanto políticas públicas.

O SENAC pode se valer do posicionamento mais centralizado na estrutura da rede em construção, como forma de cumprir sua missão de Desenvolvimento de social por meio da educação, orientar a oferta de cursos técnicos e livre baseados nos relacionamentos, diagnósticos e planos, como também descentralizar a oferta de cursos em suas Unidades Operacionais através de parceria com determinados atores locais. Acredita-se que desta forma o SENAC pode estar mais próximo da realidade social onde atua.

Os índices de centralidades revelam portanto a assunção dos agentes endógenos ao bairro em detrimento aos agentes externos, como o poder público municipal, das ações propostas para a construção da Rede de Desenvolvimento Local do SENAC. Isto comprova a força do lugar, sua resistência e resiliência descritas como globolocalização no referencial teórico.

Percebe-se na análise do programa que os índices de reputação, frequências das trocas e proatividade, nas fases que se realizava ações pontuais e de resultados voltados em curto prazo como ações comunitárias no formato de mutirões de limpeza, organização de eventos e elaboração de diagnósticos, são as etapas que mais comprometimento e engajamento endógenos existiam. A Formação de capital social desta perspectiva está atrelada a resultados tácitos pelas organizações da rede. As ações que projetam um cenário a longo prazo, causaram um imobilismos das instituições, em que os motivos merecem ser investigas em pesquisas futuras, mas em principio

correspondem aos mesmo imobilismo gerados pela a incerteza de construção coletiva do um futuro duradouro e alcançável, pertinente em um mundo em constantes alterações e desafios globais próximos das análise de Zigmunt Bauman em *Modernidade Líquida* (2001). Nesta perspectiva que mudanças paradigmáticas, como as propostas pela ciências complexas de Edgar Morim e Fritjof Capra e de rizomáticas nas filosofias de Felix Guatarri e Gilles Deleuze se tornam extemporâneas.

As referências comunitárias podem ser expressas pelas organizações capazes de criar uma outra relação com o tempo-espaço, com o cotidiano e o lugar, por meio da promoção de atividade sociais, que seja possível determinar suas condições de vidas individuais e coletivas. Os modelos de corporações seccionais e hierarquizados freneticamente sobrepostos pela globalização perversa como um ideal de sociedade, seja revisto e que de atores sociais assumam cada vez mais o acampo de atuação nas relações sociais é claro tencionando campos estabelecidos, serializados e padronizados.

O cenário atual mapeado pelas políticas do bairro do Jd. Maria Luiza IV de 2009 a 2012 é de afastamento do poder constituído, ou seja, do Estado e suas ramificações, cada vez fica mais comprometido a posição do governo central enquanto intermediador social, incapaz de ter influência, reputação, confiança e eficácia, da elaboração de políticas pública e na condução do destino da população. Iniciativas como a metodologia de construção de Rede Sociais, por meio do Programa de Desenvolvimento Local induzida do SENAC, apresentam que é possível conceber uma construção social com os atores locais e não simplesmente para eles.

Propostas de construção de redes sociais para o planejamento de ações comunitárias em bairros populares, efetivamente contribuem com decisões, que partem da comunidade, capaz de criar interações e relações endógenas e descentralizadas. A participação dos atores da comunidade tem a finalidade de intervir na realidade e não apenas em ser um espectador. Pelo fato dos agentes locais serem sujeitos políticos é que o futuro não deve ser encarado como fatalista, como imutável, e seja agenciada por seus próprios mediadores sociais como referência de transformação coletiva e individual, próprias de micropolíticas e revoluções moleculares mentais, advindas de maquinas desejante ou subjetivas.

Não é possível conceber uma política maior sem que exista uma política menor, paralela, marginal, minoritária, portanto que busque linhas de fuga da serialização, hierarquização e do controle. A política maior simplesmente pelo fato de não intervir na situação, já atua se esquivando, e é por este motivo que existe a política menor e não o contrário. A ineficácia de política de Estado e falta de proposta coletivas para o futuro é uma forma de atuação política. Para quem o Estado intervém? Por que o Estado não atua com determinadas minorias? Por que existem minorias e exclusão? Não seria possível com este trabalho, tenha estas respostas sobre as políticas em um contexto diferente do que o bairro analisado em Jaú-SP. É perceptível que existe gente excluída do desenvolvimento, e estes sabem muito bem qual a realidade que vivem, e as rotas de saída e proposta de soluções, basta inseri-los como autores de do próprio destino, pois o desejo é produtor de outra condução de vida. É neste sentido que é pertinente a criação de referência locais, como as encontradas no processo de construção da Rede Social do Jd. Maria Luiza IV de 2009 a 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'Sáber, Aziz. N., Bases Conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos' In: **Previsão de Impactos**. O estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul: experiências no Brasil, na Alemanha e na Rússia. Edusp, São Paulo 1994,

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1. sem. 1999.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares** – Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BARAN, Paul, **Reliable Digital Communications Using Unreliable Network Repeated Nodes Report**, RAND Corporation, Santa Mônica, EUA, 1964, disponível em <http://www.rand.org/pubs/papers/P1995.html>, Acessado em 2 de Março de 2012.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOLETIM TÉCNICO DO SENAC. Entrevista com Jorge Carlos Silveira - v. 31, n. 2, maio/ago., 2005

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. Ucinet 6.0 version 1.0. **Analytic Technologies, Software for social network analysis**. Boston, MA: Harvard, 2002. Disponível em: <<http://www.analytictech.com/downloaduc6.htm>>. Acesso em: jul. 2004.

BRAND, Stewart "**Founding Father**". Wired , New York, EUA: Condé Nast Digital, março de 2001. Disponível em <<http://www.wired.com/wired/archive/9.03/baran.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2012, 16:30.

BRASIL, Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946 “Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências”

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

CAPRA, Fritjof A **Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p

CEPAL (2007a). **Coesão social**: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/29354/CohesionPortugues.pdf>>. Acesso em: 30 de Maio. 2012.

CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos**. Título Original: Modern Times. Preto e branco. Legendado. Duração: 87 min. Warner, 1936.

COLEMAN, James (1990). **Foundations of Social Theory**. Harvard University Press, Cambridge.

Compêndio do Catecismo da Igreja Católica: Edições Loyola, São Paulo, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Corporação**, Práticas Espaciais e Gestão do Território. In Revista Brasileira de Geografia, v. 54, n. 3, pp.115-121, jul./set. 1992.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS: 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DUARTE, J. **Programas de redes sociais do SENAC**. Retirado do site www.sp.senac.br/redesocial. Acessado em 05 de Jan. 2009.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes. 1999

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANCO, A. **Capital social**. Brasília: Instituto de política / Millenium, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 27ª edição. São Paulo: Paz e Terra, Garamond, 2002.

FUKUYAMA, F. 2002. Capital social. In: HARISSON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. (orgs.). **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record.

_____. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. 412

GIRARD, Pierre. LEVY, Charmain. TREMBLAY, Gaëtan. Universidade e conectividades locais: como compartilhar conhecimentos? In: TREMBLAY, Gaëtan & VIEIRA, Paulo Freire. **O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local: experiências brasileiras e canadenses**. Secco: Florianópolis, 2011, p219-249

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, Vol.2, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

GUATTARI, F e ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HIGGINS, S. S., **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Rio de Janeiro: Argos, 2005.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Janeiro, Garoamond, 2004.

Kamia, M., & Porto, J. B. Desenvolvimento e validação da Escala de Comportamento Proativo nas Organizações – ECPO. **Revista de Avaliação Psicológica**, 8(3), 359-367. 2009

Kickert, W.J.M., E.H. Klijn and J.F.M. Koppenjan (eds). 1999. **Managing Complex Networks**. Strategies for the Public Sector. London: Sage.

Madeira, Maria Joaquina Ruas **Coesão Social e Ação Social**. Lisboa: Nova Oficina Gráfica, 1996.

MARINHO, Alexandre; FACANHA, Luis Otavio. **Programas sociais: efetividade, eficiencia e eficacia como dimensoes operacionais da avaliacao**. IPEA, n. 787, Rio de Janeiro, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: UNESCO/Cortez Editora, 2000.

_____. **Ciência com Consciência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

OLIVER, A. L.; EBERS, M. **Networking network studies: an analysis of conceptual configuration in the study of inter-organizational relationships**. *Organization Studies*, Berlin, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1998.

Powell, W. W. (1993). **Neither market nor hierarchy: network forms of organization**. In G. Thompson, J. Frances, R. Levacic, & J. C. Mitchell (Eds.). *Markets, hierarchies and networks: coordination of social life* (pp. 259-276). London: Sage.

PAULILLO, L. F. **Análise organizacional em redes de recursos de poder: contribuições para os estudos da concorrência, das decisões estratégicas e das políticas públicas**. In: FUSCO, J. P. *Tópicos emergentes em engenharia de produção*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002. p. 27-58.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L.M. . **Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar**. *Gestão & Produção* (UFSCAR. Impresso), v. 18, p. 781-792, 2011.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVA, V. **Eficácia e coesão social do projeto viva leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar na região da Grande São Paulo**. *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2009

PUTNAM, R. D.. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

RHODES, R. A. W., Foreword by Rod A. W. Rhodes. In KICKERT, W.; KLIJN, E-H.; KOPPENJAN, J. (Eds). **Managing complex networks**: strategies for the public sector. London: Sagem 1999.

RHODES, R. A. W., Policy Networks and sub-central government In THOMPSON, G., et al. (edited). **Markets, hierarquies & networks; the coordination of social life**. (Reprinted) London: SAGE Publications, 1993.

RHODES, Rod A. W; MARSH, David. **Policy networks in british government**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ROCKE, Allen “Kekulé, Butlerov, and the Historiography of the Theory of Chemical Structure,” **British Journal for the History of Science** 14 (1981): 27–57

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnicocientífico informacional 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por Uma Outra Globalização** – do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENAC **A era das conexões**. São Paulo, 2007

_____. **Conheça o SENAC** histórico Disponível em <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a718.htm&testeira=457> Acessado em 20 outubro de 2012

_____. **Material de apoio pedagógico do Curso Agentes de Desenvolvimento Local**. SENAC São Paulo, 2009

_____. **Proposta pedagógica SENAC**, 2005

_____. **Regimento Interno nas Unidades São Paulo**, 2006

Separata de: **Revista Século XXI**, Brasília, n. 3, 2000

SOUSA, Lourdes A. e TAGNIN. Renato A. “Conectividade” In: TREMBLAY, Gaëtan & VIEIRA, Paulo Freire. **O Papel da Universidade no Desenvolvimento Local**: experiências brasileiras e canadenses. Secco: Florianópolis, 2011, p 145-170.

ANEXOS